



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**MARIA AUXILIADORA RODRIGUES PINTO CASTILHO**

**A RELAÇÃO CIDADE-CAMPO: CUIABÁ E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO  
NUM RECORTE DO DISTRITO DO COXIPÓ DO OURO**

**Cuiabá-MT  
2018**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**MARIA AUXILIADORA RODRIGUES PINTO CASTILHO**

**A RELAÇÃO CIDADE-CAMPO: CUIABÁ E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO  
NUM RECORTE DO DISTRITO DO COXIPÓ DO OURO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Departamento de Geografia, do Instituto de Geografia, História e Documentação, da Universidade Federal de Mato Grosso, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Ambiente e Desenvolvimento Regional.

Linha de Pesquisa: Produção do Espaço Regional

**ORIENTADOR: PROF. DR. CORNÉLIO SILVANO VILARINHO NETO**

**Cuiabá-MT  
2018**

### **Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.**

C352r Castilho, Maria Auxiliadora Rodrigues Pinto.  
A relação cidade-campo: Cuiabá e o processo de urbanização num recorte do Distrito do Coxipó do Ouro / Maria Auxiliadora Rodrigues Pinto Castilho. -- 2018  
125 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Cornélio Silvano Vilarinho Neto.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Cuiabá, 2018.  
Inclui bibliografia.

1. Relação cidade-campo. 2. Urbanização. 3. Produção do espaço. 4. Segregação. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
Avenida Fernando Corrêa da Costa, 2367 - Boa Esperança - Cep: 78060900 - CUIABÁ/MT  
Tel : 65 3615-8468 - Email : posgeoufimt@gmail.com

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**TÍTULO: "A RELAÇÃO CIDADE-CAMPO: CUIABÁ E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NUM RECORTE DO DISTRITO DO COXIPÓ DO OURO"**

**AUTORA: Mestranda MARIA AUXILIADORA RODRIGUES PINTO CASTILHO**

Dissertação defendida e aprovada em 20/04/2018.

Composição da Banca Examinadora:

---

Presidente Banca/Orientador	Doutor	CORNÉLIO SILVANO VILARINHO NETO
Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO		
Examinadora Interna	Doutor	SILVIA FERNANDA CANTOIA
Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO		
Examinador Suplente	Doutor	FRANCISCO DE ASSIS GONCALVES JUNIOR
Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO		

CUIABÁ, 20/04/2018.

## AGRADECIMENTOS

Ao Deus Pai, Filho e Espírito Santo, por ter me fortalecido e inspirado nesses anos de estudo.

Ao meu esposo Michel e meu filho Augusto Miguel, pelo apoio nos momentos difíceis deste trabalho.

Ao Orientador Prof. Dr. Cornélio Silvano Vilarinho Neto, pela atenção, compreensão e correções da dissertação.

Aos Avaliadores dos Eventos, do Exame de Qualificação e da Banca Examinadora, pelas sugestões.

Às pessoas da Universidade Federal de Mato Grosso, servidores professores e técnicos-administrativos, terceirizados e colegas de cursos, que colaboraram de alguma forma para as conclusões das Graduações em Administração e Direito, da Especialização em Comportamento Humano nas Organizações, do Mestrado em Geografia e no desempenho do cargo de Administrador, apresento o meu Muito Obrigada!

Para tudo há um tempo, para cada coisa há um momento debaixo dos céus:

*tempo para nascer, e tempo para morrer; tempo para plantar, e tempo para arrancar o que foi plantado;*

*tempo para matar, e tempo para sarar; tempo para demolir, e tempo para construir;*

*tempo para chorar, e tempo para rir; tempo para gemer, e tempo para dançar; tempo para atirar pedras, e tempo para ajuntá-las; tempo para dar abraços, e tempo para apartar-se.*

*Tempo para procurar, e tempo para perder; tempo para guardar, e tempo para jogar fora;*

*tempo para rasgar, e tempo para costurar; tempo para calar, e tempo para falar; tempo para amar, e tempo para odiar; tempo para a guerra, e tempo para a paz.*

*Que proveito tira o trabalhador de sua obra?*

*Eu vi o trabalho que Deus impôs aos homens:*

*todas as coisas que Deus fez são boas, a seu tempo. Ele pôs, além disso, no seu coração a duração inteira, sem que ninguém possa compreender a obra divina de um extremo a outro.*

*Assim eu concluí que nada é melhor para o homem do que alegrar-se e procurar o bem-estar durante sua vida;*

*e que comer, beber e gozar do fruto de seu trabalho é um dom de Deus.*

*Reconheci que tudo o que Deus fez subsistirá sempre, sem que se possa ajuntar nada, nem nada suprimir. Deus procede desta maneira para ser temido.*

*Aquilo que é, já existia, e aquilo que há de ser, já existiu; Deus chama de novo o que passou.*

*Debaixo do sol, observei ainda o seguinte: a injustiça ocupa o lugar do direito, e a iniquidade ocupa o lugar da justiça.*

*Então eu disse comigo mesmo: Deus julgará o justo e o ímpio, porque há tempo para todas as coisas e tempo para toda a obra.*

*Eu disse comigo mesmo a respeito dos homens: Deus quer prová-los e mostrar-lhes que, quanto a eles, são semelhantes aos brutos.*

*Porque o destino dos filhos dos homens e o destino dos brutos é o mesmo: um mesmo fim os espera. A morte de um é a morte do outro. A ambos foi dado o mesmo sopro, e a vantagem do homem sobre o bruto é nula, porque tudo é vaidade.*

*Todos caminham para um mesmo lugar, todos saem do pó e para o pó voltam.*

*Quem sabe se o sopro de vida dos filhos dos homens se eleva para o alto, e o sopro de vida dos brutos desce para a terra?*

*E verifiquei que nada há de melhor para o homem do que alegrar-se com o fruto de seus trabalhos. Esta é a parte que lhe toca. Pois, quem lhe dará a conhecer o que acontecerá com o volver dos anos?*

Eclesiastes 3, 1-22

Castilho, Maria Auxiliadora Rodrigues Pinto. **A relação cidade-campo: Cuiabá e o processo de urbanização num recorte do Distrito do Coxipó do Ouro.** Cuiabá: Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, IGHD, UFMT, 2018.

## RESUMO

As mudanças ocorridas na relação cidade-campo resultaram do processo de urbanização, possibilitando a expansão do capitalismo. O objetivo geral é analisar semelhante relação nas dimensões econômico-social e política do processo de urbanização irradiado da cidade de Cuiabá, com recorte no Distrito do Coxipó do Ouro, Município de Cuiabá-MT. Foram consultados livros, dissertações, teses, artigos, imagens de satélites, mapas, notícias, processos judiciais, bem como visitas à Prefeitura Municipal de Cuiabá, além de documentos requeridos no Cartório de Serviço Notarial e Registro de Imóveis e do trabalho de campo com observação direta e entrevista aberta ou não estruturada. Dentre os resultados, detectou-se como causadores da metamorfose espacial no campo em sua relação à cidade, a implantação de loteamentos fechados e, também atividades turísticas. Alguns dos antigos proprietários venderam suas terras para as imobiliárias especularem ou criarem os loteamentos fechados, obtendo grandes lucros, pois, a compra se dá por hectare e vende-se por metro quadrado. As ocupações vêm sendo desfeitas por ordem judicial e força policial. A natureza, com destaque para o rio Coxipó, tem sido usada enquanto atrativo de *marketing*, às vezes como propaganda enganosa, para o consumo da mercadoria-espço. Além de tais empreendimentos, configurarem a autosegregação/segregação socioespacial, pois as vias de circulação internas, com acesso ao rio e à mata, são restritas a quem pode pagar. A propriedade privada vem impondo as regras na busca do lucro, podendo causar, também, danos ambientais com o desmatamento e o esgoto, por exemplo. O poder público tem se mostrado omissivo, como se o processo de urbanização ocorresse sem intencionalidade econômica e alheia ao cotidiano do lugar. Cabe à sociedade na sua totalidade se organizar e fazer valer os mecanismos de participação popular, dispostos na Constituição Federal. Evidencia-se que os resultados confirmam a hipótese de que a produção do espaço capitalista está alastrando o modo de vida urbano, mediante a relação cidade-campo com a ação e omissão do Estado, implicando na urbanização do campo e gerando problemas sociais.

**Palavras-chave:** Relação cidade-campo, Urbanização, Produção do espaço, Segregação.

Castilho, Maria Auxiliadora Rodrigues Pinto. **The relation city-field: Cuiabá and the process of urbanization in a clipping of the District of the Coxipó do Ouro.** Cuiabá: Dissertation (Masters) - Graduate Program in Geography, IGHD, UFMT, 2018.

### **ABSTRACT**

The changes that occurred in the city-countryside relationship resulted from the process of urbanization, making possible the expansion of capitalism. The general objective is to analyze a similar relationship in the economic-social and political dimensions of the urbanization process irradiated in the city of Cuiabá, with a cut in the District of Coxipó do Ouro, in the municipality of Cuiabá-MT. They were consulted books, dissertations, theses, articles, satellite images, maps, news, legal proceedings, as well as visits to the City Hall of Cuiabá, as well as documents required in the Notary Service Office and Real Estate Registry and field work with direct observation and open or unstructured interview. Among the results, it was detected as causes of the spatial metamorphosis in the countryside in relation to the city, the implantation of closed lots, and also tourist activities. Some of the former owners sold their lands to the real estate companies to speculate or to create the closed lots, obtaining great profits, because the purchase occurs per hectare and is sold per square meter. The occupations have been undone by court order and police force. Nature, especially the Coxipó River, has been used as a marketing attraction, sometimes as a misleading advertisement, for the consumption of the commodity-space. In addition to these ventures, they configure self-segregation / socio-spatial segregation, since the internal circulation ways, with access to the river and the forest, are restricted to those who can pay. Private property has imposed the rules in the pursuit of profit and can also cause environmental damage with deforestation and sewage, for example. Public power has been shown to be omission, as if the process of urbanization occurred without economic intentionality and oblivious to the daily life of the place. It is up to society as a whole to organize and enforce the mechanisms of popular participation, set forth in the Federal Constitution. It is evident that the results confirm the hypothesis that the production of capitalist space is spreading the urban way of life, through the city-countryside relation with the action and omission of the State, implying in the urbanization of the countryside and generating social problems.

**Keywords:** City-countryside relationship, Urbanization, Space production, Segregation.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Localização da Área de Estudo.....	34
Figura 02 - Rio Coxipó nas proximidades da sede do Distrito do Coxipó do Ouro.....	37
Figura 03 - Primeiro trecho da estrada, 2010.....	38
Figura 04 - Primeiro trecho da estrada, 2017.....	38
Figura 05 - Segundo trecho da estrada, 2010.....	39
Figura 06 - Segundo trecho da estrada, 2017.....	39
Figura 07 - Terceiro trecho da estrada, 2010.....	40
Figura 08 - Terceiro trecho da estrada, 2017.....	40
Figura 09 - Frente de um <i>folder</i> de venda de lote.....	55
Figura 10 - Verso de um <i>folder</i> de venda de lote.....	55
Figura 11 - Faixa de venda de lotes situada no perímetro urbano.....	56
Figura 12 - O rio Coxipó sendo apresentado às pessoas pelo vendedor da Imobiliária.....	56
Figura 13 - Planta de um loteamento fechado no Distrito do Coxipó do Ouro.....	62
Figura 14 - Estrada da Ponte de Ferro no Distrito do Coxipó do Ouro.....	76
Figura 15 - A homogeneização dos loteamentos fechados no recorte do Distrito do Coxipó do Ouro.....	79
Figura 16 - Placa indicando a Imobiliária como proprietária da área.....	83
Figura 17 - Imagem de um antigo proprietário de terra do Distrito do Coxipó do Ouro.....	86
Figura 18 - Placa da Propriedade Particular, antes da realização do aceiro.....	87
Figura 19 - Placa da Propriedade Particular, depois da realização do aceiro.....	87
Figura 20 - O antes de uma ocupação.....	89
Figura 21 - O depois de uma ocupação.....	89
Figura 22 - Placa de venda de lote indicando em “COND. RESIDENCIAL”.....	96
Figuras 23, 24 e 25 - Fachadas de alguns clubes de <i>camping</i> , pousadas e restaurantes.....	99
Figura 26 - Placa com aviso para manter o portão da propriedade trancado.....	102
Figura 27 - Placa indicando que a propriedade tem Escritura Pública.....	102

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA INICIAL, CONTEXTUALIZAÇÃO</b>	
<b>METODOLÓGICA E ÁREA DE ESTUDO</b>	
<b>1.1 As abordagens da produção do espaço.....</b>	<b>18</b>
<b>1.2 O Espaço como a principal categoria de análise.....</b>	<b>20</b>
<b>1.3 A produção do espaço e seus agentes.....</b>	<b>24</b>
<b>1.4 Estrutura, função e forma do espaço homogeneizado, fragmentado e hierarquizado....</b>	<b>28</b>
<b>1.5 O método.....</b>	<b>31</b>
<b>1.6 Delimitação da Área de Estudo.....</b>	<b>33</b>
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>A MERCADORIA E OS VALORES DE USO E TROCA</b>	
<b>2.1 A mercadoria-espaço.....</b>	<b>42</b>
<b>2.2 O valor da mercadoria e as suas relações.....</b>	<b>44</b>
<b>2.3 A linguagem da mercadoria e o consumidor.....</b>	<b>50</b>
<b>2.4 A mercadoria-espaço e o marketing no recorte do Distrito do Coxipó do Ouro.....</b>	<b>52</b>
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>A CIDADE, O CAMPO, O URBANO E O RURAL</b>	
<b>3.1 A relação cidade-campo.....</b>	<b>59</b>
<b>3.2 A urbanização, metropolização e globalização e a relação cidade-campo no recorte do</b>	
<b>    Distrito do Coxipó do Ouro.....</b>	<b>71</b>
<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>A PRODUÇÃO DO ESPAÇO COM AS ATIVIDADES TURÍSTICAS,</b>	
<b>LOTEAMENTOS FECHADOS E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL</b>	
<b>4.1 A produção socioespacial.....</b>	<b>91</b>
<b>4.2 As atividades produtivas no recorte do Distrito do Coxipó do Ouro.....</b>	<b>95</b>
<b>4.3 A Lei dos Loteamentos de Condomínio e o Estatuto da Cidade.....</b>	<b>103</b>
<b>4.4 A Segregação socioespacial.....</b>	<b>106</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>116</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>119</b>

## INTRODUÇÃO

As mudanças ocorridas na relação cidade-campo resultaram do processo de urbanização, possibilitando a expansão do capitalismo. Em sua fase concorrencial imperialista, a partir da Revolução Industrial no século XIX, transformou também o espaço em mercadoria, espalhando a urbanização pelo mundo, incentivando o consumo e impondo novas formas e processos espaciais, além de provocar a transformação do espaço geográfico.

A área pesquisada, quanto ao processo de urbanização, é restrita ao entorno de um trecho aproximado de 14 km da Estrada que dá acesso à sede do Distrito do Coxipó do Ouro, com início no término do perímetro urbano, mais precisamente nas proximidades do Bairro Dr. Fábio, passando pela Ponte de Ferro, atravessando o Distrito do Coxipó da Ponte e terminando na sede do Distrito do Coxipó do Ouro, Município de Cuiabá-MT. Na presente dissertação, utiliza-se apenas a denominação Distrito do Coxipó do Ouro, devido ao seu maior envolvimento com a área de estudo, tanto pela localização da sua sede quanto ao processo de urbanização, mesmo com a estrada cortando, também, parte do Distrito do Coxipó da Ponte.

O processo de urbanização imposto pela produção do espaço urbano, realizada com finalidade lucrativa, causando problemas sociais, diante da ação/omissão do poder público no controle das atividades produtivas, justifica a pesquisa quanto à metamorfose espacial no campo, influenciada pela sua relação com a cidade.

Diante disso, o objetivo geral é o de analisar a relação cidade-campo nas dimensões econômico-social e política, quanto ao processo de urbanização irradiado da cidade de Cuiabá, num recorte espacial do Distrito do Coxipó do Ouro, Município de Cuiabá-MT.

Para alcançar o objetivo mais especificamente, obteve-se uma noção quanto à produção do espaço, a mercadoria, a relação cidade-campo e as atividades turísticas e imobiliárias de loteamentos fechados. Elaborou-se uma tabela demonstrativa da produção do espaço com o tipo e a quantidade de estabelecimentos, sem caracterizá-los nem mesmo quanto à denominação, pois a informação foi obtida apenas mediante a observação das fachadas; enfim, refletiu-se quanto ao processo de urbanização e a produção do espaço como mercadoria, por meio da relação cidade-campo, e as tendências de desigualdades sociais causadas pela segregação socioespacial.

Verifica-se a relação cidade-campo nos processos e relações contraditórias, envolvendo o local e o global sob a égide do modo capitalista de produção e sua relação com as atividades produtivas, num recorte do espaço geográfico. Diante do leque de opções de pesquisas apresentadas pelo tema, especificamente quanto à relação cidade-campo, optou-se pelo

processo de urbanização, apontando as atividades produtivas. A análise econômica, política e social considera a cidade de Cuiabá e a urbanização a partir da prática do setor terciário de produção capitalista no espaço, representado pela implantação de loteamentos fechados e da atividade turística às margens do rio Coxipó. A problemática da urbanização no contexto da pesquisa e a provável realização da pavimentação asfáltica facilitando o acesso à área de estudo, tende a aumentar o fluxo de pessoas e a supervalorizar o espaço, mas sem a devida atenção para os efeitos sociais e ambientais, agravados pela omissão do Estado, quanto ao seu papel de resguardar o interesse público.

A hipótese da pesquisa é que a produção do espaço capitalista, com as atividades imobiliárias de loteamentos fechados enquanto segunda residência, e a especulação, além dos serviços de turismo nas proximidades do rio Coxipó, está alastrando o modo de vida urbano, mediante a relação cidade-campo, com a ação e omissão do Estado, implicando na urbanização do campo e gerando problemas sociais. Nunca é demais enfatizar que tal fenômeno é focado no entorno de um trecho da Estrada, a partir do término do perímetro urbano da cidade de Cuiabá, passando pela Ponte de Ferro, atravessando o Distrito do Coxipó da Ponte e terminando na sede do Distrito do Coxipó do Ouro. O recorte foi escolhido pelo fato de que ali estão localizados a Estrada e o rio Coxipó, em cujas proximidades estão situados os empreendimentos produtivos.

A atenção dispensada ao tema encontra motivação no fato de eu ter nascido na cidade de Cuiabá-MT, com residência e domicílio à Avenida Tenente Coronel Escolástico, durante as três últimas décadas do século passado. Assim, presenciei as grandes alterações que ocorreram nesse período, tais como o aumento da população, incremento da violência, proliferação de edifícios verticais, condomínios horizontais e loteamentos fechados, além de instalação de empresas nacionais e multinacionais e *shoppings centers*, implicando em notória elevação da temperatura no centro da cidade, poluição do rio Cuiabá, ampliação do perímetro urbano pelas ocupações e autoconstruções, residenciais fechados e habitações populares implementadas pelo Governo. Enfim, percebe-se a segregação socioespacial e as desigualdades sociais no espaço urbano, pela ação capitalista e do Estado, além de danos ambientais, num processo constante de estruturação-reestruturação contraditórios.

Ao mesmo tempo as transformações no campo foram percebidas devido ao fato de que os meus avós maternos sustentaram a família exercendo, com muito trabalho, a atividade da pecuária, nos Municípios de Nossa Senhora do Livramento e Barão de Melgaço, até o início da década de 1970. A minha mãe nasceu no primeiro dos citados Municípios, porém, sempre residiu na Capital, no bairro do Porto, vivendo distante da família desde a adolescência, mas

trazendo consigo o conhecimento sobre o campo. Atualmente, nenhum dos descendentes de meus avós maternos pratica a atividade produtiva dos seus antepassados, uma vez que as terras foram vendidas a um representante do comprador, pois o mesmo possui os seus negócios na Capital de São Paulo. Hoje, pode-se afirmar que eu nasci na mesma Região Metropolitana da minha genitora, qual seja, a Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá.

Justifica-se a realização da pesquisa sobre a cidade de Cuiabá e um recorte do seu entorno, visto representar um assunto importante diante da rápida urbanização com as transformações ocorridas em seu espaço, advindas de ações políticas, das atividades econômicas e da migração, o que agravou as desigualdades sociais nos últimos quarenta anos.

As metamorfoses espaciais parecem ocorrer naturalmente, mas o processo de urbanização no Município de Cuiabá continua ocorrendo de maneira acelerada, sendo perceptíveis as ações do poder público, aliado ao modo de produção capitalista, alterando os espaços na busca da supervalorização e do lucro, não prevalecendo a participação da população nas decisões. Semelhante fato necessita de uma análise crítica diante dos prejuízos causados à maioria da população, representados pelas deficiências na saúde, educação, emprego, segurança e controle da poluição, conforme se pode verificar com a situação do rio Cuiabá no perímetro urbano, pois implica numa cidade urbanizada de maneira homogênea, fragmentada e hierarquizada.

Tal situação pode ser constatada com as ações do Governo no sentido de incentivar o turismo e o lazer no Distrito do Coxipó do Ouro, utilizando como atrativo, principalmente, o ainda considerado salutar banho nas águas do rio Coxipó. Com a Lei Municipal nº 5.057/2007, o trecho que compreende a Ponte de Ferro sobre o Rio Coxipó até a Vila do Coxipó do Ouro passou a ter o caráter de Estrada Turística. Encontra-se em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso o Projeto de Lei nº 394/2015, denominando de Rodovia dos Coxiponés, justamente a estrada pesquisada, compreendendo o trecho da Rodovia MT-402 que faz ligação da MT-251 à localidade do Distrito Coxipó do Ouro, no sentido Arraial do Freitas, entroncamentos com São Jerônimo e Comunidade dos Médicos, terminal Turístico “Ponte de Ferro”, entroncamento recanto tranquilo, até a Avenida Jurumirim no começo do Bairro Três Barras na cidade de Cuiabá.

Além disso, o Governo do Estado abriu procedimento licitatório para a realização da pavimentação de apenas um trecho da Rodovia de acesso à sede do Distrito do Coxipó do Ouro, não pertencente ao recorte pesquisado. Com recurso do Programa Regional do Desenvolvimento do Turismo, do Ministério do Turismo, lançou-se a Concorrência Pública - Edital Nº 08/2017, tendo o objetivo de contratar empresa de engenharia para execução dos

serviços de implantação e pavimentação da rodovia MT-402, trecho do entroncamento da MT-251, a partir da Rodovia que vai para Chapada dos Guimarães, com extensão de 8,575 km.

O início da execução da obra está previsto para o primeiro semestre de 2018, representando mais uma ação, dentre várias outras, que estão sendo efetivadas pelos Governos Municipal e Estadual, integrada às comemorações dos “300 anos de Cuiabá”, em 2019, ficando claro que a cidade está sendo tratada enquanto negócio. As pavimentações asfálticas reduzirão consideravelmente o tempo e o desgaste no percurso, facilitando o acesso de pessoas vindas de toda a “Baixada Cuiabana” e Região Metropolitana, ao Distrito do Coxipó do Ouro, o que aumentará ainda mais a ação antrópica, exigindo medidas urgentes do poder público, a fim de se evitar danos sociais e ambientais. Tal fenômeno revela a tendência de aceleração na urbanização da área pesquisada, mediante o impulso na economia local com a supervalorização do espaço, redundando no incremento da produção e venda de lotes em espaços fechados, além da atividade turística dos clubes de *camping* e restaurantes.

A importância da pesquisa faz-se presente, por outro lado, diante dos constantes apelos por parte da população local durante várias décadas, para que o poder público realizasse as pavimentações das estradas que ligam a cidade de Cuiabá à sede do Distrito do Coxipó do Ouro. Mesmo assim, as comunidades que formam uma população de mais de 1.000 habitantes, sempre ficaram no abandono por parte dos Governos Municipal e Estadual, demonstrando contraditoriamente o descaso quando não envolve interesses econômicos. Atente-se que esse número é referente ao total populacional do Distrito, porém na área pesquisada a população é constituída por alguns dos antigos e novos proprietários imobiliários, empresários e trabalhadores em clubes e restaurantes, além dos moradores dos loteamentos fechados que possuem ou não a primeira residência na cidade de Cuiabá, diante do uso e da troca do espaço para o descanso, lazer e recreação.

Percebe-se o surgimento de loteamentos fechados, clubes com estrutura para o lazer e restaurantes à beira do rio Coxipó transformando o espaço, ao mesmo tempo em que as ocupações são desfeitas por ordem judicial e as autoconstruções destruídas, demonstrando a supervalorização espacial. Observa-se, também, imensos tanques de água destinados à piscicultura, instalados por um grupo empresarial situado próximo à sede do Distrito do Coxipó do Ouro.

Mas, contraditoriamente, as lideranças comunitárias continuam cobrando a promessa do poder público, que é o sonhado asfaltamento do total da estrada, com a extensão de mais de 20 km, envolvendo também a parte analisada nesta pesquisa, que liga o bairro Dr. Fábio Leite, situado dentro do perímetro urbano, à Ponte de Ferro e à sede do Coxipó do Ouro, pois somente

foi licitado o trecho da estrada que possibilita o acesso à Rodovia Emanuel Pinheiro, que liga a cidade de Cuiabá à de Chapada dos Guimarães.

Esse projeto, há muitos anos, está só no papel, os líderes comunitários das zonas urbanas e rurais da Comunidade dos Médicos e Coxipó do Ouro, Jardim Canaã, Três Barras e Santa Isabel, dentre outras, marcaram uma reunião para o início do mês de fevereiro de 2018, com a finalidade de decidirem a melhor maneira de cobrar do governo a realização da obra, que acreditam resultar em benefício a toda a população. O Governador enviou representantes para conversar com a população, pois pretende-se implementar não apenas a pavimentação da Estrada que vai para a Rodovia Emanuel Pinheiro, mas criar uma nova Rodovia que dará acesso da Ponte de Ferro diretamente à cidade de Chapada dos Guimarães, ou seja, até as cidades onde é produzida a soja.

O descrédito de grande parte da população faz sentido, considerando outras necessidades não atendidas para o Distrito do Coxipó do Ouro, necessitando de auxílio aos pequenos produtores e linha de transporte coletivo público, ligando o Distrito à cidade de Cuiabá. Os moradores já solicitaram, reiteradamente, a pavimentação da estrada junto à Prefeitura Municipal de Cuiabá, pelo motivo de que, anteriormente ao ano de 2014, a MT-402 era uma estrada vicinal, e também junto ao Governo de Mato Grosso, prometendo asfaltá-la, mas não o cumpriram. Mas agora, parece que parte da obra asfáltica vai ser realizada graças às comemorações dos 300 anos da cidade de Cuiabá, porém, sem a devida atenção aos prováveis danos socioambientais.

Ressalta-se que o procedimento metodológico aponta o caminho para a elaboração do trabalho. Nesse contexto, busca-se a crítica da produção do espaço com a urbanização sob o comando do capitalismo, que revela as contradições existentes e a atuação do poder público em detrimento da função social da propriedade e diminuição das desigualdades sociais.

A cidade traz em seu interior o sistema político, que, mesmo sendo criado para o bem comum, vem beneficiando a minoria da população e ignorando a pretensão da maioria. Assim, a vida digna é restrita às pessoas que têm melhor condição financeira, enquanto que os demais são explorados ou estão desempregados, sendo sufocados pelas forças políticas e econômicas, a exemplo da segregação socioespacial com a produção de residenciais fechados, podendo tratar-se de segunda residência destinada ao descanso e lazer turístico junto à natureza, amplamente espalhados pelo Brasil e pelo mundo.

Seguindo o caminho escolhido, que sem nenhuma dúvida representa um assunto de grande importância na atualidade, diante da atuação global do processo de urbanização provocado, nas últimas décadas pela migração do campo para a cidade, fomentado pela adoção

da tecnologia, dentre outros fatores. Mas, atualmente, está ocorrendo a urbanização do campo, e também pequena migração da cidade para o campo, o que se percebe com ações do Movimento dos Sem Terra-MST, na zona rural, importando nesta pesquisa a atuação capitalista.

Para alcançar o objetivo, foram utilizadas as técnicas de coleta de dados e as explicações teóricas. Pesquisou-se em livros, dissertações, teses, artigos, imagens de satélites, mapas, notícias, processos judiciais, bem como visitas à Prefeitura Municipal de Cuiabá e documentos requeridos no Cartório do 5º Serviço Notarial e Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Cuiabá-MT, além do trabalho de campo com a observação direta e entrevistas abertas ou não estruturadas.

Na realização da investigação, a entrevista não representou a principal técnica, tanto é que não foi elaborado questionário ou utilizados formulários, constando número de documento de identificação e assinatura do entrevistado. Mas apenas complementou as informações obtidas por meio das outras técnicas, sendo elaborada na forma aberta ou não estruturada, a partir de tópicos considerados relevantes para a concretização dos objetivos específicos e na constituição do fenômeno. Porém, os mesmos foram alterados conforme a evolução das respostas, aprofundando mais em assunto de conhecimento do entrevistado, sendo livremente respondidos pelo pesquisado e anotados simultaneamente pela pesquisadora, não necessariamente com as mesmas palavras do entrevistado.

Constituíram-se enquanto participantes as pessoas que se dispuseram a informar, principalmente, sobre a especulação imobiliária, os loteamentos fechados e as atividades turísticas na localidade, além da realização da pavimentação asfáltica e seus desdobramentos. Foram entrevistados diferentes sujeitos no Distrito do Coxipó do Ouro, o líder da comunidade, três professores da Escola do Distrito, três proprietários de restaurantes, dois caseiros de chácaras, dois proprietários de chácaras individuais, dois compradores de terrenos em loteamentos fechados e dois corretores de imóveis do primeiro e do último loteamento com fachada no sentido cidade de Cuiabá-Distrito.

Enfim, a realização da entrevista, juntamente com as demais técnicas, instrumentalizaram o detalhamento de informações sobre as transformações ocorridas no espaço, no que tange à provável pavimentação das vias que ligam a sede do Distrito do Coxipó do Ouro ao perímetro urbano da cidade de Cuiabá, à atuação dos empreendedores imobiliários e a criação de residências fechadas, principalmente à beira do rio Coxipó, além do funcionamento de clubes de *camping* e restaurantes, implicando em maior fluxo de pessoas.

Destaca-se a complexidade da pesquisa, visto envolver a relação cidade-campo, o processo de urbanização e metropolização, com a produção capitalista do espaço. No entanto,

neste estudo, apenas demonstra-se as fachadas de loteamentos, com guarita ou não, clubes e restaurantes, placas indicativas de venda de terrenos, amplamente expostas ao longo da Estrada da Ponte de Ferro. Inexiste a pretensão de adentrar na especificação dos empreendimentos imobiliários, conforme estudos de Bernardino (2008) e Silva (2009), embasados em dados devidamente registrados na Prefeitura Municipal de Cuiabá com imóveis situados dentro do perímetro urbano. Por não ter o objetivo de caracterizar cada empreendimento em suas peculiaridades, as fotos das fachadas dos loteamentos fechados, dos clubes e restaurantes aparecem com denominação não identificada, somente ilustrando os tipos de produção do espaço.

Com a Introdução, este trabalho está estruturado em quatro capítulos, sendo apresentado, no Primeiro, a fundamentação teórica inicial relativa ao espaço, considerada a principal categoria de análise, além da estrutura, função e forma do espaço homogeneizado, fragmentado e hierarquizado, o método e a delimitação da área de estudo. No Segundo Capítulo é abordada a mercadoria, os valores de uso e troca e o *marketing* no recorte do Distrito do Coxipó do Ouro. No Terceiro Capítulo estuda-se a cidade, o campo, o urbano e o rural, a relação cidade-campo, a urbanização, metropolização e globalização, abordando o recorte do Distrito do Coxipó do Ouro, enfim, no Quarto Capítulo enfoca-se a produção do espaço com as atividades produtivas e a legislação sobre os loteamentos, além da segregação socioespacial. Encerra-se com as Considerações Finais, que se constitui em uma, dentre as várias visões sobre um tema abrangente e complexo, envolvendo o processo de urbanização, além das Referências.

# CAPÍTULO I

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA INICIAL, CONTEXTUALIZAÇÃO METODOLÓGICA E ÁREA DE ESTUDO

### ***1.1 As abordagens da produção do espaço***

O trecho da Estrada do Coxipó do Ouro, conhecido por abrigar a Ponte de Ferro, representa um espaço que pode ser utilizado para analisar a relação cidade-campo, na escala de lugar, com a influência econômico-social e política do processo de urbanização irradiado da cidade de Cuiabá, mas sofrendo ações que configuram uma prática espacial mundial. Os arredores da cidade, atualmente, vêm sendo alvo de uma autêntica investida urbanizadora, considerando que a sua pretérita configuração rural está sendo acometida pela hodierna tendência dos espaços urbanos, com residenciais fechados aliados à busca do descanso, do lazer, da segurança e da natureza.

Focaliza-se a produção do espaço voltada às atividades de lazer à beira do rio, com os loteamentos fechados destinados à segunda residência e clubes de *camping* envolvendo o turismo, além da especulação imobiliária. Assim, o processo de urbanização, no recorte do espaço geográfico do Distrito do Coxipó do Ouro, aborda essas atividades no papel de causadoras de uma nova dinâmica espacial em área periurbana e rural, que até o final do século passado era marcada unicamente por atividades tipicamente rurais, ou conservada com o valor de uso.

As reflexões desta pesquisa amparam-se, principalmente, em estudos realizados por Carlos (2015) e Santos (1988), (2006), influenciados pelos pensamentos filosóficos, com isso “[...] o raciocínio aqui desenvolvido contempla, evidentemente, um *modo de pensar a Geografia*, o que, necessariamente, não exclui outros. É apenas um caminho possível situando-se no horizonte aberto pelas obras de Karl Marx e Henri Lefebvre [...]” (CARLOS, 2015, p. 26). A opção por esse caminho levou à necessidade da constante abordagem sobre o espaço no transcorrer do trabalho, devido à complexidade do assunto e às fontes pesquisadas, que estabeleceram tal configuração.

Cabe ressaltar que os clássicos marxistas partiram do pressuposto de que a análise unicamente econômica não dava conta da complexidade da ocupação espacial, sendo que, mais recentemente, os neomarxistas propuseram o conceito de produção do espaço, com destaque para Lefebvre (2006). Em síntese pode-se partir do conceito de produção do espaço, com o

modo de produção capitalista criando o espaço, ao invés de prevalecer os interesses da sociedade em sua totalidade.

Na análise da relação da cidade com o campo e do processo de urbanização são apropriados conceitos comumente aplicados à análise dos espaços intra e interurbano, quais sejam, produção do espaço urbano enquanto mercadoria; estrutura, processo, função e forma, espaço homogeneizado, fragmentado e hierarquizado e segregação socioespacial.

A urbanização tem se destacado diante das múltiplas crises, sejam as internacionais próprias do capitalismo avançado, as latino-americanas, características da economia dependente, e a brasileira, com raízes sociais, além de políticas e econômicas, pois, conforme a afirmação de Silva e Sposito (2017, p. 14):

Não é diferente se desviarmos nossas lunetas para a urbanização: reconhecemos rapidamente que as transformações são muitas, percebemos que se acompanham de velhas crises e que novas são instaladas. As crises, tão debatidas no meio acadêmico para analisar os processos de rupturas, de mudanças, de inovações; são também extremamente importantes para a reflexão sobre as cidades, em suas novas formas e processos espaciais.

Assim, tais autores deixam claro que as modificações na produção do urbano e nas cidades processam-se em diferentes níveis e dimensões, podendo ser apreendidas em múltiplas escalas geográficas e perspectivas, inquiridas através de vários instrumentos conceituais e metodológicos. Esse foi um grande desafio desta pesquisa, diante da complexidade das abordagens.

Mesmo com a questão agrária não sendo o foco desta pesquisa, cabe observar que se trata de um dos fundamentos da produção do espaço no Brasil, sendo que no campo contemporâneo está havendo o incremento de pluriatividades, além da agropecuária, envolvendo as atividades de serviços. Apresenta-se nesta dissertação, ideias referentes não à totalidade da relação cidade-campo contemporânea do mundo capitalista, mas com o foco na particularidade de um pequeno recorte do Município de Cuiabá, sem, contudo, deixar de reconhecer a diversidade da urbanização recente do Estado de Mato Grosso realizada pela modernização da agropecuária na consolidação do agronegócio.

Mas, a urbanização impelida pelo agronegócio apresenta semelhanças com aquela movida pelo turismo e segunda residência, quando se verifica o deslocamento do Estado para o Mercado, com intensa politização na força produtiva do espaço segregado. Perde-se o sentido público com o espaço sendo produzido sem resguardar o interesse social, resultando em desigualdades pela imposição da vontade empresarial homogeneizante, considerando tratar-se

o Estado, formalmente, “[...] uma organização destinada a manter, pela aplicação do Direito, as condições universais de ordem social” (MALUF, 1988, p. 21).

Apesar de representar um espaço pequeno, no entorno de 14 quilômetros de uma das vias de acesso ao Distrito do Coxipó do Ouro, o qual não pode ser comparado com os milhões de hectares do agronegócio, mas a realização da pesquisa oferece noções para a reflexão sobre a urbanização brasileira no período atual, apontando possíveis articulações com o processo de mundialização da economia característico do capitalismo, lembrando Morin (1999, p. 33), ao considerar ser preciso:

Contextualizar e globalizar, situar num conjunto se houver um sistema. E isto é necessário para a vida cotidiana e absolutamente necessário na nossa era planetária, em que não há problemas importantes de uma nação que não estejam ligados a outros de natureza planetária, o desenvolvimento técnico, o problema demográfico, o econômico, a droga, a Aids, a bomba atômica, etc. A necessidade vital da era planetária, do nosso tempo, do nosso fim de milênio, é um pensamento capaz de unir e diferenciar. É uma aventura, e muito difícil. Mas se não o fizermos, teremos a inteligência cega, a inteligência incapaz de contextualizar.

Na pesquisa da relação cidade-campo com o processo de urbanização, alocou-se o espaço enquanto a principal categoria de análise. Refere-se à escala de lugar, tendo em vista as transformações pela produção do espaço, em detrimento da história e do modo de vida construído socialmente e diante da crescente raridade espacial. Para tanto, também, embasou-se na teoria marxista do valor de uso e valor de troca da mercadoria, além das tríades lefebveana: forma, função e estrutura do espaço homogeneizado, fragmentado e hierarquizado, conforme será abordado em seguida.

## ***1.2 O Espaço como a principal categoria de análise***

A relação da cidade com o campo implica na consideração quanto às mudanças havidas nesse contato, que passou da oposição para o agrupamento entre os espaços, criando, desta forma, a possibilidade de alastramento do processo de urbanização na área rural, mediante ações de produção do espaço que podem gerar conflitos, inexistindo dúvidas quanto ao fato de que as cidades são originadas do mencionado processo.

A adoção do espaço e do lugar, conceitos balizadores da presente pesquisa, encontra explicação ao se afirmar que:

Esse momento aponta para o fato de que há exigências novas no capitalismo, momento em que a produção cessa de assegurar espontaneamente a reprodução, e em que a historicidade se transforma em mundialidade. Desse modo, o capitalismo, no curso de sua realização, se transforma e a reprodução sai da produção de mercadorias *para ganhar a sociedade toda*. Instaura-se, então, o que Henri Lefebvre denomina de cotidianidade como nível de análise, uma vez que é o lugar em que se estabelece o neocapitalismo. Como afirma Lefebvre, trata-se do lugar onde se reproduzem as relações sociais para além do local de trabalho, na sociedade inteira, no espaço inteiro. Assim, o urbano enquanto realidade real e concreta e enquanto virtualidade, isto é, uma realidade em constituição, aponta transformações, bem como os múltiplos fatores possíveis. (CARLOS, 2015, p. 35).

Com isso, o processo de urbanização, com a produção das relações via mercado, realizada com a mercadoria-espaço, aparece com suas mazelas, sendo notórias as atividades desenvolvidas a nível globalizado, de lazer e recreação. Acrescentando a provável realização de obra asfáltica, esperada há décadas por, praticamente, toda a população do Distrito, que sempre foi esquecida pelo poder público. Vem ocorrendo a supervalorização espacial, verificando-se a produção de um espaço capitalista, exaltando o valor de troca.

Mas, tal situação não impede a abordagem do lugar enquanto campo de resistência às forças econômicas, com a prevalência no presente estágio histórico do local e do global, constituindo-se em processo de consolidação dos fenômenos turísticos, em confronto com o vivido.

Na pesquisa, o lugar, tomado quanto a localização dos empreendimentos de loteamentos fechados, turísticos e imobiliários, representa a produção do espaço *stricto sensu* globalizado, prevalecendo sobre a sociedade em sua totalidade. Sobre isso, enfatiza Carlos (2014, p. 62):

[...] do ponto de vista da Geografia, poderíamos afirmar que a noção de produção se vincula à produção do homem, às condições de vida da sociedade em sua multiplicidade de aspectos, e como é por ela determinado. Aponta ainda para o movimento de reprodução e evidencia a perspectiva da compreensão de uma totalidade mais ampla, que não se restringe apenas ao plano econômico, abrindo-se para o entendimento da sociedade em seu movimento, o que muda os termos da análise espacial. Assim, a noção de produção está articulada, inexoravelmente, àquela de reprodução das relações sociais *lato sensu* – o que ocorre num determinado tempo e lugar, em escalas variáveis.

Ao abordarmos o lugar na construção da identidade, levando-se em conta a memória coletiva na produção do espaço determinando o uso, os objetos ganham sentido no desenvolvimento da vida, na forma de casa, na rua e seus significados. Afirma-se, segundo os ensinamentos de Carlos (2015, p. 38) que “[...] nessa orientação, a produção social do espaço

permite desvendar o sentido do termo apropriação a partir do habitar representando prática socioespacial que ganha objetividade no lugar, nos atos e ações da vida cotidiana [...]”.

Certamente, tais manifestações parecem sufocadas num espaço destinado ao comércio turístico, com as propriedades sendo divididas e vendidas por metro quadrado, através de loteamentos fechados, o qual é transformado em mercadoria rentável, numa demonstração da supervalorização da terra pelo processo de urbanização, o que encontra a seguinte explicação da mesma autora:

Isso tudo revela uma contradição importante entre o processo de produção do espaço, que tem por sujeito a sociedade como um todo, embora sua apropriação seja privada. Por esse motivo, significa afirmar que os acessos aos lugares condicionantes do uso encontram-se submetidos à forma mercantil da mercadoria, enquanto seu acesso se define no mercado, posto que o espaço é produzido e reproduzido enquanto mercadoria reprodutível, uma vez que o desenvolvimento do capitalismo transforma todos os bens e produtos em mercadoria. A produção do espaço numa sociedade fundada sobre a troca determina, direta ou indiretamente, a acessibilidade aos lugares da vida por meio das leis do mercado, subsumido pela existência da propriedade privada da riqueza gerada no seio da sociedade em sua totalidade. (CARLOS, 2015, p. 60).

Encontra-se em Lefebvre (2006) a produção do espaço feita também socialmente, não se tratando da denominada “primeira natureza”. Ao rever as ideias sobre a relação homem e meio, Carlos (2015, p. 69) faz a seguinte observação:

Mas essas ideias, ao se constituírem como horizonte para analisar a prática sócio-espacial, requerem, como pressuposto, um entendimento sobre o espaço como conceito teórico e como realidade concreta, elucidando o momento da história atual, no qual o processo de reprodução da sociedade, sob o comando do capital, realiza-se através do movimento da reprodução do espaço.

Saquet (2015, p. 74), ao referir-se a Milton Santos, afirma que “[...], no entanto, apesar de retomar o tema e revê-lo, a nosso ver, para este autor, o espaço permanece como a categoria principal da análise geográfica”. Inexistindo dúvida quanto a sua principal categoria de análise, apresenta-se a explicação de Santos (2006, p. 66) de que “O espaço são essas formas mais a vida que as anima”. Pode-se concluir com a afirmação do autor de que o espaço se constitui na manifestação do entusiasmo da vida. Prosseguindo na análise quanto ao espaço, o mesmo autor exemplifica que:

Uma casa vazia ou um terreno baldio, um lago, uma floresta, uma montanha não participa do processo dialético senão porque lhes são atribuídos

determinados valores, isto é, quando são transformados em espaço. O simples fato de existirem como formas, isto é, como paisagem, não basta. A forma já utilizada é coisa diferente, pois seu conteúdo é social. Ela se torna espaço, porque forma-conteúdo. (SANTOS, 2006, p. 71).

No mesmo caminho, mas com a peculiaridade da produção do espaço pela sociedade, Carlos (2015, p. 20) desloca o foco, afirmando que:

[...] da compreensão do *espaço* para a *produção do espaço*, a partir da tese segundo a qual a sociedade em seu processo constitutivo de humanização produz continuamente um espaço num movimento perpétuo, tornando-se imanente a sua própria existência. A noção de produção aponta a análise de um conteúdo que transcende as formas morfológicas ou a paisagem para enfocar o processo constitutivo dessa produção bem como os sujeitos dela, as mediações que tornam o processo real, tanto quanto a distribuição dos produtos desse processo.

Já com relação a David Harvey, Saquet (2015, p. 76) apresenta a afirmação de que o mesmo:

[...] argumenta em favor da justiça social, da transformação do espaço e da sociedade considerando o movimento relacional e histórico numa concepção materialista e dialética, porém, seu conceito principal não é o de território, mas o de espaço geográfico como categoria epistemológica da análise geográfica.

Acentua-se o espaço no papel de principal categoria de análise, destacando também o lugar, pois busca-se analisar o processo de urbanização identificando a nova produção espacial na área pesquisada, o que vem ocorrendo em detrimento à identidade do lugar representado pelo cotidiano da sociedade em sua totalidade, o que, para Santos (2006, p. 77), pode ser assim entendido:

[...] o espaço, é, antes do mais, especificação do todo social, um aspecto particular da sociedade global. A produção em geral, a sociedade em geral, não são mais que um real abstrato, o real concreto sendo uma ação, relação ou produção específicas, cuja historicidade, isto é, cuja realização concreta somente pode dar-se no espaço.

Portanto, restringe-se em analisar a produção capitalista no espaço concomitantemente com o lugar, buscando as contradições com o poder público constituindo-se em um dos agentes da metamorfose socioespacial.

### 1.3 A produção do espaço e seus agentes

A pesquisa levou ao encontro do processo de urbanização e algumas de suas facetas, da produção do espaço urbano, neste caso, fora do perímetro urbano, ou seja, na zona rural, mas com influência das forças advindas da cidade, tanto políticas, sociais, quanto econômicas. Havendo a atuação dos proprietários de terra, do poder público, das imobiliárias, das construtoras, dos bancos e dos consumidores localizados no perímetro urbano da cidade de Cuiabá, seguindo uma tendência de consumo praticada em âmbito mundial.

Na explanação da produção do espaço, Carlos (2016, p.15) demonstra outros aspectos, além da velocidade:

A produção do espaço abre-se, portanto, como possibilidade de compreensão do mundo contemporâneo, que, sob a égide da globalização, vai impondo novos padrões (assentados no desenvolvimento da sociedade de consumo e submetidos ao desenvolvimento do mundo da mercadoria) a partir dos quais vão se redefinindo as relações entre as pessoas numa sociedade fundada na necessidade de ampliação constante das formas de valorização do capital.

Esses novos comportamentos implicam na adoção, pela geografia, do par lugar/área e a escala do lugar e do mundial. A cidade contém contradições, pois o cotidiano ou o lugar constitui-se em uma categoria de análise que desloca do plano do econômico para o social. Encontram-se as determinações do político e do econômico, sejam elas contraditoriamente ou unidas, sobre a vida cotidiana. O processo de produção encontra apoio na programação do cotidiano pelo político e pelo econômico, visando a constituição de uma sociedade urbana, com um individualismo contraditório ao discurso referente à ampla possibilidade para todos.

O desenvolvimento da técnica vem aumentando a acumulação de capital, assim, a velocidade das transformações tem dado significado à dimensão espacial, pois o processo de produção/reprodução, ampliado pela economia, produz um novo espaço como condição e produto, mediante o turismo, o lazer e o capital financeiro aliado ao imobiliário, atuando na produção de um espaço que visa apenas o lucro. Para Sposito (2008, p. 65) a homogeneização das paisagens é resultado da reprodução do capital, sendo que:

Esta homogeneização das paisagens e dos hábitos que o capitalismo desenvolve (a aparência) não pode ser confundida com uma homogeneização dos papéis os lugares (a essência). A ampliação do processo de urbanização (aumento do número de cidades e formação de grandes áreas metropolitanas) determina a articulação entre os lugares e acentua a divisão social do trabalho que o capitalismo provoca de que necessita para se reproduzir.

Para compreender o mundo moderno, necessário se faz incluir a produção do espaço na realização do capitalismo ampliado pelo planeta, a fim de encontrar condições para a sua reprodução continuada. Segundo Carlos (2016, p. 17), “[...] todos os sintomas da constituição do mundo contemporâneo são espaciais”. O ser humano tem no espaço a sua condição de existência e as transformações sociais causam alterações nele, sendo importante lembrar Lefebvre (2006, p. 422):

O espaço, a terra, o solo, não desapareceram, absorvidos pela produção industrial; ao contrário: integrados ao capitalismo, eles se afirmam como elementos ou funções específicas, na sua extensão. Extensão ativa: salto adiante das forças produtivas, modalidades novas da produção, mas no quadro do modo e das relações de produção capitalistas; o que quer dizer que essa extensão (da produção, das forças produtivas) se acompanha ainda de uma reprodução das relações de produção à qual a ocupação inteira do espaço pré-existente e a produção de um novo espaço não podem ser indiferentes. Não somente o capitalismo se apoderou do espaço pré-existente, da Terra, mas ele tende a produzir o espaço, o seu. Como? Através e pela urbanização, sob a pressão do mercado mundial. Sob a lei do reprodutível e do repetitivo, anulando as diferenças no espaço e no tempo, destruindo a natureza e os tempos naturais. O econômico fetichizado no mercado mundial e o espaço que ele determina, a política levada ao absoluto não arrisca destruir seu próprio fundamento, a terra, o espaço, a cidade e o campo? E por consequência se autodestruir? Algumas das contradições novas, suscitadas por esta extensão do capitalismo ao espaço, deram lugar a representações logo vulgarizadas. Essas representações desviam e contornam os problemas (a problemática do espaço) mascarando precisamente as contradições.

A produção do espaço é necessária para a reprodução do humano e do social, enfim, da história construída num espaço e tempo definido pela ação. Para Carlos (2016), a apreensão do mundo moderno exige, primeiro, o entendimento que a produção das coisas e dos indivíduos é feita socialmente, enquanto produtos da história. Posteriormente, deve-se compreender que o processo de produção do espaço aumenta a alienação do humano, sendo força produtiva e consumidora, pois a produção é exterior e estranha, submetida à reprodução do capital e à realização do poder político. A reprodução capitalista na produção do espaço aumenta as suas contradições, causando conflitos de luta pelo espaço.

A explicação das novas dinâmicas que formam, revela e descobre a problemática espacial em sua totalidade é feita pela produção do espaço, diante da necessidade teórica de compreender o mundo moderno. Assim, a espacialidade elucida a realidade social. Primeiro, esclarece a localização e distribuição das atividades e dos homens, e, depois, explica o espaço com suas características sociais, produção humana em várias escalas, partindo do plano da realização da

vida cotidiana. Busca-se ultrapassar os fenômenos, construindo um pensamento da realidade interior nas *práxis* da existência humana mediante o deslocamento do foco da compreensão do espaço para a sua produção, realizada de maneira contínua, da qual depende a existência da sociedade.

Analisando a formação espacial capitalista, Moreira (2016, p. 18) acentua uma de suas características, qual seja, a evolução incompleta sociopolítica entre Estado e sociedade, pois considera-se “[...] revolvida no fundo de um vivido social sem vida quanto mais a formação social se urbaniza e mais com isso a formação espacial reduzida a uma dimensão socioeconômica pura reivindica seu reparo sociopolítico [...]”. O mesmo autor informa que as cidades se constituem em pontos nos quais é realizada a combinação espacial desigual, pois elas sugam os excedentes do modo capitalista de produção mais atrasados, os quais beneficiam os mais adiantados, hierarquizando ou recortando o espaço em pedaços de homogeneidade. Na mesma linha, Corrêa (2014) concebe que o espaço urbano é ao mesmo tempo fragmentado e articulado, ou seja, as diferentes áreas do centro, moradias das diversas classes sociais, comércio, gestão, serviços, lazer e futuras expansões, dentre outros, relacionados por meio de fluxos de veículos, pessoas e mercadorias.

Com as explicações de algumas categorias espaciais, pode-se acentuar a relação das atividades realizadas conforme o planejamento urbano, dentro do perímetro urbano e que afetam diretamente a zona rural delimitada neste estudo. Diante desse quadro, cabe considerar a localização da gestão pública, tanto municipal quanto estadual, dos fornecedores de mercadorias e das pessoas que possuem as suas residências e locais de trabalho num e/ou noutro lugar, além dos que se deslocam em busca de lazer.

De acordo com Carlos (2014, p. 57), a obra lefebveriana apresenta a dupla noção de produção podendo ser de objetos, produtos e mercadorias, além da produção do espaço enquanto condição para a reprodução da vida social, acentuando posteriormente que a ideia de espaço-mercadoria foi alvo de preconceitos na geografia, porém:

A nós, ao contrário, cumpre entender que o mundo da mercadoria se desenvolve sob novas formas (a reprodução do espaço como mercadoria), produz uma contradição (que vai aparecer de forma definitiva e dramática na prática sócio-espacial) entre valor de troca e valor de uso, como consequência do movimento da história que transformou o espaço em mercadoria. Esse movimento é necessário para compreender os novos conteúdos da produção do espaço bem como os novos sujeitos que interferem em sua produção.

Já na visão de Corrêa (1989), o espaço urbano é produzido e consumido de modo complexo e por agentes sociais concretos, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção e dos conflitos de classe que dela emergem. O autor prossegue afirmando que, uma das vias seguidas pelo constante processo de reorganização espacial, dentre outras, é a incorporação de novas áreas ao espaço urbano, sendo que as transformações espaciais não alteram suas características simultâneas, de ser fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social. Nesse sentido, Corrêa (1989, p. 11) identifica quais são os agentes sociais que produzem o espaço, afirmando que são quase sempre os mesmos propostos por outros autores, além disso enumera algumas ações que são materializadas da seguinte maneira:

São eles os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. A partir de sua ação, o espaço é produzido, impregnado de materialidades, como campos cultivados, estradas, represas e centros urbanos com ruas, bairros, áreas comerciais e fabris, mas também pleno de significados diversos, como aqueles associados a estética, *status*, etnicidade e sacralidade. À exceção do Estado, esses agentes são encontrados em sua forma pura ou quase pura. A literatura aponta para os proprietários de terras na periferia rural-urbana que esterilizam suas áreas agricultáveis à espera de valorização para fins de loteamento. [...]. Há ainda empresas ligadas exclusivamente à promoção imobiliária, seja como incorporadora, construtora ou ligada a vendas.

Enquanto que para Carlos (2015, p. 44) “[...] os proprietários de terras na periferia rural-urbana que esterilizam suas terras agricultáveis à espera de valorização para fins de loteamento” é considerado um dos tipos ideais de agentes sociais da produção do espaço.

Portanto, conforme a linha seguida nesta pesquisa, com o enfoque geográfico da produção do espaço, busca-se entender as atividades produtivas, tanto na cidade quanto no campo, adiantando a abordagem da autossegregação e segregação, que será discutida posteriormente, quanto aos residenciais fechados resultantes da mercadoria-espaço (a terra e o rio), pois, para Sposito (2013, p. 70):

Ao focar os agentes responsáveis pela produção do espaço urbano, em grande parte responsáveis pelas situações socioespaciais que geram a segregação e a autossegregação, refiro-me aos proprietários de terras, incorporadoras, corretores de imóveis, poder público etc. Os indivíduos ou grupos que se articulam para a implantação de espaços residenciais fechados têm poder econômico e político de diferentes matizes e alcances. Na esfera do poder público, é o nível municipal que tem maior peso, mesmo depois do Estatuto da Cidade, [...].

No âmbito da iniciativa privada, temos desde pequenos incorporadores, que loteiam áreas de 10 mil metros quadrados, até capitais que operam em larga escala, [...].

A característica comum a todas essas iniciativas de parcelamento e edificação é terem sido implantadas em descontínuo ao tecido urbano consolidado e estarem, pelo menos na fase de ocupação, muito distantes dos centros principais, bem como de outros equipamentos públicos e privados.

Enfim, ressalta-se que para compreender o mundo moderno é importante abranger a produção do espaço enquanto realização do capitalismo ampliado pelo planeta, a fim de encontrar condições para a sua reprodução continuada, pois, segundo Carlos (2016, p. 17), “[...] todos os sintomas da constituição do mundo contemporâneo são espaciais”.

#### ***1.4 Estrutura, função e forma do espaço homogeneizado, fragmentado e hierarquizado***

Conforme Lencioni (2017, p. 17), recorre-se na discussão sobre o espaço e ao fazer uma “leitura dos textos de Lefebvre o leitor é sempre conduzido a pensar em tríades na construção do todo. As noções de forma, função e estrutura são um exemplo dessa apreensão da totalidade. Ou homogêneo, fragmentado e hierarquizado, ao se referir ao espaço urbano capitalista”.

Para Santos (1988), acrescentando o elemento tempo ou processo em sua análise, as relações entre processo, forma, função e estrutura possibilitam compreender a produção do espaço dialeticamente através do tempo. Parte-se do conceito básico de que o espaço é produto da sociedade com a totalidade desta suportando a mudança na organização daquele, pois novas funções são assumidas pelas formas ou objetos geográficos, quando novos valores são atribuídos às formas pelo funcionamento da estrutura social, que varia conforme o tempo considerado. A forma é a revelação da estrutura e integrada pelo passado, com uma ou mais funções. Pode-se expressar as formas naturais ou sociais e artificiais enquanto estrutura revelada, na qual ocorreram processos.

Faz-se a associação entre a forma, função e estrutura, num processo ao longo do tempo, pois no entendimento de Santos (1988, p. 52) essas partes, quando consideradas separadamente, “[...] representam apenas realidades parciais limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade”.

O autor considera ainda que o espaço é o resultado dos processos produtivos da sociedade, importando o conceito de estrutura espaço-temporal, segundo o qual a acumulação decorre de

imposições nos níveis regional e local. As novas configurações resultam de estruturas específicas com determinadas funções e formas, havendo áreas onde as inovações podem ser imediatamente aceitas, noutras precisam passar por um maior número de distorções, em outros casos as inovações estruturais impostas mantêm oposição às formas existentes, sendo que estas nunca se acham inteiramente integradas ao novo.

De acordo com o contexto espacial, as definições podem ser adaptadas, Santos (1988) estabelece que a forma seja a visibilidade da coisa, com a função sugerindo uma atividade esperada, onde a estrutura representa as partes de um todo, enfim, o processo é a ação contínua em direção a um resultado, implicando em mudança, com o tempo.

Ocorre vinculação entre a economia, a política e as relações sociais que mudam constantemente produzindo cada momento com o movimento da sociedade, cabendo apreender esse movimento enquanto estrutural. Tais conceitos são necessários para explicar a estrutura do espaço social, a sociedade dos homens e as mudanças no uso espacial. Somente a forma e função são insuficientes para acompanhar as transformações naturais e sociais, precisando compreender a estrutura social, pois a estrutura socioeconômica da sociedade estabelece os valores de diferentes objetos geográficos, com a estrutura metropolitana estando em constante movimento de estruturação-desestruturação-reestruturação.

Na análise do espaço, o tempo é representado pelo processo e as formas criadas com as técnicas, conforme as necessidades representadas pelas funções do presente. Neste aspecto, Lencioni (2017, p. 26) pondera:

A fragmentação do espaço é nítida quando analisamos a cidade da perspectiva das funções urbanas, quando a vemos como um mosaico de zonas. [...]. Cada fragmento se hierarquiza em relação aos outros fragmentos e é, nesse sentido, que o espaço se apresenta hierarquizado. Nessa hierarquia se produz a dominação e subordinação, bem como valorização e desvalorização. Espaços de ricos na cidade, espaços de pobres; espaços nobres e espaços populares.

As necessidades da estrutura determinam o valor técnico da forma, sendo que esta muda conforme a estrutura. O primeiro impacto do capitalismo numa sociedade é estabelecer uma forma de rugosidade que cumpre uma função, o que afeta as novas funções.

Para Lencioni (2017), a forma é cada vez mais homogênea a nível mundial, implicando na ideologia do produtivismo e dos modelos, revelando a imposição dos poderes homogeneizantes, com destaque para as diferenças entre as classes sociais. Conforme ensinamento de Lencioni (2017, p. 25), verifica-se que somente compreendendo as fragmentações da sociedade é possível compreender as contradições, pois “[...] as diferenças

fragmentam o homogêneo. O espaço parece logicamente e historicamente fragmentado porque é imanente a essa sociedade a fragmentação”.

Segundo Lencioni (2017, p. 35), na transição metropolitana o novo tem imposição sobre “[...] uma urbanização anterior, a qual sobrevive apenas como herança de um passado ainda presente. Esse período de transição rompe com a estrutura anterior, altera e inova processos e produtos, mas também conserva algumas características de períodos precedentes, [...]”. Sendo importante observar que não se sabe sobre o futuro, assinalando verdadeira metamorfose espacial com uma nova configuração envolvendo a estrutura, a forma e a função.

O espaço é o lugar da produção. O processo de produção envolve um pedaço do território organizado por uma fração da sociedade para o exercício de uma forma particular de produção espacial. Assim, quanto maior a distância entre possibilidades reais de circulação das firmas em presença, tanto maior será a pressão para que a rede de transportes e comunicações seja adequada às mais fortes, facilitando-lhes a concorrência com as demais e, desse modo, aumentando sua força. O espaço do consumo depende da capacidade de disponibilidade financeira, mas também pela acessibilidade do bem ou do serviço demandado. Segundo Lencioni (2017, p. 35):

A forma que a metrópole assume, de maior escala territorial, ao expandir sua região, é central para a acumulação porque ela vem acompanhada de possibilidade de oferecer sobrevida às relações capitalistas, uma vez que a valorização imobiliária que acompanha o espraiamento territorial da metrópole se constitui numa das principais estratégias para a produção e a concentração da riqueza social, já que o predomínio da descontinuidade é estratégico para a reprodução do capital. A sua forma descontínua, por assim dizer, é a expressão, no limite último, da força desmedida do espaço-mercadoria, instrumentalizado pela valorização imobiliária do capital.

Na área pesquisada, a estrutura vem sofrendo mudanças, especialmente levando-se em conta a possibilidade da pavimentação asfáltica e a disponibilidade de rede elétrica moderna, instalada nos últimos dois anos. A função está sendo alterada com as atividades do primeiro para o terceiro setor, de lazer e turismo, sendo a forma representada pelos loteamentos fechados e clubes de *camping*, para atender às atividades turísticas. Percebe-se a homogeneização das formas, ao mesmo tempo em que fragmenta as diferentes classes sociais.

Com esses elementos, patenteia-se o processo de urbanização do campo, diante do espaço-mercadoria, sendo esta detalhadamente estudada no próximo capítulo, o qual envolve o rio Coxipó, com os loteamentos fechados e clubes de *camping*, além das áreas destinadas à especulação imobiliária. Mas, segundo Lencioni (2017), existe um período de transição entre o

velho e o novo com o futuro minimamente previsto, porém, mesmo assim busca-se estudar tais transformações seguindo o caminho apresentado na sequência.

### 1.5 O método

Neste contexto, Carlos (2007, p.108) ao criticar determinado tipo de abordagem, junta os principais pontos a serem discutidos, mesmo tratando-se de uma pesquisa realizada em um recorte espacial específico, mas sofrendo a influência de forças produtivas mundiais:

Por fim, a questão que se reveste de importância é aquela do conteúdo do processo de urbanização atual e das estratégias que sustentam o processo de reprodução continuada da cidade e do campo – nos planos econômico, político, e social. Assim, se de um lado a gestão da sociedade urbana vai determinando novos padrões que se impõem de fora para dentro pelo poder da constituição da sociedade de consumo (assentada em modelos de comportamento e valores que se pretendem universais e fortemente apoiados na mídia e na rede de comunicação que aproxima homens e lugares) em um espaço-tempo diferenciado e desigual, de outro ela aponta que a realidade produzida é profundamente desigual, revelando a dialética do mundo.

Na citação, Carlos (2007) aponta que a realidade produzida é profundamente desigual, revelando a dialética do mundo, enquanto Carlos (2016) constata que a transformação no mundo contemporâneo exige questionamentos referentes aos procedimentos teórico-metodológicos utilizados para explicá-lo. Na geografia ocorre uma nova perspectiva, na qual espaço e o tempo são indissociáveis, pois toda ação social se realiza num espaço determinado e num certo período de tempo. As relações sociais são espaciais e a análise geográfica é socioespacial. A dialética nega os modelos que sistematizam a realidade e critica a sociedade atual e as contradições vividas. Ao analisar e explicar fragmentos da realidade, desmitifica o capitalismo questionando as desigualdades e explicitando a crise nos planos econômico, social, político e ambiental.

Carlos (2016, p. 21) observa ainda que: “A ironia do momento é que o abandono do debate sobre a *produção do espaço* no conjunto da produção capitalista – como momento de crise do processo de acumulação – coincide com a extensão do mundo da mercadoria [...]”.

Portanto, a ciência geográfica passou, do enfoque tradicionalmente geográfico da localização das atividades e grupos humanos no espaço, para a análise das suas relações na execução do processo de apropriação, produção e reprodução do espaço em seus teores sociais. Sendo escolhida para a pesquisa a orientação teórico-metodológica inspirada em obras

marxistas e lefebvreanas, analisando o processo de reprodução social enquanto constitutiva de uma espacialidade, segundo Carlos (2014). Neste trabalho, também, acorda na direção de que “[...] em suma, a dialética diz respeito à compreensão dos processos que comandam a análise científica da sociedade a partir da luta de classes e da prática coletiva pela emancipação do homem, contra a exploração, em prol da igualdade social” (HAGUETTE, 2001, p. 16).

Assim, na compreensão do mundo, procura-se adotar uma maneira crítica para esclarecer a dialética do mesmo, um desempenho radical para desvendar a sociedade em que vivemos e suas contradições, geradoras de conflitos, sendo preciso destacar o capital e as renovadas formas de lucro e alienação, submetendo as pessoas ao consumo na busca da realização de desejos, conseguindo a acumulação. A produção radical do conhecimento implica num debate quanto à humanidade do homem, visando uma sociedade nova, não escrava do consumo criado pela mídia e pelo Estado.

Já Kosik (2010, p. 22), em sua explicação sobre o método dialético, afirma que:

[...] método revolucionário de transformação da realidade. Para que o mundo possa ser explicado *criticamente*, cumpre que a explicação mesma se coloque no terreno das práxis revolucionárias. [...] a realidade pode ser mudada de modo *revolucionário* só porque e só na medida em que nós mesmos produzimos a realidade, e na medida em que saibamos que a realidade é produzida por nós. [grifos do autor].

Minayo (1994, p. 16) destaca o equilíbrio necessário à realização da pesquisa, apresentando a metodologia na interconexão entre teoria, realidade e pesquisador:

Entendemos por *metodologia* o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias, e está sempre referida a elas. [...] Da forma como tratamos neste trabalho, a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador. [...] O endeusamento das técnicas produz ou um formalismo árido, ou respostas estereotipadas. Seu desprezo, ao contrário, leva ao empirismo sempre ilusório em suas conclusões, ou especulações abstratas e estéreis. [...] nada substitui, no entanto, a criatividade do pesquisador.

Segundo Haguette (2000, p. 175), “[...] são as matrizes teóricas-explicativas sobre o real que iluminam os dados e que lhe imprimem sentidos”. Na mesma vertente, a autora (2001, p. 19) acentua a importância da interpretação realizada pelo cientista, ou seja, a aplicação da teoria ao real, indicando que:

As técnicas, na verdade, são secundárias no sentido de que poderão ser sempre justificadas dentro do método científico. A grande questão que se coloca hoje para o cientista social, especialmente nos países periféricos onde sua atuação o aproxima com mais violência das consequências do exacerbado poder de poucos sobre muitos, não é, a nosso ver, o domínio dos métodos e técnicas de pesquisa social, mas o escrutínio de sua própria visão de mundo, pré-requisito fundamental daquilo que dela decorre, a atividade de analista do real, de intérprete das experiências alheias e de protagonista ativo das transformações que lhe parecerão necessárias, mas que nem sempre serão as melhores.

Para estabelecer critérios, métodos e técnicas mais precisas à investigação do fenômeno, à pesquisa exploratória caberá a etapa da coleta de dados e de levantamento de informações. Investigar um fenômeno social, seguindo o caminho da metodologia qualitativa e descritiva, representa a escolha mais adequada, uma vez que, segundo Demo (1987), realidades sociais se manifestam de forma mais qualitativa do que quantitativa, dificultando procedimentos de manipulação exatos.

Diante desse quadro, conforme Haguette (2001, p. 86), “A entrevista pode ser definida como um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. A fim de esclarecer quanto ao modo de aplicação da entrevista, apresenta-se o seguinte entendimento de Cruz Neto (1994, p. 58):

Em geral, as entrevistas podem ser *estruturadas* e *não-estruturadas*, correspondendo ao fato de serem mais ou menos dirigidas. Assim, torna-se possível trabalhar com a entrevista *aberta* ou *não-estruturada*, onde o informante aborda livremente o tema proposto; bem como com as *estruturadas* que pressupõem *perguntas previamente formuladas*. Há formas, no entanto, que articulam essas duas modalidades, caracterizando-se com *entrevistas semi-estruturadas*. [grifos do autor]

### **1.6 Delimitação da Área de Estudo**

Para embasar as discussões teóricas, enfoca-se a relação cidade-campo e o processo de urbanização com o espaço-mercadoria, buscando subsidiar a análise das transformações detectadas, apresenta-se quanto à área de estudo, a sua localização, algumas mudanças econômicas e aspectos da hidrografia.

A escala espacial escolhida é a local, apresentando o objeto de investigação do processo de urbanização no campo, com a produção do espaço mediante a especulação imobiliária e os loteamentos fechados, clubes de *camping* e restaurantes turísticos produzidos, principalmente,

entre o rio Coxipó e um trecho da Estrada da Ponte de Ferro, na zona rural do município de Cuiabá-MT, a partir do término do perímetro urbano desta cidade, passando pelo Distrito do Coxipó da Ponte e terminando na sede do Distrito de Coxipó do Ouro, conforme pode ser observado na Figura 01.

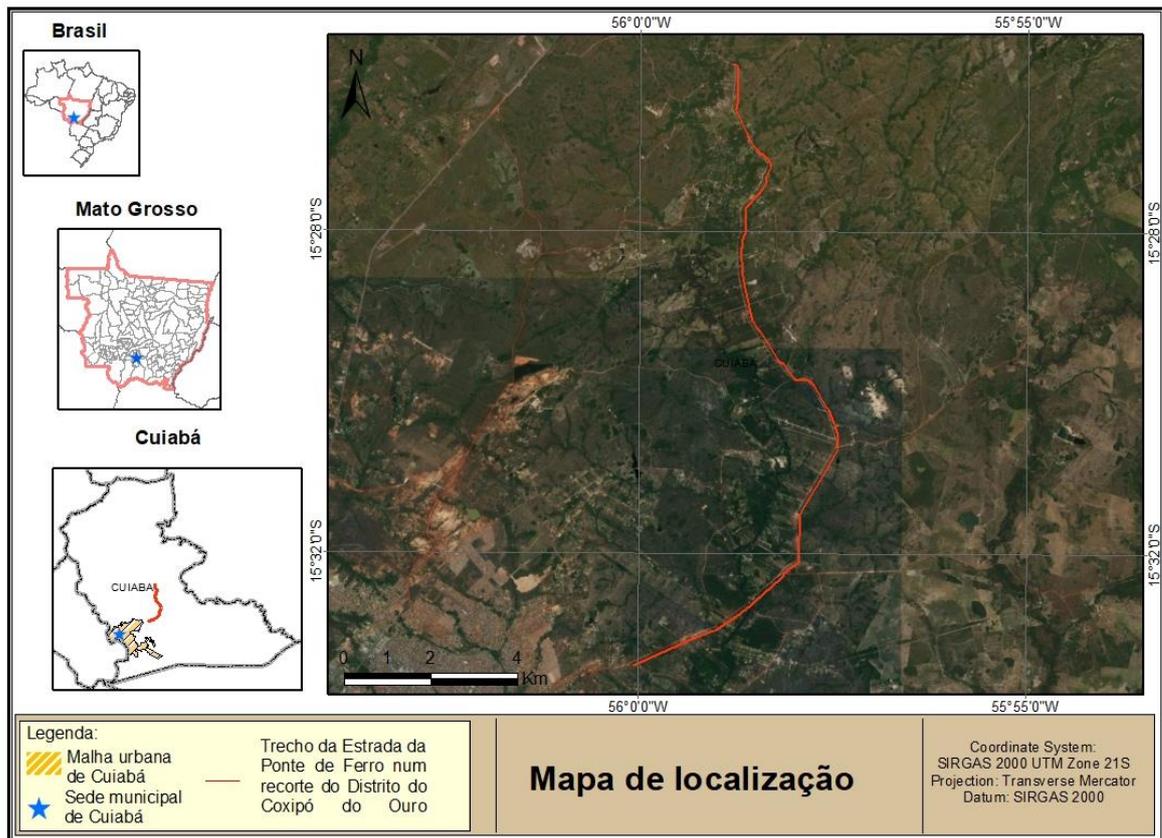


Figura 01- Localização da Área de Estudo  
Organização: Takata e Rodrigues, 2018.

É importante lembrar que o Estado de Mato Grosso pertencia originalmente à capitania de São Paulo e abrangia os atuais Estados de Mato Grosso do Sul e Rondônia. A jusante do rio Coxipó, onde hoje está situado o bairro São Gonçalo Beira Rio, no Distrito do Coxipó da Ponte, os bandeirantes Manoel de Campos Bicudo e Bartolomeu Bueno da Silva chegaram, pelo rio Cuiabá, nos últimos anos do século XVII, criando o primeiro povoado, tendo o filho do primeiro, Antônio Pires de Campos, implementando guerra aos índios Coxiponés, no ano de 1718.

Em 1719, o bandeirante Pascoal Moreira Cabral entrou em choque com a mencionada tribo, o que causou a morte de alguns e ferimentos de vários componentes de sua tropa, levando os bandeirantes a subir o rio Coxipó e acampar na margem onde fica o atual Distrito do Coxipó

do Ouro, a fim de esperar reforços, ocasião em que foi encontrado ouro. Esse acontecimento fomentou a fundação do Arraial da Forquilha, tendo em vista que no local existe o encontro dos ribeirões: dos Peixes e Mutuca, que dão continuidade ao rio Coxipó, onde, dois anos após, em 1721, foi celebrada a primeira missa em solo do atual Estado de Mato Grosso.

No ano de 1722 ocorreu a descoberta de uma maior quantidade de ouro, por meio dos índios escravos de Miguel Sutil, junto ao córrego da Prainha, nas proximidades da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, origem da formação da cidade de Cuiabá, o que atraiu quase toda a população para as proximidades da nova mina de ouro.

Portanto, o processo de ocupação de Mato Grosso somente se efetivou com a descoberta de ouro nas minas de Cuiabá, mas, posteriormente, ocorreu a descoberta de nova mina de ouro às margens do rio Guaporé, onde foi erguida, a mando da Coroa portuguesa, a primeira capital da capitania de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade. Manteve-se ela, enquanto capital, até 1825, tendo sido fundada em 1752. Portugal buscou incentivar expedições e consolidar os lugares fronteiriços da antiga Capitania e, para tanto, realizou a distribuição de terras através de cessão de sesmarias. Em 1800, a população das cidades de Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade se encontrava reduzida com a decadência da atividade de extração de ouro.

Durante a segunda metade do século XIX em plena estagnação econômica de Mato Grosso, aconteceu a Guerra do Paraguai, fator que contribuiu, ainda mais, para a paralisação das atividades produtivas. Com o fim da Guerra, a pecuária voltou a se expandir, ocorrendo no início do século XX o incremento na exploração de borracha e produção do açúcar, possibilitando o fortalecimento de Cuiabá.

Em meados do século XX, o espaço mato-grossense passou a ser objeto de integração nacional, com a política federal resultando em alterações físicas, econômicas e sociais, assim “[...] a convivência do tradicional e do ‘moderno’, nas diferentes formas de viver e produzir, marcou um novo reordenamento do território, em um processo ainda em formação, cuja tendência aponta para o domínio do agronegócio no Estado.” (MORENO, 2017, p. 48).

Apresenta-se as informações complementares para a obra de implantação e pavimentação da Rodovia MT-402 (Coxipó do Ouro), em trecho fora da área pesquisada, mas retratando diversos aspectos do Distrito, conforme a justificativa do SINFRA MT (2017, p. 3-4) com alguns detalhes interessantes:

Berço de Cuiabá, o Distrito de Coxipó de Ouro foi o lugar que deu origem à colonização da região central do país, fundado oficialmente em 8 de abril de

1719 por Pascoal Moreira Cabral. Originalmente nomeado como Arraial da Forquilha, foi o local da primeira missa, celebrada em 21/02/1721. De lá para cá muita coisa mudou, e hoje o Distrito conta com 27 comunidades, de aproximadamente mil moradores. Além do Rio, Coxipó do Ouro agrega paisagens exuberantes. A festa do Senhor Divino, que iniciou com a expansão da cidade, ainda registra a participação de mais de 10 mil pessoas por ano. Outros encantos são os projetos arquitetônicos antigos como a Escola Nossa senhora da Penha de França e a primeira Zona Eleitoral, que ainda estão erguidos. Mas o acesso ao Distrito ainda é um problema. Do centro da cidade de Cuiabá são aproximadamente 30 km, dos quais boa parte é por estrada de chão. Além disso, ao longo da MT-402 destaca-se o acesso ao Clube de Tiro do Pantanal e ao Aterro Sanitário de Cuiabá. Dessa forma, a pavimentação da Rodovia MT-402 irá beneficiar a população de toda a baixada cuiabana não só pela melhoria na qualidade de vida e na facilidade de acesso ao Distrito, mas também na exploração do enorme potencial turístico que a região apresenta, sobretudo aos finais de semana, uma vez que a região é composta por várias chácaras e sítios, conforme foi constatado durante os estudos para a elaboração do projeto. Assim, a obra de pavimentação da rodovia MT-402 trará enormes benefícios à região em questão, garantindo mais conforto à população e impulsionando a economia local.

Quanto à hidrografia, o rio Coxipó, visto na Figura 02, juntamente com o rio Manso, representam as maiores sub-bacias do rio Cuiabá. O rio Coxipó, nasce no município de Chapada dos Guimarães, trata-se de rio de planalto, possuindo diversas corredeiras e quedas livres, com a altitude diminuindo bruscamente até a zona urbana de Cuiabá, passando pelo Distrito do Coxipó do Ouro e Coxipó da Ponte, podendo nas cheias extravasar suas águas e alcançar até 10 metros acima do nível normal. É o principal curso de água da sub-bacia do Coxipó e representa um importante afluente do rio Cuiabá, “[...] drenando uma área de aproximadamente 660 km<sup>2</sup>, situada entre as coordenadas geográficas 55°40’W e 15°40’S e 56°10’W e 15°10’S” (FIGUEIREDO; SALOMÃO, 2009, p. 43).

Portanto, por volta do ano de 1719, a descoberta de ouro às margens do rio Coxipó atraiu as pessoas para aquele local, devido à existência da riqueza mineral. Explanou-se em linhas anteriores o processo de transformação de Mato Grosso fomentadas pelas medidas políticas e econômicas, desde as sesmarias até o agronegócio, sendo que os moradores do Distrito do Coxipó do Ouro vêm sofrendo os reflexos dessa ação.

Os sinais das mudanças no modo de vida da população tradicional, ligado ao rio, podem ser observados ao se constatar que, há 40 anos atrás, pescava-se grandes e variados peixes, mas visualiza-se no início do século XXI apenas pequenos lambaris. Além da chegada da energia elétrica possibilitando mais conforto às pessoas, as atividades ligadas à pequena produção agrícola e pecuária de pequeno porte estão sendo abandonadas pelos descendentes dos primeiros proprietários, considerando a necessidade de residir, principalmente, nas cidades de

Cuiabá e Várzea Grande, seja pelas condições de emprego ou de educação. Assim, as propriedades estão sendo vendidas, uma vez ser onerosa a manutenção de imóvel rural improdutivo.



Figura 02 - Rio Coxipó nas proximidades da sede do Distrito do Coxipó do Ouro  
Fonte: Castilho, 2017.

Nota-se, quase trezentos anos após, nas proximidades do rio Coxipó, a rápida transformação espacial ocorrida entre os anos de 2010 e 2017, conforme as Figuras 03 a 08, com a vegetação sendo retirada e surgindo em seu lugar os loteamentos fechados, clubes de *camping*, restaurantes e áreas destinadas à especulação imobiliária. Com isso, o processo de urbanização precisa ser analisado tendo em vista as atividades econômicas recentemente implantadas no lugar, com a mercantilização do espaço.

As mencionadas Figuras da Estrada da Ponte de Ferro demonstram a divisão da mesma em três trechos, no sentido cidade de Cuiabá-Distrito do Coxipó do Ouro, tendo o rio Coxipó nas suas adjacências, sendo, o primeiro, do término do perímetro urbano até a Ponte de Ferro, o segundo, da Ponte de Ferro até o entroncamento com a estrada de acesso à comunidade de São Jerônimo (que está fora da área pesquisada), e, o terceiro, do entroncamento com a estrada de acesso à comunidade de São Jerônimo até as proximidades da sede do Distrito do Coxipó do Ouro.



Figura 03 – Primeiro trecho da estrada, 2010  
Fonte: Google Earth, 2010.



Figura 04 – Primeiro trecho da estrada, 2017  
Fonte: Google Earth, 2017.



Figura 05 - Segundo trecho da estrada, 2010  
Fonte: Google Earth, 2010.

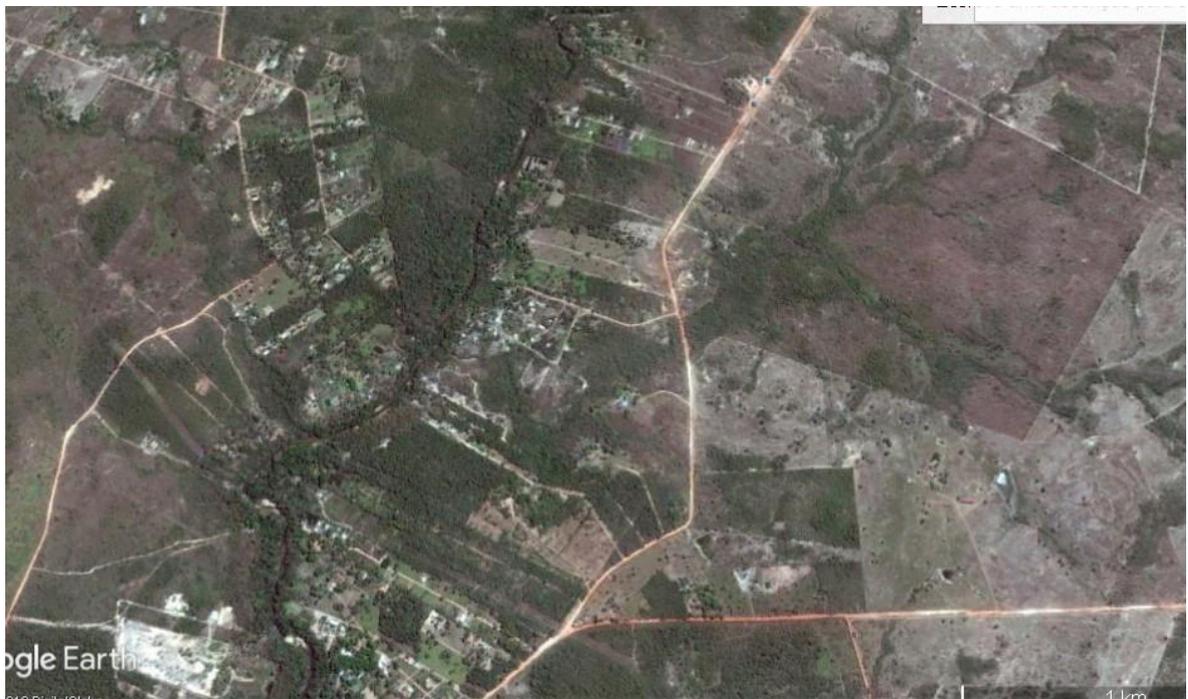


Figura 06 – Segundo trecho da estrada, 2017  
Fonte: Google Earth, 2017.



Figura 07 - Terceiro trecho da estrada, 2010  
Fonte: Google Earth, 2010.



Figura 08 - Terceiro trecho da estrada, 2017  
Fonte: Google Earth, 2017.

As imagens comparativas dos anos de 2010 e 2017 demonstram intensamente a metamorfose espacial servindo, por si só, para retratar a produção capitalista às margens do rio Coxipó, fora do perímetro urbano da cidade de Cuiabá. Mesmo não sendo o objetivo deste trabalho analisar os possíveis danos causados ao rio pelas atividades econômicas, visualizam-se as alterações na mata ciliar, que possui papel importante no controle da erosão, na filtragem de poluentes, estabilizando a quantidade e qualidade da água, inclusive as das chuvas, evitando o assoreamento do manancial, reduzindo as enchentes, enfim, colaborando com a sobrevivência da fauna, cuja remoção, de maneira inadequada, implica no desequilíbrio da natureza. Além disso, os riscos de poluição são evidentes, diante do ritmo acelerado na antropização com a finalidade lucrativa, denotando a pouca relevância dada pelo poder público em garantir o equilíbrio ambiental e o interesse social em sua totalidade.

Diante das evidentes transformações causadas pela produção do espaço enquanto mercadoria, faz-se, no próximo capítulo, um estudo sobre a mesma, buscando o entendimento dos valores de uso e de troca.

## CAPÍTULO II

### A MERCADORIA E OS VALORES DE USO E TROCA

#### 2.1 A mercadoria-espaço

A linguagem da mercadoria é apresentada pela sua presença física mediante os valores de uso e de troca. Nesta pesquisa, a mercadoria é considerada para além da troca, com os espaços urbano e rural tomados enquanto mercadorias, pois Lefebvre (2006, p. 5) considera o conjunto de relações, nas quais o espaço é uma mercadoria diferente das coisas que são consumidas, pois “[...] o espaço não pode mais ser concebido como passivo, vazio ou então, como os ‘produtos’, não tendo outro sentido senão o de ser trocado, o de ser consumido, o de desaparecer”. Para o autor o espaço é agente produtivo das ações e relações que o transformam, deixando de ser passivo e estático.

Nesse aspecto, com as relações sociais surge um processo de produção, evoluindo para o modo de produção capitalista, que acaba regulando as sociedades. Portanto, o trabalho social engloba a sociedade em sua totalidade na produção do espaço urbano, indo além do trabalho de produção industrial, tratado por Marx (1996), porém, a teoria do valor de uso e do valor de troca é válida tanto para a mercadoria produto industrial quanto para a mercadoria-espaço. Carlos (2016, p. 21), observa que está ocorrendo “[...] a extensão da propriedade privada do solo urbano e da terra, transformando a cidade inteira em mercadoria vendida no mercado mundial como estratégia de acumulação através da produção da mercadoria-espaço.”

Faz-se necessário, primeiramente, buscar o entendimento das relações da mercadoria e a sua linguagem, as quais proporcionam a acumulação do capital no bojo do modo capitalista de produção, pois, com a substituição do feudalismo, a produção de mercadorias, já existente antes da inauguração desse sistema, foi estendida às mais diversas atividades, inclusive ao próprio espaço urbano e rural, com o mercado invadindo a vida humana. Lembra-se a urbanização enquanto processo de produção do espaço-mercadoria, enquadrando as atividades turísticas, a especulação imobiliária e o loteamento fechado para segunda residência à beira do rio, característicos da área de estudo. Observando a peculiaridade do assunto pesquisado e tendo em vista Alvarez (2013, p.12):

A generalização da forma mercadoria no capitalismo ultrapassou os muros das fábricas, atingindo cada vez mais bens não produzidos pelo homem (água, ar) e momentos e lugares de realização da vida (para além do tempo do trabalho), de modo que o uso do/no espaço, sob a égide da propriedade privada dos meios de produção e da terra, supõe a mediação da troca e do valor de troca.

Na urbanização do pós-guerra, a produção em massa de moradias mascarou a tendência, levada a termo pelo urbanismo, [...] transformando-se o habitar em habitat.

Ressalta-se que a teoria marxista é de suma importância para se compreender e apreender o processo de transformação do espaço em mercadoria, com seu valor de uso e de troca, reduzido a uma proporção em dinheiro. Os cultos foram profanados pelo dinheiro e o trabalho da sociedade transformado em mercadoria. O mercado, com suas leis, preços, cifras e taxas de lucro, comanda as operações, escapando do controle da sociedade em sua totalidade, frente ao processo de produção e circulação das riquezas, instrumentalizando o homem, aparentando ser de natural. A economia é apresentada junto com o fetiche da mercadoria, tornando invisível o trabalho social concreto e ocultando a possibilidade de mudança pela sociedade.

Mesmo tendo buscado novas fórmulas para compreender a realidade diante do desemprego, o importante é que a análise da linguagem das mercadorias representa um marco histórico, pois para Marx (1996, p. 122), “[...] a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias”.

A mercadoria ocupa o principal lugar nas sociedades cuja produção é capitalista, prestando à acumulação de riquezas, satisfação das necessidades, saciedade da fome ou realização dos sonhos, ou sendo instrumento de produção, troca e consumo da sociedade. Havendo conexão entre esses acontecimentos sociais, com o papel de objeto de consumo, a mercadoria pode satisfazer alguma necessidade, enquanto que a acumulação acontece depois de ter sido realizada a troca entre mercadorias de mesmo valor. Conforme afirma Alvarez (2017, p. 65):

O desenvolvimento do capitalismo, sobretudo a partir da Revolução Industrial, corresponde a produção de um espaço desigual, que tem na urbanização a centralidade de seu desenvolvimento. O pleno desenvolvimento da forma mercadoria, transformou muitos bens não produzidos pelo homem em mercadorias. A mundialização, que se descortina na segunda metade do século XX, absorvendo desigual e diferencialmente tempos e espaços ainda não integrados à lógica da reprodução capitalista, também se realiza como a sociedade urbana em escala planetária, estendendo cada vez mais para além da fábrica a reprodução das relações de produção, configurando espaços tempos da vida cotidiana na lógica da mercadoria. Trata-se do momento em que o capitalismo para se desenvolver, extrapola a produção de mercadorias, capturando outros segmentos e momentos da vida: o espaço, o lazer, o turismo, a cultura, as relações familiares e de vizinhança, vinculando-se diretamente à produção e circulação de valor. A formação da sociedade urbana, portanto, vincula-se ao movimento de reprodução, que abarca o espaço e efetua-se no plano das relações gerais do desenvolvimento do

capitalismo e das estratégias e alianças entre o econômico e o político, que emergem no plano do cotidiano.

As pessoas levam as mercadorias para serem trocadas por outras de igual valor, desconhecendo que estão a serviço das mesmas, visto que a capacidade especial da mercadoria é a de possibilitar a acumulação. Segundo Marx (1996), para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai dele se servir no valor de uso, por meio da troca. A produção da mercadoria objetiva que a mesma seja vendida, não se prestando para o uso de quem a produziu. Neste sentido, Carlos (2016, p. 3), ao buscar a utopia, diante da alienação e da propriedade particular, assim explica: “O que quer dizer que, no amplo processo de acumulação, o capitalismo estende-se à produção do espaço englobando e articulando novas áreas pela necessidade de expandir-se para novas esferas produtivas”.

Conforme Marx (1996), diferentes objetivos são realizados pela mercadoria, pois ela é portadora de dois atributos, quais sejam: o valor de uso e o valor de troca, sendo o primeiro criado pelo trabalho concreto, podendo ser útil ou consumido pelo produtor, ou tornar-se objeto de valor, quando é trocado por outro produto de igual valor. Já o segundo representa a mesma proporção de valor entre os produtos que são trocados, necessitando de um acerto quanto ao tempo socialmente gasto na produção a fim de realizar os seus fins. Bogo (2015) suspeita que a linguagem das mercadorias esteja na segunda característica, quando elas estão disponíveis para a troca, apresentando relação com outra mercadoria e com os homens.

Passa-se a abordar o valor da mercadoria revelando alguns detalhes do capitalismo na sociedade.

## **2.2 O valor da mercadoria e as suas relações**

Segundo Marx (1996, p. 166), na sociedade capitalista os valor de uso constitui o conteúdo material da riqueza sendo, ao mesmo tempo, portador do valor de troca, apresentando inicialmente uma relação quantitativa, com a troca de valores de uso de espécies diferentes: “O valor de troca parece, portanto, algo casual e puramente relativo; um valor de troca imanente, intrínseco à mercadoria (*valeur intrinsèque*), portanto uma *contradictio in adjecto*”.

Bogo (2015, p. 31) afirma o seguinte: “É no processo de trabalho na produção que o valor se encarna nas mercadorias”. Observa-se que a força de trabalho denominada de concreta é consumida pelo comprador, deixando de ter valor de uso para o produtor e reaparecendo na

coisa comprada com o valor de uso mesmo no capitalismo, satisfazendo as necessidades humanas. Nesse sentido, Marx (1996, p. 167) destaca o valor de uso ao dizer que:

Suas propriedades corpóreas só entram em consideração à medida que elas lhes conferem utilidade, isto é, tornam-nas valor de uso. Por outro lado, porém, é precisamente a abstração de seus valores de uso que caracteriza evidentemente a relação de troca das mercadorias. Dentro da mesma um valor de uso vale exatamente tanto como outro qualquer, desde que esteja disponível em proporção adequada.

A sociedade atua sobre a natureza modificando-a e visando dar forma útil para aquilo que extrai da mesma, mas, antes, projeta na mente o objeto a ser produzido, o que leva Bogo (2015, p. 32) a conceber que “[...] o trabalho do homem que transforma a natureza produzindo valor de uso, também produz valor. O valor, no processo de trabalho, está situado no interior das mercadorias, mas ele somente aparece quando elas são colocadas à disposição das trocas”. Marx (1996, p. 188) explica sobre o valor de troca, ao advertir que:

Quando no início deste capítulo, para seguir a maneira ordinária de falar, havíamos dito: A mercadoria é valor de uso e valor de troca, isso era, a rigor, falso. A mercadoria é valor de uso ou objeto de uso e “valor”. Ela apresenta-se como esse duplo, que ela é, tão logo seu valor possua uma forma rápida de manifestação, diferente da sua forma natural, a do valor de troca, e ela jamais possui essa forma quando considerada isoladamente, porém sempre apenas na relação de valor ou de troca com uma segunda mercadoria de tipo diferente.

O trabalho social pode se apresentar de duas formas, considerando o tempo concreto aplicado na criação do produto ou serviço, que se faz presente em todas as sociedades, e o trabalho abstrato, encontrado apenas na sociedade capitalista moderna. No primeiro, a atividade humana cria produtos com usos distintos, por exemplo, roupas e móveis. Já o trabalho abstrato, segundo Moreira (2016, p. 55):

[...] é a substância comum advinda do estado do tempo médio das atividades do trabalho concreto entre e no âmbito da divisão tecnoespecializada dos ramos de produção. É o trabalho que gera e se expressa no valor, a substância do tempo médio contida e diferenciadora dos produtos por seus valores de troca. E que surge, junto ao valor, numa relação de valor-trabalho, com o surgimento do capitalismo como uma sociedade centrada nas relações de mercado.

Percebe-se que a mercadoria possui essencialmente o tempo socialmente gasto na sua produção, ou trabalho concreto, do qual a magnitude do valor é dependente. Mas, o valor somente é visível quando a mercadoria é levada ao mercado e colocada frente a outra, a fim de

ser trocada, revelando o trabalho humano abstrato nela incorporado, se isso não acontece, permanece apenas o valor de uso, que tem na sua produção com o trabalho concreto específico.

Segundo Bogo (2015, p. 34-35):

No entanto, não se pode considerar que o trabalho abstrato seja uma abstração da imaginação. Ao contrário, é o mercado, no modo de produção capitalista, que estabelece e cria a natureza abstrata do trabalho. Ou seja, é trabalho abstrato quando este se encontra separado da atividade concreta que produz o objeto e que passa a estar à disposição da troca: é quando todos os trabalhos se igualam. [...]. Mas o valor, por ser atributo social e propriedade encarnada nas mercadorias produzidas, somente se revela na transação mercantil se houver a comparação entre valores de mercadorias diferentes. Neste sentido, a troca passa a ser forma necessária para a manifestação do valor.

Nota-se que a denominada quantidade ou magnitude de trabalho socialmente aplicado na produção das coisas, na sociedade mercantil passa a atuar como lei de valor, existente desde o início da criação do produto. O produtor/proprietário tem o objeto ou o espaço não para o uso próprio, mas para ser trocado por outro de igual valor, o que provoca o interesse em saber o valor comercial do mesmo, visto ser mercadoria, por conter uma quantidade de trabalho social a ser oferecido para o consumo de alguém que busca nele o valor de uso. Nesse contexto, Marx (1996, p. 210) comenta:

Esse sentido, que falta à mercadoria, para apreciar o concreto do corpo da mercadoria, o dono da mercadoria supre por meio dos seus cinco ou mais sentidos. Sua mercadoria não tem para ele nenhum valor de uso direto. Do contrário não a levaria ao mercado. Ela tem valor de uso para outros. Para ele, ela tem diretamente apenas valor de uso de ser portadora do valor de troca e, portanto, meio de troca. Por isso, ele quer aliená-la por mercadoria cujo valor de uso o satisfaça. Todas as mercadorias são não-valores de uso para seus possuidores e valores de uso para seus não-possuidores. Elas precisam, portanto, universalmente mudar de mãos. Mas essa mudança de mãos constitui sua troca e essa troca as refere como valores entre si e as realiza como valores. As mercadorias têm que realizar-se, portanto, como valores, antes de poderem realizar-se como valores de uso.

Visando entender o diálogo entre as mercadorias, manifestado na troca, Bogo (2015) ressalta que é necessário verificar o valor e compreender tanto a forma relativa – valor da mercadoria quanto a equivalente – magnitudes de valores das mercadorias. No processo do trabalho social, se forma a linguagem das mercadorias, mas ela somente se manifesta no momento da troca, equiparando as suas magnitudes de valor, ressaltando que o ser humano está presente na produção, distribuição, troca e consumo. As mercadorias, além de incorporarem valor, adquirem outras características para que haja interesse na troca, sendo transformadas em

quantidades para que o vendedor e comprador façam a comparação, tendo em vista que ocorre um diálogo entre elas, através da lei do valor que tem a sua origem no trabalho social.

Cotidianamente, o consumidor observa apenas a aparência dos produtos e se preocupa com o valor de seu uso, não procurando descobrir o seu valor. Segundo Marx (1996), o valor provoca a necessidade de compreender a mercadoria em seus aspectos físicos e metafísicos, pois quando a mesma é levada ao mercado o trabalho concreto dos produtores são ocultados tornando-se, nessa medida, abstrato. Apresenta apenas as relações sociais entre as coisas que são trocadas, levando em consideração as duas formas de valor, a relativa, representada pelo valor da mercadoria existente desde a sua criação, e a equivalente, referente às magnitudes dos valores das mercadorias a serem trocadas.

Pode-se entender, com base no que foi dito anteriormente, que os trabalhos concretos aplicados na produção da mercadoria são convertidos num único trabalho abstrato, por ocasião da compra e venda, que é estranho aos próprios produtores sociais. Com a troca, os homens podem usufruir do valor de uso contido nas mercadorias, o que somente acontece quando ocorre a relação de duas formas de valor existentes em corpos distintos, que, conforme Bogo (2015, p. 135), “[...] um com valor equivalente, que espelhe o valor da mercadoria, e outro que represente a forma relativa e revele assim a magnitude do valor contido nela”. Nesse aspecto, Marx (1996, p. 216) arremata:

Já vimos que na expressão mais simples de valor,  $x$  mercadoria  $A = y$  mercadoria  $B$ , a coisa, em que a grandeza de valor de outra coisa é representada, parece possuir sua forma equivalente independentemente dessa relação, como uma propriedade social de sua natureza. Já investigamos a consolidação dessa falsa aparência. Ela completou-se tão logo a forma de equivalente geral se fundiu com a forma natural de uma espécie particular de mercadoria ou cristalizou-se na forma dinheiro. Uma mercadoria não parece tornar-se dinheiro porque todas as outras mercadorias representam nela seus valores, mas, ao contrário, parecem todas expressar seus valores nela porque ela é dinheiro. O movimento mediador desaparece em seu próprio resultado e não deixa atrás de si nenhum vestígio. As mercadorias encontram, sem nenhuma colaboração sua, sua própria figura de valor pronta, como um corpo de mercadoria existente fora e ao lado delas.

Assim, a divisão social do trabalho torna as trocas cada vez mais complexas, fazendo com que dois produtos diferentes se tornem com a mesma grandeza invisível no momento da troca, igualando a uma terceira coisa representada pelo valor. Para Marx (1996, p. 213):

Tal terceira mercadoria, ao se tornar equivalente de outras mercadorias diferentes, recebe diretamente, ainda que em limites estreitos, a forma de equivalente geral ou social. Essa forma de equivalente geral surge e

desaparece com o contato social momentâneo que lhe deu vida. É atribuída alternativa e transitoriamente a esta ou àquela mercadoria. Com o desenvolvimento da troca de mercadorias ela se fixa exclusivamente em espécies particulares de mercadorias ou se cristaliza na forma dinheiro.

De acordo com a teoria marxista, os trabalhos sociais concretos que participaram da produção de cada mercadoria são considerados para estabelecer o valor da troca, mas ocorre a abstração da atividade humana, representada pelo igual valor encontrado em cada produto trocado, sendo um deles o preço. O valor de uso é característica da forma da mercadoria e seu valor somente é revelado com a realização da troca. Bogo (2015) acentua que todo segredo da mercadoria está no valor, sendo aplicada na sociedade capitalista a forma dinheiro de valor, na qual encontra-se a linguagem da mercadoria. Com isso, o objeto com valor de uso somente se transforma em mercadoria quando adquire valor, induzindo à troca, mediante novas relações, sendo encobertos todos os atributos sociais do trabalho, ficando superior a qualquer empecilho religioso, político, nacional e linguístico, pois sua língua universal é o preço e sua comunidade, o dinheiro. A mercadoria tornando-se dinheiro é assim mencionada por Marx (1996, p. 123):

As leis da natureza das mercadorias atuam através do instinto natural dos seus possuidores. Eles somente podem referir suas mercadorias, umas às outras, como valores, e por isso apenas como mercadorias ao referi-las, antiteticamente, a outra mercadoria como equivalente geral. É o que resultou da análise da mercadoria. Mas apenas a ação social pode fazer de uma mercadoria equivalente geral. A ação social de todas as outras mercadorias, portanto, exclui determinada mercadoria para nela representar universalmente seus valores. A forma natural dessa mercadoria vem a ser assim a forma equivalente socialmente válida. Ser equivalente geral passa, por meio do processo social, a ser a função especificamente social da mercadoria excluída. Assim ela torna-se - dinheiro.

A mercadoria para ser vendida apresenta, além do valor do uso perceptível, o valor imperceptível para a realização da troca, pois o trabalho da sociedade encontra-se invisível. Assim, Bogo (2015) expõe a sua compreensão do poder da lei do valor, ao perceber a mudança na mercadoria tornando-se dona dela mesma quando está em circulação, troca e consumo, alcançando todo o globo.

Diante da situação apresentada e para entender a linguagem das mercadorias, Bogo (2015) afirma que a única linguagem compreensível que os homens falam entre eles é aquela que os seus objetos falam entre si. O autor adotou a referência, também, da prática cotidiana, que apresenta a dependência das pessoas com relação às mercadorias, devido à atração pelo consumo, ilustra-se tal situação com a seguinte narrativa de Rifkin (2004, p. 20-22) no contexto

do processo do fim dos empregos no mundo e do consumo do espaço campestre, mediante o pagamento em prestações:

A antiga ênfase na produção, que tanto havia preocupado os economistas no princípio do século, subitamente se equiparava ao recém-despertado interesse pelo consumo. Um novo subcampo da economia, “a economia do consumo” surgia nos anos 20, à medida que cada vez mais economistas voltavam sua atenção intelectual para o consumidor. [...]. ‘Moda’ tornou-se o lema da época, à medida que as empresas e indústrias procuravam identificar seus produtos com o que estava em voga e com o que era chique. [...]. Mas nada mostrou ser mais bem-sucedido no redirecionamento dos hábitos de compra dos americanos assalariados do que a idéia do crédito ao consumidor. Comprar à prestação era tentador e, para muitos, tornou-se um vício. [...]. Muitos fatores contribuíram nos anos 20 para a criação da psicologia do consumo de massa. Talvez a mais duradoura das mudanças que ocorreram naquela data de transição foi o surgimento do subúrbio. Aqui estava um novo tipo de moradia, projetada para imitar a tranqüila vida campestre dos ricos e famosos.

A linguagem das mercadorias falada pelos seres humanos é encontrada no valor de cada uma delas, sendo necessário perceber a sua forma, a fim de entendê-la, o que é feito através da teoria do valor marxista, que considera o valor de uso e valor combinados com os trabalhos concreto e abstrato, e por ocasião da troca o valor é dividido nas formas relativa e equivalente: “Ou seja, na medida em que as trocas são efetuadas, levando em consideração a quantidade de trabalho social empregado para produzir cada objeto, tal quantidade de trabalho passa a figurar como lei de valor, que, apesar da presença humana, regula as próprias trocas”. (BOGO, 2015, p. 20).

Ante o exposto, deduz-se que, para Marx (1996), as relações das mercadorias no mercado criam perspectivas para os objetos deixarem de figurar enquanto coisas e libertarem os seus valores, definindo a troca, pois não é o ser humano que estabelece as regras, mas a magnitude de valor de cada mercadoria. Assim, à luz dos estudos seguidos nesta explanação, chega-se à compreensão de que a linguagem das mercadorias é encontrada na comparação entre os seus valores na realização da compra e venda.

A temática da relação cidade-campo tem conexão direta com os problemas causados pelo processo de urbanização e este com a produção do espaço, que está se tornando cada vez mais raro, o que faz com que ele seja uma mercadoria altamente valorizada, voltado para o valor de troca. A produção do espaço destinado à recreação e ao lazer se constituem em modalidades de consumo, denotando a prevalência do aspecto econômico, sendo necessária a busca constante de mecanismos que fomentem a atuação do poder político com igualdade para toda a sociedade, sem privilegiar a classe empresarial, que segue a cartilha da globalização.

### ***2.3 A linguagem da mercadoria e o consumidor***

Visando conhecer o funcionamento da compra e venda das mercadorias, sejam quais forem elas, móveis ou imóveis, Bogo (2015) identifica os mecanismos da linguagem quando as coisas comparam valores e entram na linguagem humana, identificando as consequências da expansão do capital e obrigando todo o mundo a falar só um dialeto.

Os motivos que unem o mundo dos homens e o das mercadorias, satisfazendo e alienando a sociedade em suas relações, são as complexas condições sociais que determinam a vida e suas contradições, indo além das relações de trabalho e da economia. Assim, a compreensão das relações sociais entre os objetos, conscientizando daquilo que é ocultado pelas relações de produção e pelo fetiche das mercadorias, representa o primeiro passo para que o homem se liberte das mercadorias, Bogo (2015, p. 129) faz a seguinte descrição:

As relações na sociedade mercantil são sustentadas, de um lado, por pessoas enfeitiçadas pelo cinismo das mercadorias e, de outro por pessoas cínicas que buscam a satisfação por meio da compra e venda. [...]. Se a lei do valor que representa a substância em forma de trabalho, encarnada na mercadoria, não pode mais ser retirada, ela é reflexa e, portanto, determinante para direcionar, seja a fascinação incontrolável na consciência humana ou a linguagem expressa pela boca de compradores e vendedores.

O autor acentua que a maioria das pessoas perde o controle, pois têm as suas consciências tomadas por um complexo de mistérios criados pelas representações reflexas, comunicadas pela linguagem das mercadorias.

Traz-se à tona a produção de objetos e também do próprio espaço com a objetividade enquanto prática socioespacial, assegurando a consciência do homem sobre si. “De outro lado, a noção de produção contempla o processo de subjetivação: a produção do mundo da mercadoria, com sua linguagem e representação” (CARLOS, 2016, p. 56). Lefebvre (2001b, p.130-131) acentua que a cidade capitalista criou a centralidade para ser o lugar de consumo e o consumo do lugar:

Nesses lugares privilegiados, o consumidor também vem consumir o espaço; o aglomerado dos objetos nas lojas, vitrinas, mostras, torna-se razão e pretexto para a reunião das pessoas; elas veem, olham, falam, falam-se. E é o lugar de encontro, a partir do aglomerado das coisas. Aquilo que se diz e se escreve é antes de mais nada o mundo da mercadoria, a linguagem das mercadorias, a glória e a extensão do valor de troca.

A mercadoria possui a dupla característica física e metafísica, resultado da ocultação do trabalho dos produtores pelas relações entre as coisas, havendo na produção capitalista oposição entre o valor de uso e valor de troca, o trabalho concreto e abstrato e a forma equivalente e relativa de valor, colocando a religião ligada à política, à economia e à sociedade. Com isso, cria-se a alienação semelhante ao fetiche do ser humano pelas mercadorias e suas relações misteriosas e cínicas entre si.

Para satisfazer as necessidades humanas, a mercadoria pode ser trocada por dinheiro ou por outra mercadoria. Para tanto, a forma valor dinheiro espelha todas as trocas, tratando-se de um equivalente geral na sociedade capitalista, mas o trabalho concreto dos produtores é ocultado pelo trabalho abstrato.

Assim, as mercadorias emprestam dos homens os seus sentidos, para identificar o tempo de trabalho social e saber a magnitude de valor que as igualam, relacionando as suas duas formas de valor: o equivalente, representando o valor da mercadoria, e o relativo, concebendo a forma de valor, sendo os objetos regulados pela lei do valor que condiciona a troca. Dessa relação entre as mercadorias surge a linguagem que os homens falam entre si. Neste sentido:

A conduta meramente atomística dos homens em seu processo de produção social e, portanto, a figura reificada de suas próprias condições de produção, que é independente de seu controle e de sua ação consciente individual, se manifesta inicialmente no fato de que seus produtos de trabalho assumem em geral a forma mercadoria. O enigma do fetiche do dinheiro é, portanto, apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornado visível e ofuscante. (MARX, 1996, p. 217).

No entanto, a linguagem das mercadorias está nas relações humanas, se expressando na linguagem cotidiana, com a sociedade presa ao consumo em seu modo de vida, mas Bogo (2015, p. 138) acredita na mudança e “[...] a emancipação humana virá quando o trabalho de cada um não seja mais tomado pelo mistério da igualação de todos os trabalhos, deixando, assim, os objetos de serem mercadorias, passando a ser simplesmente bens de uso”.

Portanto, ao se falar sobre a produção do espaço com a finalidade de lucro, faz-se oportuno abordar a mercadoria, considerando os lotes e a “área comum” do loteamento fechado com acesso ao rio Coxipó. Então, o trabalho social concreto possui a magnitude de valor, encarnado na mercadoria espaço, que somente é revelada por ocasião da transação mercantil, equiparando com o equivalente em dinheiro, que espelhe o valor da mercadoria.

## 2.4 A mercadoria-espaço e o marketing no recorte do Distrito do Coxipó do Ouro

Inicia-se a abordagem segundo Kotler e Armstrong (1998), os quais afirmam consistir o *marketing* numa atividade que visa satisfazer as necessidades e desejos com um produto ou serviço, mediante processos de troca no mercado, indicando o público-alvo, planejando produtos e serviços e buscando a integração de todos os colaboradores para servir aos consumidores.

As trocas realizadas no mercado pelas pessoas, para realizar os seus desejos, indicam a ocorrência do *marketing*. As condições para que a imagem do produto ou serviço cause impacto sobre o cliente, conforme Kotler e Armstrong (1998) são: a validade, a credibilidade, a simplicidade, a atratividade e o diferencial da imagem.

O *marketing* verde tem como pressuposto o *marketing* social, pois o ambiente vem sendo tema de propaganda para incentivar o consumo, com as organizações buscando ligar a sua imagem ou marca à ética ambiental, enquanto estratégia, envolvendo todos os órgãos da empresa. Os desafios, conforme Ottman (1994), são: definir e desenvolver o produto/serviço, acompanhar as mudanças dos costumes do consumidor, a comunicação e credibilidade da empresa e os efeitos do *marketing* verde.

Assim, os objetivos do *marketing* verde ou *ecomarketing*, conforme Ottman (1994, p. 46), são:

- 1- desenvolver produtos que equilibrem necessidades dos consumidores, tenham preço viável e conveniência com compatibilidade ambiental, ou seja, exerçam um impacto mínimo sobre o ambiente;
- 2- projetar uma imagem de alta qualidade, incluindo sensibilidade ambiental, quanto aos atributos de um produto e quanto ao registro de trajetória de seu fabricante, no que se refere a respeito ambiental.

Ocorre que muitas propagandas são enganosas, pois as ações não correspondem à prática, afrontando a legislação ambiental e o Código de Defesa do Consumidor. Para Kotler (2007), os níveis de produtos verdes são básicos, estendido e totalmente verde. Na primeira situação, quando a empresa somente considera o produto ou serviço no consumo. No segundo caso, quando envolve também a produção do produto. No último quando está incorporada em todas as atividades da organização, desde o financeiro, gestão de pessoas e materiais, a empresa não pode ignorar as implicações ambientais em todos os processos da organização, sob pena de receber pouca credibilidade, além de críticas.

O termo *greenwashing*, na língua portuguesa, pode significar lavagem verde, consistindo em publicidade, propaganda, anúncios, documentos por parte de empresas e governos, se

intitulando ecologicamente corretos, mas que, de fato, não tomam nenhuma medida para solucionar os problemas ambientais e, muitas vezes, ainda causam impactos negativos ao meio ambiente. O Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078/1990, dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, estabelecendo em seu Artigo 37, a proibição de toda publicidade enganosa ou abusiva, apresentando a seguinte previsão:

Artigo 37. [...]

§ 1º É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.

§ 2º É abusiva, dentre outras a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeite valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.

§ 3º Para os efeitos deste código, a publicidade é enganosa por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço. (BRASIL, Lei nº 8.078/1990).

Assim, existe a intenção de enganar o consumidor, por exemplo, com expressões vagas ou situações irreais apresentadas nas publicidades, quando divulga que pratica a “sustentabilidade” ambiental, mas que, na verdade, causa poluição, com imagens sugestivas sem justificativa, mediante divulgação de ter qualidade sem garantia, com excesso de linguagem técnica, dentre outros.

Percebe-se que muitas ações empresariais têm a finalidade de lucrar com o aumento das vendas de produtos e serviços, usando e abusando da natureza na atração e engano, o que vem se tornando mais violento com o uso da técnica. De acordo com Santos (2013, p. 12):

É a mídia o grande veículo desse processo ameaçador da integridade dos homens. Virtualmente possível, pelo uso adequado de tantos e tão sofisticados recursos técnicos, a percepção é mutilada quando a mídia, através do sensacional e do medo, julga necessário captar a atenção. Muitos movimentos ecológicos, cevados pela mídia, destroem, mutilam ou reprimem a Natureza [...]

Quando o “meio-ambiente”, como Natureza-espetáculo, substitui a Natureza histórica, lugar de trabalho de todos os homens, e quando a natureza “cibernética” ou “sintética” substitui a natureza analítica do passado, o processo de ocultação do significado da História atinge o seu auge. É também desse modo que se estabelece uma dolorosa confusão entre sistemas técnicos, natureza, sociedade, cultura e moral.

Diante do exposto com relação à linguagem das mercadorias, o mais importante está na troca entre elas, ou seja, no consumo mediante compra e venda. Porém, para que ela seja realizada, é imprescindível que, para o vendedor, o objeto a ser trocado tenha perdido o seu valor de uso, e, a partir daí o dinheiro tem a capacidade de comprar algo para atender a alguma necessidade decididamente tida relevante para o comprador.

Conforme as Figuras 09 e 10, a negociação é feita entre as mercadorias, tendo de um lado o espaço, com a sua área em metro quadrado, a área comum com quiosques, o salão de festas e os atributos naturais, principalmente o rio Coxipó, e a vegetação, considerando o valor concreto produzido pela sociedade em sua totalidade, e, do outro lado, o valor equivalente pago pelo comprador. Mas, ambos estão alienados, falando a linguagem das mercadorias por ocasião da troca, considerando-se o valor abstrato diante da visibilidade da mercadoria vendida, com o espaço sendo produto da apropriação capitalista e a necessidade da busca da felicidade pelo consumidor.

O comprador, atuando juntamente com o vendedor e falando a linguagem da mercadoria, se apoia em mecanismo midiático para convencer as pessoas de que estão comprando a felicidade, configurando-se uma situação irreal. Tal proposta encontra-se no folheto distribuído aos possíveis interessados em adquirir um lote num espaço fechado, situado no Distrito do Coxipó do Ouro, visualizando-se próximo ao nome do empreendimento e do preço com entrada, mais o valor das parcelas, a frase “*Junte à natureza, é natural ser feliz*”. Ao mesmo tempo, a atratividade do *marketing* por meio do rio Coxipó e do lote em loteamento fechado está expressa na frase “*Saia do calor! Adquiria seu lote às margens do rio Coxipó do Ouro e venha com a gente se refrescar!*”. Nesse contexto, busca-se realizar aquilo que Marx (1996, p. 209) explica da seguinte forma:

Para que essas coisas se refiram umas às outras como mercadorias, é necessário que os seus guardiões se relacionem entre si como pessoas, cuja vontade reside nessas coisas, de tal modo que um, somente de acordo com a vontade do outro, portanto cada um apenas mediante um ato de vontade comum a ambos, se aproprie da mercadoria alheia enquanto aliena a própria. Eles devem, portanto, reconhecer-se reciprocamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, desenvolvida legalmente ou não, é uma relação de vontade, em que se reflete a relação econômica.

Pensa-se nas áreas de terras situadas nas proximidades do rio Coxipó, que estão sofrendo, mediante a utilização de vários tipos de técnicas por parte da ação dos proprietários, imobiliárias, construtoras, poder público para criar na mente dos consumidores, das mais

variadas formas, a imagem que aponta ser um lugar propício ao descanso e recreação, seguro e agradável e de valorização garantida com a chegada da pavimentação asfáltica.



Figura 09 - Frente de um *folder* de venda de lote  
Fonte: Castilho, 2017.

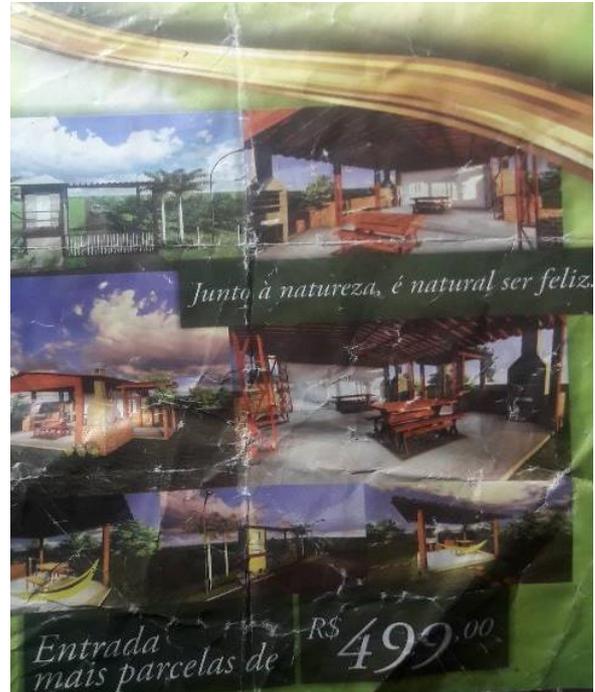


Figura 10 - Verso de um *folder* de venda de lote  
Fonte: Castilho, 2017.

É enfatizada a natureza e, para tanto, em muitos casos, o rio recebe a denominação de Coxipó “do Ouro”. De outro, a vegetação e os animais, que oferecem o lazer àqueles que querem fugir do calor da cidade de Cuiabá e se abrigar na segurança de um residencial fechado.

As propagandas estão espalhadas desde o perímetro urbano, com faixas anunciando a venda, um atributo diferenciador e que desperta o interesse das pessoas, constando no anúncio o “*acesso ao rio Coxipó*”, conforme Figura 11. O mencionado rio é afluente do rio Cuiabá, sendo este muito importante para a população da cidade de Cuiabá e um dos formadores do Pantanal Mato-grossense.

Porém, a importância social do rio é deixada de lado, pois o que interessa é o valor que ele empresta ao objeto da compra e venda dos lotes de terra, ou seja, à área em metro quadrado, agregada ao consumo de suas águas, seja para tomar banho, nadar, se refrescar ou pescar. Enfim, utilizá-lo de qualquer maneira para conquistar a felicidade, estando o lazer restrito às pessoas que podem pagar pelo terreno e seus convidados, conforme se constata na Figura 12, onde o rio é apresentado pelo vendedor aos compradores que se encantam com ele.



Figura 11 - Faixa de venda de lotes situada no perímetro urbano  
Fonte: Castilho, 2017.



Figura 12 - O rio Coxipó sendo apresentado às pessoas pelo vendedor da Imobiliária  
Fonte: Castilho, 2017.

Para tanto, esse processo transforma a terra rural em urbana, com os loteamentos fechados e destinados a segunda residência, envolvendo a recreação turística enquanto espaço e mercadoria rentável, propiciando o lucro na venda do metro quadrado e impedindo o acesso da população em geral ao rio, que é um bem público de uso comum do povo, diante da segregação e autosegregação espacial. Além disto, derrubam-se centenas de árvores, deixando o solo exposto próximo ao manancial, pois o terreno tem que ficar limpo onde estão os quiosques, mesmo dizendo que a mata ciliar está mantida, cumprindo a legislação ambiental, além de referir-se à obrigatoriedade de construir fossas sépticas.

Assim, nota-se um cinismo nas afirmações contraditórias por parte do corretor de imóveis de um loteamento fechado e situado próximo à sede do Distrito do Coxipó do Ouro, pois apresenta a natureza favorável ao descanso, os quiosques e salão de festas para a diversão, o terreno para a construção da casa, além da possibilidade de banhar-se nas águas privadas e límpidas do rio que tem peixes, mostrando os pequenos macacos nas árvores que sobraram. Ao mesmo tempo foi assegurada a valorização do imóvel, garantindo a facilidade para a construir a casa, prevendo a pavimentação da via de acesso ao Distrito.

Ressalta-se que a população como um todo sempre se sentiu segregada diante das condições da estrada e da falta de transporte coletivo público, conforme foi discutido em Castilho e Vilarinho Neto (2016) quanto ao cabimento da comunidade rural cobrar e acompanhar com muito mais rigor, junto às autoridades públicas. Enfatizou-se a possibilidade da utilização dos instrumentos jurídicos coletivos, a fim de que fossem atendidas a necessidade de asfaltamento da via pública e circulação de ônibus coletivo público, possibilitando melhoria da mobilidade da população.

Contudo, a provável pavimentação da Estrada aumentará o fluxo de veículos e pessoas, havendo incentivo por parte do Governo ao turismo incrementado pelo residencial fechado, implicando em segregação socioespacial. Mas não se pode esquecer das ameaças ao rio Coxipó, com o lixo e esgoto, destruição das nascentes de água e poluição sonora, pois no exato momento da apresentação da mercadoria para a venda percebia-se o som alto de música no imóvel vizinho, que é alugado para festas ou clube de *camping*, o que incomodou quem estava em busca de paz e queria ouvir o som da natureza.

A linguagem das mercadorias tem se manifestado com a terra rural sendo consumida mediante o valor de troca. Sabe-se das mudanças havidas na sua valorização, desde o seu uso pelos indígenas, o posterior surgimento de leis disciplinando a propriedade, mas o que importa nesta pesquisa é a sua raridade, o que tem incentivado a troca e proporcionado o lucro. Ressalta-

se, também, a inexistência de atenção quanto aos efeitos sociais dos empreendimentos com a produção do espaço-mercadoria.

Adotando a linguagem das mercadorias, nota-se o espaço representado por um pedaço de terra e o rio, que deveria ser um bem de uso comum do povo, mas que também está servindo à acumulação capitalista. Ao mesmo tempo é considerado mercadoria, inclusive o espaço rural mundialmente utilizado na busca do lucro, mediante a produção capitalista e influenciando o processo de urbanização com o turismo e lazer.

Assim, percebe-se que a finalidade das transformações é o lucro, porém, na expansão do capital é seguido de uma linguagem que aponta para o fator econômico, aliado ao político. Para tanto, o social ou o interesse público não é considerado fundamental, prevalecendo a aliança dos agentes produtores do espaço que se motivam com o lucro, contando com a alienação do consumidor na busca por satisfação, possibilitando a realização da troca, pois se desconhece o trabalho da sociedade na produção da mercadoria-espaço.

O poder público não atua no sentido de controlar o consumo, deixando ao bel-prazer dos compradores e vendedores a exploração desenfreada do rio, envolvendo a mata ciliar, já demonstrado nas imagens contidas nesta pesquisa, além da instalação de atividades produtivas sem o ato administrativo público necessário à sua aprovação, possibilitando o surgimento de residenciais fechados, indicativos de segregação espacial que será detalhada na sequência desta dissertação.

A realização do valor de troca encontra reprodução no espaço rural, que, no processo de valorização possibilita a acumulação capitalista, utilizando o rio enquanto atrativo e mercadoria juntamente com a terra em metro quadrado, implicando na transformação do espaço, o que promove o processo de urbanização com a realização da mais valia. Assim, encontra-se uma contradição na produção do espaço, com a fragmentação espacial que representa a mundialização da sociedade urbana, baseada na propriedade privada.

Ao mesmo tempo que hierarquiza os lugares, resultado de um consumismo contagiante e que silencia as práticas tradicionais da população local, podendo exemplificar com a cultura religiosa, a veneração dos santos, a subsistência no trato com a terra e o rio, mantendo o equilíbrio da natureza, até transforma-las em mercadoria, reproduzindo o que ocorre na cidade. De outro lado, o acúmulo de pessoas num pedaço cercado do espaço, resultante do desmatamento sem o devido controle da margem do rio, adicionado às poluições sonoras e dos resíduos sólidos, implica num consumo sem restrições na busca da felicidade, por quem pode pagar.

## CAPÍTULO III

### A CIDADE, O CAMPO, O URBANO E O RURAL

#### 3.1 *A relação cidade-campo*

Acentua-se a relação cidade-campo com a mesma introdução de Sposito (2010, p. 111), ao afirmar o seguinte: “Neste início de século XXI, fazendo-se uma retrospectiva do século passado, verificamos que uma de suas principais marcas foi o intenso processo de urbanização”. Com a atuação capitalista por todo o espaço, acentuando o processo de urbanização na cidade e no campo, mediante a produção do espaço, para evitar confusão indica-se que: “a elaboração deste trabalho toma como referência nossa proximidade com os estudos urbanos, razão pela qual se adota a expressão ‘questão **cidade-campo**’ [...]”. (SPOSITO, 2010, p. 112, grifos da autora). Para Lefebvre (2001b, p. 75), atualmente:

A oposição “urbanidade-ruralidade” se acentua em lugar de desaparecer, enquanto a oposição cidade-campo se atenua. Há um deslocamento da oposição e do conflito. Quanto ao mais, em escala mundial, o conflito cidade-campo está longe de ser resolvido, todos sabem disso. Se é verdade que a separação e a contradição cidade-campo (que envolve a oposição entre os dois termos, sem se reduzir a ela) fazem parte da divisão do trabalho social, é preciso admitir que esta divisão não está nem superada nem dominada. Longe disso. Não mais do que a separação entre a natureza e a sociedade, entre o material e o intelectual (espiritual). Atualmente a superação não pode deixar de se efetuar a partir da oposição tecido urbano-centralidade. O que pressupõe a invenção de novas formas urbanas.

Quanto à origem da cidade, Risério (2013, p. 174-175) observa que:

Mas, se há controvérsia acerca do papel da mão de obra divina na criação do campo, dúvida nenhuma paira sobre a autoria humana do ambiente citadino [...]. Toda iniciativa habitacional humana – por mais precária e provisória que seja, limitando-se a introduzir modificações mínimas no meio ambiente, a apenas arranhar de leve o mundo natural – procura sempre marcar sua *diferença* frente ao entorno. [grifos do autor]

Antes do surgimento da cidade, no que diz respeito à produção, a sociedade somente se preocupava com a subsistência. Devido, principalmente, aos excedentes no campo ocorreu o nascimento da cidade. Posteriormente, ela se transformou em cidade industrial, com a miséria e incomunicabilidade entre os seres humanos, típicos da cidade moderna.

Nesse emaranhado do rural com o urbano, na cidade encontram-se os grupos de interesse com relação aos recursos cobiçados e o espaço, produção que envolve tanto a materialidade de dimensão econômica quanto a subjetividade do modo de viver, fazendo com que a transformação espacial ocorra de maneira complexa e dialética. Isto pois a produção do espaço urbano não se limita à economia, visto que a projeção da cidade para fora dos seus limites também é feita pela cultura e gestão do território, envolvendo o poder religioso e político, além das forças públicas e privadas.

Conforme Vilarinho Neto (2009, p. 87), “[...] o urbano não significa necessariamente viver no espaço da cidade, ultrapassando sua fronteira. Hoje cidade e campo são realidades confluentes, ou seja, formam uma realidade mista”. Mas, a força pela busca do lucro conta com o apoio do Estado e seus instrumentos políticos e jurídicos, que lhe garante a implantação de seus projetos, mesmo gerando mais desigualdade social:

Assim, o solo urbano é transformado em negócio vantajoso para os detentores do capital, que continuam lucrando com a construção de núcleos habitacionais de luxo e arranha-céus destinados à camada mais abastada da sociedade, como também com os núcleos populacionais de padrão popular reservados à classe média. Já para as camadas menos favorecidas, esse direito é negado, restando-lhes apenas a alternativa de ocupar as áreas não edificadas das cidades e à espera da supervalorização, nas quais possam construir seus barracos, com condições precárias de moradia, e dos quais na maioria das vezes ainda são expulsos com violência pelos detentores do poder. (VILARINHO NETO, 2009, p. 87).

Os acontecimentos relatados em linhas anteriores afrontam a Constituição Federal, que determina, em seu Artigo 5º, que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”. Nem precisaria constar essa lista de direitos, bastaria que os representantes, eleitos pelo povo, aplicassem os valores arrecadados com os tributos para assegurar o direito à vida aos mais de duzentos milhões de brasileiros, o que implica na justa distribuição do espaço a todos os cidadãos.

Cabe observar que, no mesmo rol de direitos, consta o da propriedade, que tem sido utilizada para a reprodução capitalista no/do espaço, em detrimento de muitos que ficam excluídos do acesso à moradia digna, além de conduzir as mudanças reforçadas por Souza (2005, p. 40): “A presença cultural da cidade nas áreas rurais é, também no Brasil, muito grande, e cada vez maior, valores e modas, veiculados pela televisão, ‘conquistam’ o campo e vão influenciando hábitos e subvertendo ou minadas tradições, mesmo nas mais remotas regiões.”

Com esse encaminhamento vem à tona o modo capitalista de produção, que tem na compra e venda de mercadoria a sua atuação, partindo para os espaços, tanto o urbano quanto rural e tudo o que neles existe, ou seja, a terra, o rio, a vegetação, a localização, o lazer sendo valorizados para o comércio, que para Carlos (2015, p. 91) pode apresentar a seguinte diferenciação:

Do ponto de vista aqui desenvolvido, nossa hipótese é de que o processo de produção, sob o capitalismo, transforma o espaço numa mercadoria (com conteúdos sensivelmente diversos daquele da terra no campo), auferindo-lhe valor. Desse modo, se é possível que o dono da terra extraia renda pela concessão de sua propriedade para exploração pelo arrendatário no campo, por sua vez, o solo urbano, sob a determinação da produção, permite a realização do valor, quando disposto por seu proprietário no mercado imobiliário para compra ou aluguel.

A autora expõe os argumentos aplicáveis no âmbito do globo terrestre, tendo o mesmo entendimento nesta pesquisa, diante da homogeneização imposta ao espaço pelo modo capitalista de produção. Assim, o recorte espacial pesquisado não se restringe à manutenção da vida, sendo apropriado de diversas formas e tornando-se mercadoria supervalorizada, pois o modo de vida urbano não está restrito ao perímetro da cidade. Verifica-se o modo de vida urbano no campo, com a implantação de pluriatividades e a propriedade sendo disponibilizada para a compra ou aluguel, pois a terra está valorizada com as atividades voltadas para o lazer.

Ocorre a determinação contratual da propriedade a partir da qual advém a mercadoria dos pedaços homogêneos, o que possibilita o acesso aos seus fragmentos realizadores dos desejos, podendo criar a alienação quanto à produção do espaço, o que se dá concomitantemente à segregação gerada pela condição de classe social e a morfologia do espaço em função do preço do metro quadrado do solo. Diante da produção do espaço voltado para a cidade, faz-se pertinente demonstrar os esclarecimentos de Sposito (2008, p. 64):

Não vamos cair na confusão de identificar a cidade com o capitalismo porque este modo de produção também está no campo e só é possível de se reproduzir através do aumento da articulação entre a cidade e o campo. A cidade é o lugar onde se concentra a força de trabalho e os meios necessários à produção em larga escala – a industrial –, e, portanto, é o lugar da gestão, das decisões que orientam o desenvolvimento do próprio modo de produção, comandando a divisão territorial do trabalho e articula a ligação entre as cidades da rede urbana e entre as cidades e o campo. Determina o papel do campo neste processo, e estimula a constituição da rede urbana.

Pode-se considerar, com a afirmação da autora, a presença do capitalismo também fora da cidade, mas sendo necessária para a sua reprodução a articulação com a mesma, de onde partem as decisões que determinam o papel do campo na constituição da rede urbana. Tal assertiva leva à reflexão quanto à venda de terrenos, com 200, 300 ou mais metros quadrados, podendo ser verificado na Figura 13, que retrata um loteamento fechado às margens do rio Coxipó no Distrito do Coxipó do Ouro, mesmo estando situados na zona rural, criando-se nitidamente a produção do espaço urbano em área campestre, pois a medida na Escritura Pública consta formalmente em hectares.



Figura 13 – Planta de um loteamento fechado no Distrito do Coxipó do Ouro  
Fonte: Castilho, 2017.

A transformação da mercadoria, de hectares para metro quadrado, dialogando com o embasamento teórico da existência do capitalismo no campo, uma vez que, no condomínio situado perto da sede do Distrito do Coxipó do Ouro, são oferecidos lotes de dois tamanhos, 10x25 metros e 12x30 metros. O primeiro tipo situado longe do rio tem o preço de R\$ 22.000,00 e perto do rio de R\$ 24.000,00, enquanto que o segundo tipo situado distante do rio tem o preço de R\$ 26.000,00 e nas proximidades do rio pode ser comprado por R\$ 28.000,00, todos com a entrada de 10% e o restante dividido em 12 prestações iguais, ou com desconto de 10 a 15% no

pagamento a vista. Simulando a venda de todos os lotes pelo preço médio de R\$ 24.000,00, pode-se faturar aproximadamente R\$ 4.000.000,00, em uma área que, considerada rural, não vale nem 1% desse valor, verificando-se o que consta na Escritura Pública, ou seja, a venda de 6 hectares por R\$ 20.000,00, no ano de 2017. O lucro na venda de lotes pelos produtores do espaço, envolve também os proprietários de terra, as imobiliárias, os bancos, as construtoras e o Estado, tendo no fetiche do consumo do espaço para o lazer a realização da acumulação capitalista.

Aqui surge o questionamento quanto à afirmação de que a cidade surgiu da urbanização, assim havendo a urbanização da zona rural a mesma deixaria de ser campo, para se tornar cidade. Poderíamos chegar ao ponto do que Lefebvre (2001a, p. 178), expondo a contradição entre o espaço e a sua produção, considera que:

Esse espaço é, portanto, a sede de uma contradição específica. A cidade se estende desmesuradamente; ela explode. Se há urbanização da sociedade e, conseqüentemente, absorção do campo pela cidade, há simultaneamente ruralização da cidade. As extensões urbanas (subúrbios, periferias próximas ou longínquas) são submetidas à propriedade da terra, às suas conseqüências: renda fundiária, especulação, rarefação espontânea ou provocada etc.

Buscando problematizar as novas atividades desenvolvidas no campo, Endlich (2010), após afirmar que a questão do urbano no Brasil é mais ampla que os seus dados demográficos, traz à tona o *novo rural*. A autora questiona se a volta ao campo e a revalorização da natureza constituem valores rurais, ou ocorrem numa perspectiva urbana, tendo aceitação devido aos valores urbanos de conforto, acessibilidade, ou as pessoas voltariam para o campo sem eletricidade? Na sua opinião, no Brasil, a projeção feita por Lefebvre não concretizou quanto à sociedade urbana, mas faz uma assertiva de fundamental importância observando que: “[...] entretanto, considerando-se o viés do modo de vida e da civilização urbana, talvez o Brasil seja até mais urbano do que se imagine. [...]. Contudo, permanecem ilhas de ruralidade e as cidades brasileiras revelam o caráter contraditório de sua urbanização” (ENDLICH, 2010, p. 29).

Silva (1997) apresenta as principais atividades não agrícolas para caracterizar o novo rural brasileiro: o primeiro é o *agrobusiness*, representado pela modernização da agropecuária ligada às agroindústrias e baseada em *commodities*; o segundo é o focado nesta pesquisa, com as atividades relacionadas à crescente urbanização do meio rural, que diz respeito à moradia, ao turismo, ao lazer, praticadas no espaço rural do Município de Cuiabá, além das várias atividades industriais e de prestação de serviços e os sítios de recreio.

Destaca-se que as atividades no campo não estão restritas à agropecuária, tendo em vista que cada vez mais aquelas da cidade estão sendo ali praticadas, conforme Silva (1997, p. 77-78):

Podemos dizer que o mundo rural brasileiro não pode mais ser tomado apenas como o conjunto das atividades agropecuárias e agroindustriais. O meio rural ganhou, por assim dizer, novas funções e "novos" tipos de ocupações:

- propiciar lazer nos feriados e fins de semana (especialmente às famílias de renda média/baixa que têm transporte próprio), através dos pesque-pague, hotéis-fazenda, chácaras de fins de semana *etc.*;
- dar moradia a um segmento crescente da classe média alta (condomínios rurais fechados nas zonas suburbanas);
- desenvolver atividades de preservação e conservação que propiciem o surgimento do ecoturismo, além da criação de parques estaduais e estações ecológicas;
- abrigar um conjunto de profissões tipicamente urbanas que estão se proliferando no meio rural em função da urbanização do trabalho rural assegurada com a igualdade trabalhista obtida na Constituição de 1988 (motoristas de ônibus para transporte de trabalhadores rurais, mecânicos, contadores, secretárias, digitadores, trabalhadores domésticos).

Veiga (2002, p. 95) comenta que, na segunda metade do século XX, as relações cidade-campo mudaram de maneira radical, mas continua o contraste entre os dois espaços, destacando “[...] que está ocorrendo hoje nos países do Primeiro Mundo é que o espaço rural tende a ser cada vez mais valorizado por tudo o que ele opõe ao artificialismo das cidades: paisagens silvestres ou cultivadas, água limpa, ar puro e silêncio”. Destaca as possibilidades de exploração econômica do rural com serviços a consumidores atraídos pelas riquezas naturais, dependendo da segmentação de mercado impulsionada por residentes temporários, turistas, esportistas, aposentados etc. Trabalha com os critérios de densidade demográfica e sede de município, ignorando a produção do espaço comandada pelo Estado, ao mesmo tempo em que apresenta a solução do “desenvolvimento sustentável”, concluindo que o Brasil é menos urbano do que se a imagina.

Tal visão recusa a urbanização do campo visualizada por Marx (2011), ao afirmar conforme Veiga (2002, p.102) que “[...] é verdade que mudaram radicalmente as relações cidade-campo. Mas não foram mudanças que reduziram o contraste entre ambas, por mais que a estrutura ocupacional da economia rural tenha se tornado semelhante à da economia urbana”. A análise mostra-se superficial, considerando que a diferença entre a cidade e campo está no “[...] conteúdo das relações sociais neles contidas, sendo que estas relações, atualmente, ganham conteúdo em sua articulação com a construção da sociedade urbana, o que explica, por exemplo,

o desenvolvimento do que vem se chamando de **pluriatividades**” (CARLOS, 2007, p. 104 [grifo da autora]).

A mesma opinião é compartilhada por Rodrigues (2007, p. 79), ao afirmar ser o urbano resultado do processo industrialização ou urbanização, caracterizado como o modo de vida que atinge tanto as áreas rurais quanto as urbanas, “[...] em que pese uma parte da população brasileira exercer atividades primárias, que reside em áreas rurais, o Brasil é um país urbano”, pois as atividades rurais englobam as indústrias, o comércio, os serviços e a financeirização, com o urbano extrapolando os limites de cidades, no agronegócio e atividades turísticas.

Rodrigues (2007, p. 79/80) apresenta ainda um conceito para o urbano e a definição para a cidade:

A relação campo/cidade, rural/urbano na atual dinâmica precisa ser redimensionada considerando as diferenças socioespaciais das regiões brasileiras e a sociedade informacional do século XXI. O espaço e a sociedade rural se recriam, se requalificam, têm novos conteúdos e formas. [...]

**Conceito** é utilizável para exprimir o **Urbano** na complexidade do processo de urbanização, da extensão do modo de vida, da diversidade das formas e conteúdos do urbano e das cidades, complexidade e unicidade enquanto processo de atividades econômicas, sociais e políticas do mundo contemporâneo. [...]

**Definição** é utilizável para **Cidade** porque permite compreender os limites administrativos de áreas dos Municípios, onde se concentra o casario urbano, as atividades do secundário e terciário, as atividades administrativas, a sede do governo municipal. [grifos da autora]

Enfatiza-se que as transformações dos lugares baseia-se no choque entre o que existe e o que se impõe como novo, aprofundando as contradições entre o campo e a cidade, deixando evidente o modo racional imposto pelo capital globalizado, reproduzindo a hierarquização de espaços dominados/dominantes em escala internacional. Para Carlos (2007), a análise envolve o processo de urbanização e a cidade, buscando as contradições profundas pelas quais devemos analisar as atuais relações cidade/campo no Brasil.

Assim, elabora-se de maneira sucinta, diante dos contratempos da vida cotidiana, a explanação de Santos (2006, p. 169), revelando as intencionalidades na produção do espaço, seja na cidade ou no campo:

O endurecimento da cidade é paralelo à ampliação da intencionalidade na produção dos lugares, atribuindo-lhes valores específicos e mais precisos, diante dos usos preestabelecidos. Esses lugares, que transmitem valor às atividades que aí se localizam, dão margem a uma nova modalidade de criação de escassez, e a uma nova segregação. Esse é o resultado final do exercício

combinado da ciência e da técnica e do capital e do poder, na reprodução da cidade.

Essa rigidez tem consequências sobre a forma urbana, repercutindo sobre o tamanho da cidade e ampliando a tendência às especializações funcionais, com a desvalorização mercantil e o envelhecimento precoce de certas seções do espaço urbano. E há também consequências sobre o sistema de movimento, tornado ainda mais anárquico.

No campo, às infra-estruturas e benfeitorias adicionadas ao solo, somam-se todos esses adendos químicos que também são capital constante, necessário à produção. Numa economia em que a circulação ganha um papel preponderante, a melhoria das estradas e dos meios de comunicação também conduz à ampliação do estoque de capital fixo, cuja forma é qualitativa e quantitativamente adaptada aos propósitos da produção no momento em que são instalados.

Nestas discussões está evidenciado que o processo de urbanização invadiu o mundo, sob o impulso do modo capitalista de produção, tendo no consumo a possibilidade de transformar os mais variados valores de uso em mercadoria e atingir o objetivo final de acumulação. No caso do espaço, diante da sua raridade, vem acelerando o ritmo das transformações e tornando-o homogêneo e fragmentado para a reprodução continuada do capital. Assim, o espaço rural sendo tratado como mercadoria diante da alienação imposta à sociedade com o modo de vida urbano, desconhecendo o valor concreto do trabalho social, refletiu na relação entre a cidade e o campo, que passou de oposição para o ajuntamento, possibilitando a realização das pluriatividades.

Trazendo para o recorte espacial estudado, observam-se as atividades ligadas ao lazer, havendo a ação de agentes, desde os proprietários de terra, imobiliárias, turistas, até o Estado, o que só faz aumentar as desigualdades sociais em detrimento da população local, com os problemas existentes na cidade sendo levados ao campo, mediante o processo da sua urbanização, implicando em desmatamento ilegal, poluição e segregação socioespacial. Denota-se este trabalho com o valor de alertar para os interesses da sociedade em sua totalidade, diante do ritmo acelerado dos empreendimentos que vêm ofuscando a identidade do lugar e as suas riquezas naturais.

Convém lembrar que o Decreto-Lei nº 311/1938, que dispõe sobre a divisão territorial do Brasil, estabeleceu que os municípios compreenderiam um ou mais distritos, formando área contínua. Assim, conforme determinado pelo Decreto-Lei do Presidente Getúlio Vargas, no Estado Novo, toda a sede de Município, a partir de então, seria denominada de cidade. O distrito se designará pelo nome da respectiva sede, tendo a categoria de vila. No mesmo distrito não haveria mais de uma vila. Percebe-se, que pela legislação, se o local for sede do município é cidade, porém, se é sede de distrito é vila, sendo ambos urbanos, por outro lado, os demais

espaços são rurais, tratando o campo como antagônico à cidade, ou seja, não caracteriza o urbano e seu modo de vida. Cabe observar, que para Rodrigues (2007, p. 78), “[...] o Decreto, em sua essência, foi alterado por Constituições e legislações posteriores. Atualmente, é válida correspondência entre o nome do Município igual ao de sua sede, denominada de cidade”.

Partindo para o contexto analisado constata-se que a urbanização vem se alastrando de maneira diferente nos diversos lugares campestres, ou seja, os graus e intensidades não são os mesmos, por exemplo, ao se tentar comparar com as comunidades tradicionais ou quilombos e indígenas que não estão sendo tratadas nesta pesquisa, pois existem fora da área delimitada para a realização do estudo. Conforme Souza (2005, p. 27) pode-se dizer que:

Presentemente com a urbanização acelerada do campo, em sentido econômico, material e cultural, já se diz, como se viu no capítulo anterior, que a cidade, de certa maneira, "está em toda parte"; não só seus limites físicos se mostram cada vez mais complexos, com a conurbação e a integração de cidades formando aglomerações, metrópoles e megalópoles que se superpõem a uma malha territorial formada, às vezes, por muitas dezenas de municipalidades, mas, além disso, é a própria idéia de um "campo" como um meio muitíssimo diferente da cidade em matéria de relações de produção, além de culturalmente tradicional e retrógrado, que vai perdendo a sua validade. Estamos caminhando, em grande parte, mais para diferenças de grau e intensidade, deixando para trás a oposição cidade/campo em sua versão mais rígida. Por outro lado, dentro de muitas grandes cidades, fenômenos de dissolução, ou de fragmentação sociopolítico-espacial, vêm tendo cada vez mais lugar.

A partir desta constatação, traz-se à tona o ponto de destaque nas palavras de Sposito (2010, p. 122), no sentido de que “[...] a expansão territorial urbana se dá pela implantação de loteamentos, pela imediata ou não incorporação imobiliária nesses lotes, pela construção de equipamentos industriais, comerciais e de serviços de grande porte”. Considerando o que foi dito anteriormente, de que a cidade está fora dos seus limites físicos através das contemporâneas relações de produção, denota-se com as palavras da autora a possibilidade da expansão territorial urbana através da implantação de loteamentos fechados, provando-se a intencionalidade na produção de lugares, atribuindo-lhes valores específicos, gerando a segregação que será explanada mais adiante.

Assim, Souza (1999, p. 115), em meio à sua análise sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento, criado na década de 1970, acentua que os conhecimentos geográficos evoluíram ao afirmar que “[...] ser urbano hoje, já o sabemos, não significa viver no espaço físico da cidade. A questão urbana apresenta uma magnitude distinta. Cidade e campo já não são hoje complementares, mas confluentes”. Com tal afirmação, pode-se concluir que ambos

servem igualmente a várias atividades, mediante a comunicação, seja no uso do computador e pavimentações das vias de acesso, com os loteamentos fechados e atividades para o lazer e turismo, por exemplo.

As transformações do mundo rural contemporâneo são demonstradas por Silva (1997, p. 43): “[...] o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural”.

Observa-se que a mudança do espaço urbano pelo poder público, suscitando a valorização da terra rural, foi mencionado por autores que abordaram a cidade de Cuiabá, conforme Vilarinho Neto (2009, p. 85) no sentido de que “[...] o processo de especulação imobiliária, praticada com os terrenos urbanos e com os rurais fixados nos entornos das cidades, forçando o poder público municipal a considerá-los urbanos [...]”, no mesmo sentido Silva (2016, p. 29) afirma que:

Convém destacar que os proprietários fundiários, que possuem áreas rurais localizadas próximas aos limites do perímetro urbano, e, portanto, têm o interesse de transformar suas terras rurais em urbanas, muitas vezes pressionam o poder público municipal, para que o mesmo aumente os limites do perímetro urbano, de forma a contemplar as suas terras.

Ocorrem transformações na produção do espaço provocadas pela relação cidade-campo. Neste aspecto, encontra-se embasamento em estudos de Endlich (2010, p. 13), observando que: “O debate sobre o que caracteriza o rural e o urbano percorre a história e inclui elementos que oscilam no decorrer da mesma. As considerações teóricas alteram-se conforme as dimensões espaço-temporais, por isso deve-se considerar o período histórico”.

Assim, existe a necessidade de desvendar-se a realidade que, de acordo com Alves e Valeii (2013, p. 33), “[...] o debate sobre a relação campo-cidade é um tema que cresce nas ciências humanas, em especial na Geografia, pois trata das análises espaciais desse fenômeno e sua dinâmica populacional, econômica, cultural, política e ambiental”.

Destacando a crise entre os dois espaços, afirma Williams (1989, p. 404), que “[...] o capitalismo, enquanto modo de produção é o processo básico por detrás da maior parte da história do campo e cidade”. Nesse contexto, para Rua (2005), esse poder, centrado na cidade moderna capitalista vem impondo símbolos, códigos e signos, tanto ao “rural” quanto ao “urbano”, que têm seus papéis alterados pelos atores produtores dessas espacialidades, redefinido suas identidades a cada momento do movimento do todo social.

Diante do que foi dito, transcreve-se as palavras de Sposito (2010, p. 129), que relata a necessidade de mais estudos para reelaborar os conceitos, ao afirmar que:

Muitas pesquisas já vêm sendo feitas a partir da eleição de temáticas que contemplam essas abordagens, mas, ainda, precisamos caminhar muito no sentido de reelaborar os conteúdos dos conceitos de cidade e campo, rural e urbano, à luz do conjunto de novas formas de manifestação e de novas opções de vida no mundo contemporâneo.

As ações entre campo e cidade ficaram mais complexas e a complementaridade mais difícil de ser detectada. Considera-se, neste trabalho, a mistura com as trocas simbólicas e econômicas, de fluxos de informação, melhoria das estradas, a presença da televisão, aparelhos celulares e computadores na cidade e no campo, mercadorias com a produção realizada no campo, tornando-se dinheiro na cidade, e de capitais no caso do agronegócio.

Com esse entendimento, o urbano e rural não são definidos apenas pelo conteúdo de cada um, mas pela relação e articulação entre ambos. Desse modo, Whitacker (2010, p. 131) considera que a análise do urbano e do rural “[...] implica em se compreender a produção socioespacial, o processo social de criação e destruição das formas espaciais”. Havendo uma urbanização difusa, faz-se necessário compreender a macroescala, analisando o local e o global que materializam na cidade, havendo formas com aglomerações urbanas e a multipolicentralidade.

Nessa visão da cidade na atualidade, deve ser levado em conta que o entendimento do intraurbano requer a discussão da cidade na rede, havendo áreas dispersas demonstrando fortemente um processo de fragmentação com estranheza entre as partes. Este retrato demonstra as transformações de uso, os novos consumos, espaços de habitação, segmentação socioespacial e consolidação de outras dinâmicas e práticas espaciais.

Compartilha-se neste estudo do entendimento voltado para o fato de que antes a cidade era definida por critérios de poder e sociais, mas, atualmente prevalece um zoneamento segregador. Ao mesmo tempo, segundo Whitacker (2010, p. 143), as redes de produção a cortam e ligam “[...] o que nos leva a compreender que tais funções não estão circunscritas à cidade e que a cidade não se resume ou se explica *per si*, pois, nesses dois casos existe uma relação e mesmo uma imbricação intraurbana e interurbana, e entre cidade e campo”.

Importa mencionar Lencioni (2017, p. 68), que estampa em detalhes a situação pesquisada, referindo-se à metrópole difusa:

[...] que se estende horizontalmente mesclando o urbano com o rural e, vale dizer, que o que define se uma parcela do espaço é urbana ou rural não é a localização, se está no perímetro urbano ou rural da cidade, mas a atividade econômica que produz aquela parcela do espaço. Condomínios fechados no meio de pastagens ou cultivos, são urbanos. Afinal, terrenos mais distantes do centro não são mais baratos?

Segundo Lefebvre (2001b, p. 11-12), a descrição de “tecido urbano” não é limitada a sua morfologia, ao explicar que:

[...] ele é um suporte de “um modo de viver” mais ou menos intenso ou degradado: a *sociedade urbana*. Na base econômica do “tecido urbano” aparecem fenômenos de uma outra ordem, num outro nível, o da vida social e “cultural”. Trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos. Semelhante modo de viver comporta sistemas de objetos e sistemas de valores. Os mais conhecidos dentre os elementos do sistema urbano de objetos são a água, a eletricidade, o gás (butano nos campos) que não deixam de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão, pelos utensílios de plástico, pelo mobiliário “moderno”, o que comporta novas exigências no que diz respeito aos “serviços”. Entre os elementos do sistema de valores, indicamos os lazeres ao modo urbano (danças, canções) os costumes, a rápida adoção das modas que vêm da cidade. E também as preocupações com a segurança, as exigências de uma previsão referente ao futuro, em suma, uma racionalidade divulgada pela cidade.

O mesmo autor, ao falar sobre o direito à cidade, prossegue observando quanto à existência de ilhas de ruralidades entre as malhas do tecido urbano em Paris, o que impede o desaparecimento da relação “urbanidade-ruralidade”, interferindo com a relação da cidade com o campo, podendo haver aqui ou ali alguns conflitos. Ressalta que os núcleos urbanos continuam existindo, tornando-se centros de consumo, ao mesmo tempo que assevera que tais processos não são naturais, mas dependem da vontade da classe dos detentores do capital, existindo, também, a classe operária. Afirma que da relação da cidade com o campo é derivado o tema “natureza e cultura”, acentuando-se na realidade atual os três termos: a ruralidade, o tecido urbano e a centralidade, cujas relações dialéticas são ocultadas.

A natureza foge da dominação e da apropriação, sendo o campo o lugar de produção agrícola e sua paisagem uma obra que emerge de uma terra originalmente sacralizada, tornando-se profanada pela cidade. Já para a vida urbana, o que importa para Lefebvre (2001b, p.67-68) é que “[...] o essencial é o movimento complexo pelo qual a cidade política utiliza o caráter sagrado-maldito do solo a fim de que a cidade econômica (comercial) o profane”. São necessários os simbolismos e representações (ideológicas e imaginárias) da natureza e do campo pelos cidadãos para compreender as suas mediações, além disso, a relação cidade-campo

apresentou-se de maneira pacífica e/ou conflituosa nas diferentes épocas e modos de produção. Na atualidade, a exploração do campo pela cidade ocorre de uma forma mais sutil, com a cidade representando um centro de decisão que aparentemente se associa ao campo, Lefebvre (2001b, p. 116) considera ainda:

Muito estranhamente, o *direito à natureza* (ao campo e à “natureza pura”) entrou para a prática social há alguns anos em favor dos *lazer*s. Caminhou através das vituperações, que se tornaram banais, contra o barulho, a fadiga, o universo “concentacionista” das cidades (enquanto a cidade apodrece ou explode). Estranho percurso, dizemos: a natureza entra para o valor de troca e para a mercadoria, é comprada e vendida. [...] Os urbanos transportam o urbano consigo, ainda que não carreguem a urbanidade! Por eles colonizado, o campo perde as qualidades, propriedades e encantos da vida camponesa. O urbano assola o campo; este campo urbanizado se opõe a uma ruralidade sem posses, caso extremo da grande miséria do habitante, do habitat, do habitar.

Pelo exposto sobre a relação da cidade com o campo, verifica-se no século atual o poder econômico implantado na produção do espaço na cidade, chegando ao campo aos moldes da vida urbana. Destaca-se a natureza como fator de valorização do espaço com vários tipos de atividades, sendo que dentre elas podem ser verificados o lazer, o turismo, a segunda moradia com os loteamentos fechados se enquadrando nas atividades capitalistas mundiais, visando a sua reprodução continuada.

Considerando as atividades no campo com o modo de vida da cidade, passa-se a focar o processo de urbanização ou metropolização ditado pela globalização na relação cidade-campo.

### ***3.2 A urbanização, metropolização e globalização e a relação cidade-campo no recorte do Distrito do Coxipó do Ouro***

Na segunda metade do século passado, a população mundial mais que triplicou, implicando em cenários com processo acelerado de urbanização, com o êxodo rural avantajado e agravamento das desigualdades, mas, mesmo diante da complexidade do crescimento, pode-se destacar três fases:

A primeira está ligada à época colonial (período caracterizado pelo controle do fenômeno da urbanização pelos poderes locais);

A segunda fase (1950-1970) caracteriza-se por um crescimento urbano acelerado vinculado à instabilidade política (guerras de independência em certos países) e pela mecanização da zona rural; Enfim, a terceira fase (1970-2000) foi marcada pelos PAS (Planos de Ajustes Estruturais). Esse período conheceu um segundo avanço de crescimento urbano estimulado por esses planos, sustentados pelo Banco Mundial e pelo FMI. Eles contribuíram para o fenômeno do êxodo de uma fração importante das populações rurais para as cidades, em busca de empregos. (MORIN, 2013, p. 244)

É asseverado por Morin (2013) as consequências dramáticas dos planos, o aumento da pobreza, redução do salário mínimo de 20% no Brasil, e em muitos lugares, a queda do poder de compra pelos ajustes nas economias, resultando em extrema pobreza com a urbanização. Porém, simultaneamente ao amontoamento de milhões de pessoas nas favelas, e no mesmo ritmo, ocorre, conforme Morin (2013, p. 245), “[...] uma explosão marcante na construção de hotéis de luxo, de infraestrutura como autoestradas e os equipamentos turísticos; os novos ricos proliferam com a multiplicação de bairros de luxo protegidos”. É importante observar que a urbanização tem levado para o campo as desigualdades sociais, pois Ferreira, Rua e Marafon (2013, p. 12) afirmam que:

A metropolização do espaço estaria, de certa maneira, alterando ainda mais as relações urbano-rurais. Se em determinado momento podemos falar dicotomia cidade-campo, talvez agora possamos falar de urbanidades no rural, já que atualmente, objetiva-se o desenvolvimento de condições metropolitanas que viabilizam ainda mais a reprodução do capital.

Ao se falar de globalização vem à tona as mudanças na economia, que implicam em alterações funcionais das metrópoles nacionais, resultante de novas hegemonias das metrópoles internacionais, conforme Rochefort (2002), utilizando a intermediação das maiores cidades destes países que hesitam às vezes em qualificar de metrópoles as cidades que comandam, para guardar o termo mais neutro de megalópole. O autor responsabiliza pelas funções a extensão do espaço ocupado pelas grandes cidades, criando novas formas de relação da cidade com o seu entorno, sendo que “[...] as novas técnicas de comunicação e de informação favorecem as implantações mais dispersas dos centros de atividades e das zonas de urbanização residencial” (ROCHEFORT, 2002. p. 9).

O mesmo autor se refere aos países desenvolvidos para expor uma teoria amplamente aplicada ao Brasil pelos autores nacionais, pois se tratam de efeitos da globalização, tendo em vista que:

A periurbanização substitui o crescimento denso e contínuo no entorno das metrópoles por uma extensão sobre territórios desconcentrados, descontínuos, heterogêneos e multipolarizados, sem limite preciso entre a cidade e o campo. [...] A integração no sistema é, portanto, condicionada por um certo padrão de vida e suscita a exclusão das populações pobres. [...] formação de verdadeiros guetos no interior destas regiões metropolitanas e o agravamento das segregações socioespaciais. Trata-se de um problema de primeira linha que se impõe àqueles que têm a obrigação de gerir a cidade. (ROCHEFORT, 2002. p.09)

Nos países do Sul, a autoconstrução pelas famílias pobres representa a zona de urbanização irregular, mas o autor descreve o mecanismo global da periurbanização concebendo a oposição entre os ricos e os pobres, em que a segregação socioespacial aumenta a violência urbana, porém, acredita nas formas de gestão. Rochefort (2002) coloca esperança na participação popular da sociedade civil no que se refere à gestão das cidades, mas encontra obstáculos no despreparo das populações e nas contradições socioeconômicas resultantes do processo de globalização. O autor questiona que modo ou padrão de vida é esse? O do consumo e da exclusão dos mais pobres, fator que está incentivando a urbanização.

Conforme Lencioni (2013), o processo de metropolização não se restringe à fase capitalista do processo de globalização, com o mundo se constituindo num único espaço social, faz parte constitutiva do aludido processo e da intensificação das relações sociais. A metropolização do espaço é um instrumento analítico, dentre as novas referências de análise que permitem evidenciar a nova realidade e entender a dinâmica socioespacial. A autora informa que os geógrafos franceses são os que mais se preocupam com o tema metropolização, construindo a distinção entre espaços metropolizados e espaço não metropolizados, ao discutir as mudanças na relação cidade e campo. Para Kayser (1990, p. 46 *apud* LENCIONI, 2013, p. 18), o espaço metropolizado está “[...] estreitamente e concretamente ligado à grande cidade por meio de fluxos de pessoas, mercadorias, capitais; fluxos esses bastante intensos e permanentes e que coincidem de fato, com os grandes eixos de urbanização.”

Tem importância para esta dissertação, focada numa área fora do perímetro urbano do Município de Cuiabá, a parte da síntese apresentada por Lencioni (2013), referente à afirmação de que ao processo de metropolização se juntam outras manifestações do fenômeno urbano, tais como a urbanização e periurbanização, que não se tornaram obsoletas. Destaca-se a transformação dos espaços rurais mais próximos dos espaços metropolizados, independentemente de fazerem parte de uma metrópole, importando a relação com a

globalização e reestruturação, valendo dizer que nos mosaicos justapostos da urbanização contemporânea podem ser pensados igualmente quando se analisa os espaços rurais.

Segundo Lencioni (2013, p. 25), é quase unânime o entendimento no sentido de que a relação entre a cidade e o campo apresenta uma dicotomia diferente do passado, quando eram contrários e conflitantes, sendo consenso que a compreensão entre o que seja rural e urbano contemporâneo exige a compreensão sobre o processo de urbanização do campo com a produção do espaço capitalista e a periurbanização, considerando:

A intensificação da capitalização do campo e a grande diversidade das atividades que se desenvolvem no campo – não mais restritas ao cultivo ou à criação de animais, como o desenvolvimento do turismo rural – acrescidas da revolução nos transportes e nas comunicações aproximaram esses dois mundos. Acrescenta-se a essa descrição, o fato de haver uma forte difusão por todo o espaço da cultura urbana, dos valores urbanos, das normas e relações sociais dominantes na cidade.

Ao se tratar da relação cidade-campo, verifica-se que os fenômenos urbanos ocorrem mediante processos causadores de transformações espaciais, como a urbanização e a periurbanização. Para Lencioni (2013, p. 25-26), “Entende-se por urbanização do campo um conjunto de aspectos da transformação do campo sob a influência da cidade, independentemente da distância física entre campo e cidade”. Percebe-se a existência de apego aos valores culturais urbanos pelos habitantes do campo, o que os levam a requalificar sua vida cotidiana. A periurbanização é enfocada por Lencioni (2013) no sentido da transformação dos espaços rurais próximos à cidade, mesmo que descontínuos. Já a metropolização pode atingir cidades ou áreas rurais e urbanas que expressam hábitos culturais e valores da metrópole.

O mercado de terra é alvo no processo de metropolização, com a valorização indispensável à produção imobiliária, com a incorporação de novas áreas ao mercado, contribuindo para a indefinição dos limites entre urbano e rural. Os terrenos rurais são considerados estoques para construção de conjuntos de habitação horizontais, com o preço relativamente menor que em outras áreas mais próximas do centro da cidade, causando a dispersão. Com a evolução do tecido urbano, a tendência é o surgimento das funções de comércio e serviços, satisfazendo a necessidade de reprodução do capital do setor imobiliário. Segundo Lefebvre (2006, p. 17):

O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, “o tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da

cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano.

Para Lencioni (2013, p. 29), a globalização implica na articulação entre o imobiliário e o financeiro na cidade, importando que “[...] o processo de metropolização exprime uma fase do capital e uma face dele, porque eleva as possibilidades de valorização do espaço-mercadoria, instrumentalizado pela valorização imobiliária”. Segundo a autora, a reprodução capitalista, passando da hegemonia industrial para a financeira, implicando em consequências envolvendo a existência de um espaço sendo produzido desigualmente, tanto na metrópole quanto em suas relações com o território nacional, falando-se em definição mundial de várias escalas espaciais com hierarquização-integração e desintegração de lugares, mas ressalta que as transformações ocorrem no plano do vivido, o lugar, onde a “mundialidade” concretiza padrões.

Partindo das ideias de Lefebvre (1980, p. 151 *apud* LENCIONI, 2017, p. 25) com relação ao espaço homogeneizado, fragmentado e hierarquizado, percebe-se a mesmice na produção do espaço capitalista, pois, “[...] na escala mundial que o espaço engendrado na segunda metade do século XX se repete: aeroportos, autoestradas, cidades verticais de concreto, cidades horizontais com grandes conjuntos [...] [em que] os elementos são conhecidos e reconhecidos”.

Trazendo à tona a pesquisa de campo pode-se afirmar que a fragmentação tem a ver com a segregação causada pelos novos loteamentos fechados, formando um mosaico devido à proximidade de bairros situados no final do perímetro urbano ou na área de expansão urbana, criados há mais de trinta décadas, mediante sua ocupação por uma camada social formada por pessoas de baixa renda, além da hierarquização proporcionada pela economia e política ligadas ao espaço. Também ocorreu a implantação de infraestruturas, verificando-se com a modernização da rede elétrica e a atenção do Governo Estadual para com o asfalto das estradas que ligam o Distrito Coxipó do Ouro à cidade de Cuiabá, conforme demonstra a Figura 14.

O contraste social na área pesquisada pode ser enquadrado na observação de Carlos (2013, p. 37) ao abordar a urbanização tendo o significado do crescimento da cidade, todavia, ressalta que, anteriormente a essa significação, “[...] revela um processo profundo de transformação nas formas e conteúdos da produção do urbano, como reprodução da existência humana prática, real e concreta dos indivíduos, generalizando-se em seus conflitos”.

Nota-se que o neoliberalismo está na administração das empresas, na gestão governamental e na concorrência capitalista, tornando generalizada a mercantilização das relações sociais. Portanto, a sociedade capitalista acaba perdendo a capacidade de reflexão em todas as manifestações da vida, não somente na economia, transformando-se em espectadora.



Figura 14 – Estrada da Ponte de Ferro no Distrito do Coxipó do Ouro  
Fonte: Castilho, 2017.

O setor produtivo desenvolve novos ramos, mas centraliza-se na metrópole: “Ademais, observamos a conformação de uma cidade difusa que se expande desmesuradamente, dando novos conteúdos às antigas áreas rurais”. (FERREIRA, RUA E MATTOS, 2017, p. 13). O consumo torna-se ilimitado, alterando a cultura com “[...] os hábitos culturais e os valores urbanos típicos da metrópole se difundindo para além dela, chegando a todo o espaço, levando a uma mercadificação generalizada”.

O processo de metropolização do espaço leva a cultura e os valores urbanos para áreas cada vez mais longínquas, com as urbanidades no rural e a reprodução do capital. Para Ferreira, Rua e Mattos (2017, p. 14), o Estado deve dar vez e voz à participação dos interessados, pois “[...] melhor seria pensarmos no direito à produção do espaço. E isso significa pensar em algo para além do capitalismo”. A participação popular deve partir da própria população e ser constante, iniciando com o direito à educação, a fim de que a sociedade não aceite passivamente os acontecimentos que implicam em mudanças no modo de vida. A estrutura capitalista tem base na propriedade privada nas mãos de poucos, quando alguns conseguem um financiamento passam o resto da vida pagando, quando não desistem devido ao desemprego. Percebe-se a

grande especulação com os investimentos no mercado imobiliário. O mesmo acontece com as Prefeituras e suas obras para atrair investimentos, pois:

O turismo tem, cada vez mais, entrado no circuito da reprodução do capital e, nesse processo, ocorre uma espécie de espetacularização dessa atividade. [...] em que a mídia estrutura antecipadamente nossa própria percepção da realidade misturando-a a sua própria representação”. [...] O consumo do turismo se realiza cada vez mais a partir da transformação de tudo em mercadoria, a natureza, a história, a cultura. O turismo totalmente mercadificado é altamente comercializado, pois o mundo que se vê é o mundo da mercadoria. (FERREIRA, RUA E MATTOS, 2017, p. 16)

Assim, com os grandes eventos, a exemplo da Copa do Mundo de 2014, foram criadas, na cidade de Cuiabá, muitas estruturas, como viadutos, túneis, a Arena Pantanal, dentre outros, estando algumas obras paralisadas devido às irregularidades nos gastos públicos. Agora, os governos estadual e municipal planejam a comemoração dos 300 anos de Cuiabá, sendo que a pavimentação de uma das vias de acesso ao Distrito do Coxipó do Ouro está no pacote, além da intenção de melhorar as demais estradas, o que tende a atrair empresas para explorar a beleza e os recursos naturais do lugar, além de servir ao escoamento da soja da região de Chapada dos Guimarães.

Jamais se pretende afirmar que a pavimentação seja algo ruim, porém, assevera-se o fato de que as solicitações da população com essa finalidade sempre foram desprezadas, levando a conjecturar quanto à intenção do Governo em realizar a obra pública. Para Benach (2017, p. 16), “Hoje, o ‘direito à cidade’ é invocado com extrema facilidade para se referir a qualquer pequena melhora ou concessão do sistema, é um conceito que foi ‘domesticado’, reduzido a um sentido paliativo que não põe em questão a lógica global da urbanização capitalista”.

Tudo que está na cidade pode entrar para o consumo, até a sua história, acreditando no desenvolvimento do lugar, porém, o aumento da renda não significa desenvolvimento, pois para que isso ocorra a população como um todo deve dispor de saúde, moradia, educação. Mas, a atividade turística é questionada, conforme Ferreira, Rua e Mattos (2017, p. 18):

Entretanto, quanto maior o apelo ao turismo, maior a homogeneização das atividades e das paisagens; o que por si só contribui para a banalização do espaço. Isso contém em si um paradoxo, pois as diferenças que poderiam servir para atrair o turista são cada vez obscurecidos por cópias de “modelos de sucesso”. Falamos de cidades, mas o campo também passa por processo muito parecido, visto que há intenso crescimento de hotéis-fazenda, hotéis de aventuras ecológicas etc.

Ocorre que a apresentação de uma forma de padrão espacial acaba sendo aceita como normal, pela maioria da população, pois em um lugar onde ainda não chegou a obra asfáltica, mesmo com a população pedindo insistentemente, qualquer mudança é considerada alternativa para melhorar a vida das pessoas. Ocorre que os modelos reproduzidos atendem ao interesse de um grupo, com as necessidades da população como um todo não sendo prioridade. Deste modo, a administração pública com os atores econômicos criou a hegemonia sobre o espaço, com:

Os investimentos desigualizadores efetuados em áreas urbanas ou rurais destacam esses lugares de fixação do capital em relação a outros lugares. [...] Ao se referir sobre a importância das escalas, sejam locais, regionais, nacionais (as relações urbano-rurais aí incluídas), desejamos reforçar a perspectiva analítica que destaque o desenvolvimento desigual do capitalismo e a sua frágil tendência à homogeneização. (FERREIRA, RUA E MATTOS, 2017, p. 20).

A prática permanente dos movimentos sociais, frente à economia global e com a autonomia dada pela Constituição Federal de 1998 aos Municípios, deve na escala local, perseguir a melhoria das condições de vida com transferência de recursos, libertando a administração local das mãos dos grupos dominantes. Ferreira, Rua e Mattos (2017) buscam explicações para as problemáticas apresentadas pela relação entre o processo de metropolização do espaço (entendida como a condição atual da urbanização) e as formas de gestão, podendo estar limitada jurídico-administrativamente e com dificuldade de buscar a justiça espacial.

A padronização das formas espaciais, explicitadas anteriormente, revela a tendência mundial na produção do espaço, com o agrupamento da cidade e do campo na produção de novos espaços urbanos marcados pelas pluriatividades. Destaca-se a homogeneização dos loteamentos fechados, tendo o papel de segunda residência, detectados na pesquisa de campo, conforme pode ser visualizado na Figura 15, e os clubes de *camping*, para atender ao turismo.

A metropolização do espaço está ligada ao capitalismo e aos processos de dominação do espaço, envolvendo o regime de propriedade, o uso da terra, a gestão pública, a questão socioambiental. Para Ferreira, Rua e Mattos (2017, p. 22) a mencionada problemática pode “[...] se mostrar necessária para o fortalecimento dos movimentos atuais a favor de um outro modelo de urbanização do espaço, orientado para uma possível reapropriação em usos coletivos com base em outros tipos de gestão [...]”.

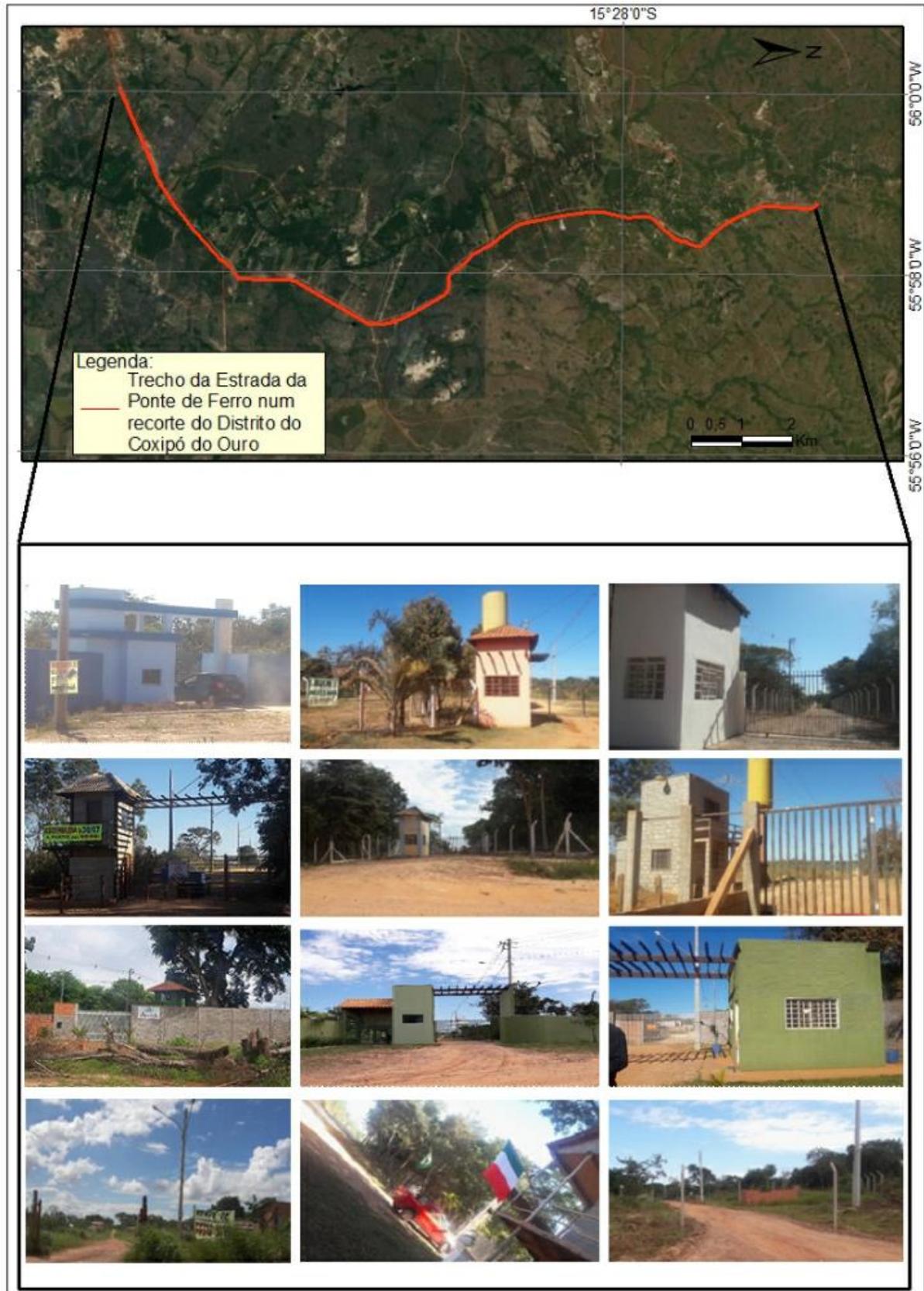


Figura 15 - A homogeneização dos loteamentos no recorte do Distrito do Coxipó do Ouro  
 Fonte: Castilho, 2017.

Organização: Takata e Rodrigues, 2018.

Assim, percebe-se a participação popular apenas para justificar um formalismo previsto em Lei, o que vem ocorrendo nas reuniões e audiências públicas para a revisão do Plano Diretor do Município de Cuiabá, e para a elaboração do Plano Diretor da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá, sendo notória a ausência de sugestões para a redução das desigualdades sociais, frear as obras públicas monumentais, evitar a retirada da população de baixa renda das áreas valorizadas e a imposição do poder financeiro na produção do espaço. Lefebvre (2001b, 2006) discorreu sobre a luta pelo impossível possível e, para tanto, existe um processo revolucionário com possibilidade de operar de transformações na situação de afinidade entre o mercado e o Estado.

Considera-se o pensamento marxista, pois a desigualdade social em nosso País é grande, também ocorrendo a nível mundial com o processo de urbanização. Para Capel (2017, p. 31): “Pero, de manera más generales, podemos afirmar algo que nos lleva a um flerte y apremiante preocupación: nunca como hoy han sido tan graves los problemas de la Humanidad y del planeta Terra, en buena parte producidos por la urbanización y el desarrollo capitalista [...]”.

A relação da cidade com o campo deixou de ser complementar, passando a ocorrer a combinação dos espaços, destacando-se as pluriatividades fundamentadas na propriedade privada, configuração na qual se enquadra o processo de urbanização implantado no recorte do Distrito do Coxipó do Ouro. A explicação de Carlos (2017, p. 52) para a situação, volta-se no sentido de que:

Sob o prisma de uma geografia urbana crítica, uma hipótese pode ser aventada para desenvolvermos o tema em questão: as contradições do mundo moderno se esclarecem como contradições do movimento do processo de produção do espaço urbano assinalando a produção de uma sociedade urbana, cada vez mais desigual, marcada pela contradição entre a produção social do espaço e sua apropriação privada.

Destaca-se a inexistência de políticas espaciais que valorizem a vida da sociedade em sua totalidade, mas prevalece a mercadoria no contexto do espaço enquanto produção da sociedade capitalista, confrontando o valor de uso com o de troca, detalhadamente explanado no capítulo sobre a mercadoria. Surgem problemas na prática socioespacial urbana, com a segregação oriunda da acumulação de riqueza e a propriedade privada, de um lado, e, de outro, a maioria dos membros da sociedade, num ritmo rápido de reprodução do capital nos fragmentos do espaço metropolizado. Importa que a reprodução do espaço urbano ganhe centralidade no processo de acumulação, espalhando pelo rural diante da nova relação cidade-campo projetada e revestida das pluriatividades lucrativas e segregadoras.

No século XXI, a sociedade mundial se mostrou predominantemente urbana, assim, o entendimento de Carlos (2017, p. 53) detalha a situação quanto às atividades produtivas:

No movimento da produção à reprodução do espaço da metrópole encontramos os novos conteúdos da urbanização sinalizados pela desconcentração do setor produtivo (sem, todavia, acarretar a desconcentração do capital da metrópole), pela mudança das atividades do setor de serviços com a preponderância do financeiro e de serviços diferenciados (informática, telecomunicações) e o aparecimento de novos setores econômicos como o turismo e o lazer, acompanhando o setor de negócios financeiros.

Na especificação quanto ao conteúdo do processo de urbanização são mencionados o turismo e o lazer como novos setores econômicos, justamente os serviços que estão sendo implantados na área de estudo, além da especulação imobiliária interligada aos negócios financeiros. Tal assertiva, diante da sociedade mundial urbana, implica em urbanização com as atividades nascidas na cidade, resultando na homogeneização do espaço com as formas de loteamentos fechados, parecidos uns com os outros, com a função voltada para a recreação, relativa concorrência devido à lucratividade do negócio de dividir em terrenos por metro quadrado de propriedade registrada com a área em hectares, descaracterizando os costumes do lugar e estreitando sua aparência e essência ao modo de vida urbano.

Encontram-se as atividades do setor terciário em substituição à atividade primária, característica do campo, contando para isso com um aparato tecnológico em termos de conhecimentos técnicos de construção, máquinas, comunicação, *marketing*, dentre outros. Ao mesmo tempo, as mudanças que ocorrem na cidade se refletem no campo, quando a produção do espaço se revela num processo industrial (setor secundário) ou loteamentos fechados, seja para primeira ou segunda residência (setor terciário), segundo Carlos (2017, p. 54), “[...] nessa expansão incorporando subúrbios e loteando áreas rurais, [...]”

Mesmo com a autora focando a generalização da urbanização gerando a escassez do solo nas áreas centrais, com isso, “[...] a propriedade privada do solo urbano, condição de sua produção, passa a ser um limite à expansão econômica capitalista”, importa acentuar o processo como um fenômeno mundial. O que Vilarinho Neto (2009, p. 84) concorda:

Antes de abordar o processo de metropolização regional em Cuiabá e a rede urbana mato-grossense, necessário se faz discutir o processo de urbanização do país, que passou por uma significativa mudança nos últimos 50 anos, em decorrência da intensificação do processo de industrialização nele instalado e do qual o estado de São Paulo, mais precisamente sua capital, tornou-se o centro, coincidindo também com o processo de sua metropolização.

Acentua-se o atual estágio da metrópole, na realização de políticas públicas, conforme Carlos (2017), com a mudança nos usos e funções, expulsam os antigos moradores dos lugares, criando um padrão estético homogêneo, com formas condominiais, e mediante a ação dos promotores imobiliários vinculados ao sistema financeiro, fragmentando os espaços vendidos e comprados no mercado. Os interesses privados têm na reprodução do espaço urbano as condições para a realização da acumulação, com a preponderância do capital financeiro no setor imobiliário:

No quadro do processo de mundialização que delinea a relação global/local, redefine-se o papel da metrópole como mediação necessária deste processo que determina um novo papel do espaço na acumulação do capital. Esse comportamento marca o movimento de passagem do capital produtivo industrial para o capital financeiro através da reprodução do espaço urbano, como exigência do seu desenvolvimento, sob novas modalidades articuladas ao plano mundial. Isto é, a reprodução do espaço urbano metropolitano expõe o momento em que o capital financeiro se realiza através da reprodução do espaço sob a forma de “produto imobiliário”, apontado uma mudança na direção da aplicação do capital-dinheiro acumulado no setor produtivo industrial ao setor imobiliário”. (CARLOS, 2017, p. 56).

A situação da cidade é reflexo do desenvolvimento socioeconômico de suas terras urbanas sendo apropriadas para a reprodução espacial capitalista, o que redundará na expulsão dos antigos moradores para construir o novo. Na área pesquisada, percebe-se tal situação, com as imobiliárias tornando-se proprietárias de centenas de hectares de terra à espera da supervalorização, onde consta placas constando os nomes de imobiliárias, conforme Figura 16 avisando sobre o Registro no Cartório do 6º Ofício, a fim de evitar as ocupações.

Sabe-se que a criação de loteamentos fechados já representa altos lucros, o que multiplicará ainda mais com o poder público fomentando o turismo. Quanto à especulação imobiliária, Lencioni (2017, p. 60) faz a sua ligação com o capital financeiro, pois, “[...] a especulação, vale lembrar, se projeta no futuro antevendo o quanto pode render a propriedade de um imóvel, de uma ação ou de um título da dívida pública [...]”.

A Figura 16 revela, também, o pensamento de Souza (2005, p. 28), pois, para o autor, na franja urbana, para confundir e tornar visível no espaço um aspecto “rural”, constata-se a presença de muito verde e grandes espaços servindo de pastagem para o gado, representando uma “maquiagem”, pois:

[...] por trás disso se verifica uma presença insidiosa e cada vez mais forte da “lógica” urbana de uso do solo. [...] glebas mantidas como reserva de valor por empreendedores urbanos; são, assim, terras de especulação, “em pousio

social”, por assim dizer, e que serão convertidas, depois de muitos anos ou mesmo após algumas décadas, em loteamentos populares ou condomínios fechados de alto *status*, dependendo da sua localização. Nem tudo aquilo que parece ser, por conseguinte, de fato é, em matéria de espaço periurbano.



Figura 16 - Placa indicando a Imobiliária como proprietária da área  
Fonte: Castilho, 2017.

O crescimento da cidade capitalista implica em nova configuração do espaço urbano, com a estrutura interna e tendo na área central o comércio e a prestação de serviços, com algumas residências sendo derrubadas para, em seu lugar, construir os edifícios com mais de dez andares, demonstrando o desprezo pela história cidadina. Para Vilarinho Neto (2009, p. 86), é necessário para enfrentar essa situação que:

[...] ocorram transformações substanciais no conjunto de reformas – agrária, urbana e do próprio Estado brasileiro. A reforma urbana precisa ser sustentada pela participação dos cidadãos no processo de decisões políticas de utilização do seu solo nos âmbitos local, regional e nacional. Além do mais, deve haver um equilíbrio entre cidade e campo que garanta um futuro comum, buscando evitar que os problemas sociais ampliem-se nos centros urbanos de forma perigosa, pois o desemprego e a fome que assolam uma parcela significativa da população brasileira acenam para uma explosão social com consequências imprevisíveis.

Nota-se que o processo brasileiro de urbanização, ligado ao desenvolvimento capitalista, vem fomentando o crescimento não planejado das cidades, transformando-se em verdadeiros monstros nos quais os milhares de indivíduos se envolvem e se submetem a um estilo de vida brutal e conflituoso,

sobrevivendo em condições subumanas, sem nenhum direito de usufruir os privilégios por elas oferecidos.

Enquanto isso, a outra parcela da sociedade, representada por uma minoria com alto poder aquisitivo, habita as mesmas cidades e desfruta todos os privilégios, conforto e lazer de que estas dispõem.

Semelhantemente constata-se a presença de relações econômicas no espaço urbano, cuja reprodução é condição para o desenvolvimento de cada atividade e realização do lucro, com instalação de infraestrutura para atender aos interesses privados e novas estratégias de acumulação promovendo: “[...] a) venda de particularidades – naturais ou históricas – dos lugares pela produção do mercado turístico; b) a construção de condomínios fechados na franja da cidade, como momento da reprodução do setor imobiliário; [...]” (CARLOS, 2017, p. 57).

Para Santos (2006, p. 231), “Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”. Com base nessa afirmação, verifica-se semelhante acontecimento na área desta pesquisa, com a mudança na relação cidade-campo e enfatizando o agrupamento entre os espaços, onde as novas estratégias de acumulação capitalista conta com o espaço rural como condição, mediante a instalação de infraestrutura representativas de formas hábeis à realização do lucro. Para tanto, desenvolvem-se as funções das atividades do mercado turístico, com clubes de *camping* e restaurantes, além dos loteamentos fechados e a especulação imobiliária. Diante desse quadro, faz-se enriquecedora a seguinte reflexão:

O nível global e o nível local do acontecer são conjuntamente essenciais ao entendimento do Mundo e do Lugar. Mas o acontecer local é referido (em última instância) ao acontecer mundial. Desde o nascimento, o acontecimento se inclui num sistema para o qual atrai o objeto que ele acabou de habitar. O acontecimento é a cristalização de um momento da totalidade em processo de totalização. Isso quer dizer que outros acontecimentos, levados pelo mesmo movimento, se inserem em outros objetos no mesmo momento. Em conjunto, esses acontecimentos reproduzem a totalidade; por isso são complementares e se explicam entre si. Cada evento é um fruto do Mundo e do Lugar ao mesmo tempo. (SANTOS, 2006, p. 108).

No novo momento, com a valorização do solo urbano e substituição de uma classe social por outra de maior poder aquisitivo, restou às classes de renda mais baixa procurar lugares mais distantes e “[...] em decorrência disto, provoca o desemprego, desestrutura famílias, separa as atividades, esgarça as relações sociais, destitui-se as pessoas dos referenciais que sustentam a vida” (CARLOS, 2017, p. 57). As atividades produzem o espaço enquanto mercadoria e capital fixo, com “[...] a acumulação sendo feita às e expensas da sociedade” (CARLOS, 2017, p. 57).

Com o processo de produção do espaço, primeiro fazendo do espaço condição da produção e contando com recurso e força produtiva diante da crise, agora tornado mercadoria reprodutível com o capital financeiro expandindo novas atividades e o espaço-mercadoria sendo trocado por assegurar o lucro.

No recorte do Distrito Coxipó do Ouro, objeto deste estudo, as contradições evidenciam-se com a valorização do espaço e a propriedade privada sendo imposta à toda sociedade, produzindo barreiras e impedindo acessos, mas, ao mesmo tempo, também mudando as funções dos lugares, pois o valor de troca torna-se evidenciado em detrimento do valor de uso, historicamente assegurado pela comunidade tradicional. As formas passam por um completo processo de mudança onde são praticados os costumes do campo, a exemplo da criação de aves, suínos, gado e realização de pequenas plantações. Tais atividades estão desaparecendo, para ceder o espaço às atividades capitalista de lazer baseadas no turismo e segunda residência, criando muros e impedindo a população em geral de ter acesso ao rio Coxipó, assemelhando-se às atividades imobiliárias da cidade de Cuiabá, reflexo do que vem acontecendo nas metrópoles nacionais e mundiais.

Lembra-se em relação à propriedade, que houve a distribuição de centenas de hectares de terras, aos moradores da área pesquisada, através do instituto das Sesmarias com as famílias formando as fazendas, plantando, pescando e criando animais, ou seja, vivendo com a produção do setor primário da economia. O processo de urbanização imposto pela estrutura capitalista traz consigo as marcas das desigualdades de classe, pois o antigo proprietário, no seu trato com a natureza não é valorizado, conforme a Figura 17, na qual foi excluída a nitidez da imagem de um morador, cuja avó recebeu centenas de hectares mediante a cessão do poder público. Isto têm levado os seus descendentes a considerar a opção de vender o imóvel para as imobiliárias, com a população tradicional com o uso do espaço sendo substituída de maneira acelerada pelo consumo baseado na troca.

Nos séculos passados as famílias eram constituídas por muitos descendentes, as propriedades foram sendo divididas, ou seja, passaram a pertencer a muitas pessoas. Assim, a maioria passou a residir na cidade, não mais dedicando-se às atividades do setor primário, as terras foram sendo vendidas, permanecendo no campo apenas os mais antigos, às vezes já aposentados, com os seus descendentes voltando apenas para visitá-los, ou seja, sem a intenção de fixar residência no lugar, pois já possuem o modo de vida predominantemente urbano nas cidades de Cuiabá e Várzea Grande, principalmente.



Figura 17 - Imagem de um antigo proprietário de terra do Distrito do Coxipó do Ouro  
Fonte: Castilho, 2017.

Durante a pesquisa, constatou-se, também, a produção do espaço por duas ocupações que foram despejadas mediante ações judiciais movidas pelos proprietários, importando que, mesmo sendo irregulares, representavam segregações socioespaciais. Nos loteamentos clandestinos havia muitas pessoas que estavam no lugar, porque não tinham onde morar. As duas ocupações foram desfeitas, deixando o espaço livre para a especulação imobiliária, tendo o rio como atrativo e mercadoria para o turismo e segunda residência.

Na primeira situação, merece atenção a ostentação da placa de “Propriedade Particular” e o número do processo em que o proprietário obteve decisão judicial com liminar em ação judicial de Interdito Proibitório, conforme Figuras 18 e 19. Vale ressaltar que as fotos foram tiradas num intervalo de 30 dias, aproximadamente, em maio e junho de 2017. Nota-se o cuidado do proprietário em fazer o aceiro ou a limpeza, retirando a vegetação situada próxima à cerca, para demonstrar a sua posse. Relatando o conflito no espaço com a participação Estatal do Poder Judiciário, apresentam-se na sequencia alguns detalhes da ação judicial.

O conflito pelo espaço resultou na fixação de uma placa na frente da propriedade e indicativa de uma liminar possessória, deferida em 18/04/2016, em Processo cadastrado em 07/04/2016 e ajuizado na Segunda Vara Cível Especializada em Direito Agrário, relativa a uma Ação de Interdito Proibitório visando à proteção possessória de 02 (dois) imóveis rurais com área de 210 hectares e 50 hectares, respectivamente, localizados no Município de Cuiabá, tendo



Figura 18 – Placa de Propriedade Particular, antes da realização do aceiro  
 Fonte: Castilho, 2017.



Figuras 19 – Placa da Propriedade Particular, depois da realização do aceiro  
 Fonte: Castilho, 2017.

como parte Requerida a Associação de Pequenos Produtores Rurais do Vale do Rio Aricá Nova Jerusalém – APERUVANJ, localizada no Bairro “Dr. Fábio”, bairro que surgiu de ocupação.

É importante transcrever que no processo mencionado consta, em 01/06/2017, uma Certidão do Oficial de Justiça citando o representante da Associação, constando no processo os seguintes detalhes: que o mesmo tomou ciência dos termos e advertências, recebeu a cópia do

Mandado, bem como das demais peças que o acompanham, declarando que não tem nenhum associado na área, pois a desocuparam voluntariamente dois dias após a “invasão”. O mérito da ação ainda será julgado, pois, em 10/08/2017, a parte autora foi intimada para apresentar no prazo de 15 dias o resumo da petição inicial para que seja expedido o edital de citação.

Observa-se que, apesar dos 260 hectares ou 2.600.000 metros quadrados, estarem na zona rural, da Ação estar ajuizada na Vara de Direito Agrário e constar no processo documento do INTERMAT, órgão do Estado de Mato Grosso responsável pela regularização fundiária de terra rural, o Juiz de Direito no dia 11.04.2017 emitiu no processo a decisão no sentido de chamar o feito à ordem haja vista que não ser necessário a expedição de carta precatória, uma vez que, os imóveis estão localizados nesta urbe. O termo urbe, mesmo no senso comum, relaciona-se ao urbano, mas cabe repetir o entendimento de Rodrigues (2007, p. 79 [grifos da autora]), no sentido de que “Conceito é utilizável para exprimir o **Urbano** na complexidade do processo de urbanização”.

Nessa ação judicial, os imóveis alvos da tentativa de ocupação são qualificados como urbanos, mesmo apresentando uma dimensão considerável de 260 hectares. Vale lembrar que estão distantes em torno de 8 km do perímetro urbano, havendo a possibilidade de brevemente serem mais integrados à cidade, mediante a pavimentação asfáltica, considerando que a Prefeitura Municipal de Cuiabá e o Governo de Mato Grosso objetivam incentivar o turismo na localidade.

Percebe-se, também, o fato de que os autores da ação judicial possuem título de propriedade e que, diante de ameaça de perda da posse existe a oportunidade de lucro, seja com a especulação imobiliária ou com a transformação da forma e função do espaço em loteamentos fechados, clubes de *camping*, ou ainda vendê-los às imobiliárias, contando com o rio Coxipó como mercadoria juntamente com a terra ou espaço-mercadoria.

Já a segunda ocupação foi desfeita em dezembro de 2017, com revelam as Figuras 20 e 21, retratando a situação durante o primeiro e segundo semestres, respectivamente, mostrando o antes e o depois do despejo realizado em cumprimento de decisão judicial, mediante a ação policial, com as casas sendo praticamente destruídas, mantendo a propriedade destinada à especulação imobiliária. Muitas famílias ficaram desabrigadas, buscando amparo nas construções depredadas do “Complexo Turístico” abandonado pela Prefeitura, localizado a poucos quilômetros da ocupação próximo à Ponte de Ferro.

Acentua-se que esses acontecimentos apresentam um ritmo acelerado e têm atraído outras atividades religiosas e comerciais para o local, destacando-se as turísticas, assim, afirma-se que: “[...] nas condições atuais, o movimento determinante, com tendência a uma

difusão avassaladora, é o da criação da ordem da racionalidade pragmática, enquanto a produção do espaço banal é residual” (SANTOS, 2006, p. 114).



Figura 20 – O antes de uma ocupação  
Fonte: Castilho, 2017.



Figura 21 – O depois de uma ocupação  
Fonte: Castilho, 2017.

Cria-se um novo espaço destinado ao consumo e voltado para o lazer, destituído de história e criado à revelia da sociedade em sua totalidade, representando uma estratégia para

atender aos interesses particulares de lucro. Tal complexidade retrata as mudanças dos comportamentos padronizados, que redefinem as relações sociais, prevalecendo no urbano e no rural, que segundo Carlos (2017, p. 59), constituem:

[...] modelos éticos, estéticos, gostos e valores impostos sem contestação, como orientadores da vida urbana. No espaço se impõem, na vida cotidiana, a partir dos acessos aos lugares da cidade onde todas as relações tendem a ser mediadas pela mercadoria (materiais e imateriais) constituindo-se em signos de identidade. Mediando estas relações há novos objetos – dentre eles, a televisão, que banaliza tudo (da religião à política), os PC, os *iPods*, celulares etc. – que, pelo desenvolvimento tecnológico, criam a ilusão de modernidade, revelando a condição da cidadania determinada no âmbito do consumo e imposto pelo marketing, que, com seu poder hipnótico extraordinário, orienta hábitos, cria opiniões, encanta com a simulação de participação dos cidadãos no universo da sociedade de consumo, onde predomina o espetáculo colorido de imagens. Nesta situação, a participação cidadã se realiza num mundo onde o efêmero se impõe como “modo de vida” e onde os referenciais se tornam obsoletos tanto quanto a história.

Guardadas as devidas proporções, o presente estudo trata da urbanização, metropolização e globalização na produção de espaço para o turismo e lazer na relação cidade-campo e suas contradições, envolvendo as estruturas de produção, assim o espaço mostra-se fragmentado pela autoconstrução feita por pessoas população menos favorecida. Por outro lado, o espaço tem sido tratado como nicho para a atuação das imobiliárias, tendo grande interesse em adquirir as áreas dos proprietários e criar os loteamentos fechados para segunda residência e lazer, além dos clubes de *camping*, contando com a supervalorização e especulação. Assim, os espaços periurbanos e rurais têm sido destinados à classe média e alta, que podem pagar para viver junto à natureza e com segurança, criando a segregação e autosegregação espacial que serão discutidas a seguir.

## CAPÍTULO IV

### A PRODUÇÃO DO ESPAÇO COM AS ATIVIDADES TURÍSTICAS, LOTEAMENTOS FECHADOS E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

#### 4.1 A *produção socioespacial*

A velocidade do mundo moderno e a intensidade das relações dos homens entre si e com o espaço transformam o tempo aceleram o ritmo, resultando no fato de que segundo Carlos (2016, p. 10) “[...] o passado, enquanto experiência e sentido daquilo que produz o presente, se perde, ao passo que o futuro se esfuma na velocidade do tempo da transformação das formas – o lugar é cada vez mais aquele do não uso, logo, da não identidade”.

A discussão teórica força trazer à tona as ações sociais no espaço geográfico e sua indissociabilidade com o tempo, acentuando que, para a autora mencionada, a sociedade estabelece as suas relações num determinado espaço, reproduzidas no mundo, implicando numa perspectiva socioespacial de análise. Diante disso, no período atual, que pode ser denominado de pós-modernidade, tem ocorrido a completa transformação não apenas temporal, mas também espacial da vida cotidiana.

A velocidade e a quantidade imperam no espaço, fazendo a sociedade contemporânea se apresentar urbana, tanto numericamente quanto no modo de vida, chegando ao ápice dessas mudanças serem visualizadas na produção do espaço social subordinado ao capitalismo, com a homogeneidade das cidades deixando de lado a sua história e trazendo à tona o consumo como fator motivador das metamorfoses.

As transformações no espaço pesquisado e que está sendo loteado e colocado à venda no mercado imobiliário para segunda residência à beira do rio, juntamente com outras atividades turísticas de clubes de *camping* e restaurantes, representam ações voltadas para o consumo, considerando a semelhança com os condomínios fechados criados na cidade. Diante deste quadro, apresenta-se a seguinte tendência, o que o rio Coxipó fortalece mais ainda, conforme Lencioni (2017, p. 131):

Construir longe e cada vez mais longe passa a ter o sentido de se afastar das mazelas da cidade. Aquilo que era feio vira bonito. O mato, a falta de arruamento, a precária infraestrutura urbana aparecem, agora, valorizados e objetos de desejo. A apologia da natureza se reveste de discurso sobre o bucólico, o ecológico e o sustentável. Ir para longe, cada vez mais longe, aparece como possibilidade real de se fugir dos tormentos e barulhos ensurdecadores da cidade. O transitar pelas ruas da cidade e o cruzar com todos os cidadãos são negados. A aspiração é de se apartar dos diferentes. Esse

apartar-se é propagandeado pelo *marketing* imobiliário com a apologia da segurança e de investimento com valorização imobiliária garantida.

Diante desse quadro, ressalta-se a importância de se analisar a implantação do processo de urbanização no rural, pela atuação do modo capitalista de produção, considerando a homogeneidade imposta às cidades e que se caracterizam com as residências muradas. No caso em análise, constata-se o acesso a um bem público de uso comum do povo, qual seja, o rio, destinado somente a determinadas pessoas com poder aquisitivo suficiente para cobrir com as despesas, em detrimento daqueles que não podem pagar, criando a autosegregação e a segregação socioespacial.

Essas criações deixam de lado as relações sociais e a existência espacial, mediadas pelo uso na vida cotidiana e a identidade nas relações com o lugar. Mas, “São as mudanças no tempo e no espaço, e na sua relação que ajudam a definir a *modernidade* hoje. [...] relações sociais se realizam concretamente como relações espaciais” (CARLOS, 2016, p. 10). Nas palavras de Santos (2006, p. 39), “O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes”.

Segundo Lefebvre (2001b, p. 57), “[...] tornando-se centro de decisão ou antes agrupando os centros de decisão, a cidade moderna intensifica, organizando-a, a *exploração* de toda a sociedade”. Isso é dizer que ela não é um lugar passivo da produção ou da concentração dos capitais, mas que o urbano intervém na produção e nos meios de produção. Interessam as práticas socioespaciais e as contradições vividas, pois, para entender como a sociedade se realiza na sua relação com a natureza é imprescindível analisar os acontecimentos.

Chega-se à conclusão de que a produção do mundo é obra da sociedade como um todo, e se objetiva construindo um mundo vivido e se subjetiva no processo, ganhando consciência sobre essa produção. As relações sociais ocorrem num lugar, num tempo e modo de apropriação que realizam a ação na escala de apropriação da vida. As relações sociais se concretizam no espaço enquanto modo de uso, seja na esfera do individual, no hábito de habitar e no coletivo na cidade. A análise conforme Carlos (2016, p. 12) envolve o espaço e o tempo na vida cotidiana, prática socioespacial, compreensão “[...] das contradições que a produção do espaço encerra, apontando para um novo modo de expressão das lutas de classe: a luta pelo espaço que se depreende pelos conflitos em torno do *direito à cidade* e pela terra no campo”.

Para Carlos (2016, p. 13), “[...] poderíamos, assim, argumentar que a pós-modernidade referir-se-ia a uma radical mudança espaço-temporal, e não apenas no tempo ou do tempo”. A

vida cotidiana passa a ser abstrata devido à passagem da qualidade para a quantidade, e o tempo se torna velocidade e o espaço movimento ou capital fixo, marcando a sociedade contemporânea considerando-a essencialmente urbana, seja numericamente ou no modo de vida. Assim, essa mudança se revela na maneira como a produção do espaço ocorre sob o capitalismo moderno. Encontramos o modo homogêneo da cidade como abstração, deixando de ser produto da história. Neste contexto, Carlos (2016, p. 14) afirma ainda que:

A reprodução social se realiza coordenada por fenômenos globais, sinalizando para uma totalidade nova (em construção) caracterizada pela construção de uma sociedade urbana e pela criação de um espaço mundial. A rapidez das transformações e a mundialização da sociedade estão na paisagem e na consciência do habitante.

Diante do que foi exposto, com a velocidade no tempo da atuação sobre o espaço nos moldes econômicos mundiais, e mediante a implantação de funções turísticas para segunda residência, na forma de loteamentos fechados, bem como de clubes de *camping* e restaurantes, tal processo tem implicação na urbanização, com a cidade invadindo o campo na busca do consumo, deixando de ser uma produção socioespacial e produto da história. Em Lefebvre (2006), a produção do espaço, dialeticamente, resulta em desigualdades sociais, sendo estudado no Brasil pelas teorias da geografia urbana. É importante destacar os agentes e sujeitos que empreendem ações e estratégias na configuração da cidade enquanto local de acumulação do capital.

O processo de produção do espaço implantado na última década, tendo em vista a pesquisa de campo, leva à necessidade de se ter o conhecimento a respeito de quem produz, como ocorre a sua apropriação e uso e, ainda, saber como esse processo vem ocorrendo, possibilitando a identificação das desigualdades socioespaciais. As relações sociais no modo de produção capitalista atingem a troca e o consumo do espaço, superando a noção de produção marxista, sendo central no seu pensamento, em primeiro lugar, a utopia da existência da sociedade em sua totalidade, enquanto que:

O segundo momento refere-se ao fato de que a preocupação de Henri Lefebvre com o entendimento do mundo moderno coloca-o diante de novas questões, o que implica, do ponto de vista metodológico, a necessidade de superação e/ou desenvolvimento de alguns conceitos trabalhados por Marx como o de *modo de produção*, ressaltando o sentido filosófico da noção de produção e, com isso, iluminando, em sua profundidade, a noção de *reprodução*. Nesse movimento o autor se depara com o que chama de *novas produções*: o urbano, cotidiano e espaço social. É assim que a problemática do espaço desenvolve-se nas obras do autor, a partir da discussão em torno da noção de produção

posto que a situação das forças produtivas não acarreta somente a produção de coisas no sentido clássico do termo, a produção é também reprodução de relações sociais; o que acarreta algo novo à produção. Existe, portanto, a produção-reprodução do espaço social como necessidade do modo de produção enquanto manutenção das relações de dominação. Com base nesse processo, não podemos omitir nem o lado estratégico e político da reprodução, nem a importância que o Estado assume para a manutenção geral das relações sociais. (CARLOS, 2015, p. 29).

O modo de produção capitalista se realiza produzindo o seu tempo e o seu espaço, as relações sociais existentes sofrem as repercussões das relações espaciais ou espaço-tempo, sendo necessário entender historicamente as relações, pois o espaço preexistente é remodelado pelo modo de produção, mas reage às intervenções capitalistas. Chega-se ao entendimento filosófico muito pertinente ao presente estudo, ao referir-se ao próprio espaço enquanto mercadoria, demonstrando a complexidade da relação espacial, pois,

Ele se vende, se compra, ele tem valor de troca e valor de uso. Assim sendo, ele não se situa a tal ou tais “níveis”, “planos” classicamente distinguidos e hierarquizados. [...] O espaço se forma, intervém ora a alguns “níveis” ora a outros. Ora no trabalho, ora nas relações de dominação (de propriedade), ora no funcionamento das superestruturas (instituições). Portanto, desigualmente, mas por toda a parte. A produção do espaço não seria “dominante” no modo de produção, mas religaria os aspectos da prática coordenando-os, reunindo-os, precisamente, numa “prática”. (LEFEBVRE, 2006, p. 5).

Presencia-se a dialética na produção do espaço, seja através das ações e modos, mas também no próprio espaço. Assim, o espaço é produto-produtor. Sobre os agentes sociais que produzem o espaço urbano, Corrêa (1989) alerta que suas ações levam a uma constante reorganização, incorporação, aumento dos usos, buscando apropriar-se da renda da terra. Quanto ao espaço intra-urbano Villaça (2001, p. 20) enfatiza a localização dos objetos urbanos, a fim de entendê-los, afirmando que “[...] é estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, [...] seja enquanto consumidor. [...] as camadas de alta renda, quando vão para os subúrbios [...] escolhem certas localizações suburbanas e não outras”.

Entrando na seara da urbanização como processo, considera que a divisão social e territorial do trabalho proporciona mudanças no vetor do movimento que “[...] tem-se, como perspectiva conceitual, a compreensão da cidade pelo seu espaço ↔ tempo e pela dialética rural ↔ urbano, [...]” (SPOSITO, 2004, p. 38). Percebe-se que na cidade ocorre a valorização dos espaços onde estão localizadas as atividades econômicas, e na vertente do entendimento de

Santos (2013), cada lugar da cidade tem uma vocação diferente, do ponto de vista capitalista, sendo o ato de produzir ao mesmo tempo a produção do espaço.

Assim, a cidade é um acúmulo de tempos históricos diferentes e da produção atual, sendo que o papel das cidades vai mudando ao longo do tempo, conforme a produção do espaço, e influenciando a materialização do processo de urbanização.

As contribuições dos pensamentos lefebvreanos para a reflexão do espaço urbano, envolvem a consideração sobre a produção espaço urbano. Carlos (2014) ressalta que a noção de produção analisadas por Marx e Lefebvre, leva ao conhecimento geográfico à materialidade do espaço, buscando os conteúdos da realidade social e descobrindo os sujeitos e suas obras, compreendendo que a materialidade espacial pode ser utilizada para identificar e analisar o movimento e a realidade das relações sociais. O processo contínuo de produção e reprodução do espaço pela sociedade chama atenção para a produção, com isso, o espaço geográfico é o espaço social.

#### **4.2 As atividades produtivas no recorte do Distrito do Coxipó do Ouro**

Não será feita uma análise da situação da localidade receptora, mas apenas busca-se demonstrar alguns detalhes sobre a atividade turística como produção do espaço. No processo de urbanização do recorte do Distrito do Coxipó do Ouro, conjugado à possível melhoria das vias de acesso com a pavimentação, estão sendo definidas residências secundárias para estadia turística em loteamentos fechados, com terrenos medidos por metro quadrado, semelhante às residências fechadas das cidades, destinadas ao descanso nos finais de semana, compartilhando o espaço com os clubes de *camping*, restaurantes e áreas destinadas à especulação imobiliária.

Destaca-se a preferência pelo espaço onde há disponibilidade de recursos paisagísticos e recreativos, diferenciando-se das conhecidas casas de campo, ou seja, sítios ou chácaras de recreios situados em propriedades legalmente medidas em hectares, pois estas estão sendo transformadas em loteamentos fechados, conforme verifica-se na área pesquisada do rio Coxipó, com o rio, córrego, a mata e o morro fazendo parte da mercadoria-espaço.

Dentro da delimitação desta pesquisa, traz-se, a título de ilustração, a informação de Silva e Perez Filho (2007, p. 253, grifos do autor) de que: “Como uma atividade predominantemente econômica, o *turismo* constitui-se como um fenômeno capaz de influenciar comportamentos e padrões da sociedade, assim como, concomitantemente, é por ela influenciado”. Para Harvey (1989), o turismo envolve a produção e consumo ligados à prestação de serviços, ao lazer e entretenimento. Rodrigues (2001) relata a complexidade da atividade turística que não se

resume a si mesma, estando ligada às produções do lugar e, em geral, à circulação de pessoas e mercadorias, tecnologia, construção, edificação, impressão, comunicação.

Constata-se também a atividade de especulação, considerando que no ano de 2017 surgiram novas placas de imobiliárias se intitulando proprietárias de muitos hectares de terra ao longo da estrada, bem como novos loteamentos fechados para o lazer campestre, recebendo até a denominação de “cond. residencial” para vender os lotes, conforme Figura 22.

Comprova-se que a área na zona rural do Município de Cuiabá está funcionalmente ligada à Região Metropolitana do Vale do rio Cuiabá, formada, principalmente, pelas cidades de Cuiabá e Várzea Grande, de onde se origina a maior parte do fluxo de pessoas para consumir o espaço com o lazer campestre.



Figura 22 – Placa de venda de lote indicando em “COND. RESIDENCIAL”  
Fonte: Castilho, 2017.

Sabe-se da existência dos índios quanto ao valor histórico do lugar pesquisado, mas com relação ao Município de Cuiabá foi onde primeiramente os bandeirantes se fixaram devido à descoberta de ouro, e onde foi celebrada oficialmente a primeira Missa em Mato Grosso, evento utilizado pelos movimentos por parte do poder público para divulgar as comemorações dos 300 Anos de Cuiabá, em 2019. Os atrativos naturais representados pelo rio Coxipó, sua vegetação e morros são focalizados com certa dose de exagero por meio do *marketing* para despertar nas pessoas, que moram no perímetro urbano, o desejo pela área rural.

Conforme levantamentos realizados no trabalho de campo, com a observação direta e depoimento dos entrevistados, os loteamentos fechados começaram a aparecer com a visibilidade das guaritas, nos últimos dois anos, mas, a partir do ano de 2010 o espaço passou a ser transformado em áreas de lazer e ócio. Anteriormente a esse período, mas nos primeiros anos do século XXI, tiveram início as instalações de clubes e restaurantes para *day use* e locação para festas, como pode ser observado na Tabela a seguir, demonstrativa de algumas atividades desenvolvidas ao longo do trecho pesquisado.

Os loteamentos fechados são destinados, principalmente, ao uso como domicílios de uso ocasional. Para Tulik (2001), tais domicílios, ou segunda residência, são particulares e servem de moradia ou estada turística, afastando os hotéis e servindo à recreação e ao lazer dos moradores. Geralmente são frequentados nos dias de descanso, em finais de semana e férias. Somente parcela da população que tem condições financeiras de manter dois imóveis dispõe desse tipo de domicílio para estada turística, pois não precisa gastar com pousada por ocasião do descanso e lazer junto à natureza. Tais proprietários podem também alugar essas residências para estadia de outras pessoas que pretendam fazer um passeio turístico.

A residência secundária diferencia-se da primária principal, a permanente ou normal, tendo como especificidade que o usuário da residência secundária necessariamente deve morar em outro domicílio por mais tempo. Ainda sobre estas, Tulik (2001, p. 9) diz: “[...] ninguém reside, permanentemente, em residência secundária, mas ocupa esse espaço por períodos mais ou menos prolongados em função do tempo livre, da disponibilidade financeira e da distância do domicílio principal”.

Vale a pena lembrar a situação denominada de condomínios rurais na definição de Silva, Vilarinho e Dale (1998, p. 136) tratando-se de:

[...] pequenas áreas de terra destinadas ao lazer de famílias de classe média urbana, geralmente inferiores a 2 hectares (que é o menor módulo rural), localizadas nas periferias dos grandes centros urbanos, na orla marítima ainda não densamente povoada ou em áreas próximas a rios, lagos, represas ou reservas florestais, e com fácil acesso através das principais rodovias asfaltadas do País.

A residência secundária é uma modalidade de alojamento de logística apropriada ao lazer turístico, uma das mais difundidas no mundo. Assim, com a evolução das comunicações possibilitada pela tecnologia, esse modo de vida pode ser visto por todo planeta, como atividade capitalista de acumulação, mediante o parcelamento da terra rural que, anteriormente, tinha uma área imensamente maior, mas vem sendo dividida em lotes visando a obtenção de lucro.

Tabela - Atividades produtivas identificadas na área de estudo no ano de 2017

TIPO		QUANTIDADE APROXIMADA
Loteamento com guarita e com denominação na fachada	Todos os lotes vendidos	03
	Há lotes para vender	02
Loteamento fechado com guarita e sem denominação na fachada		05
Guarita em construção em Loteamento Fechado		02
Placa de venda de lotes sem guarita e fachada		10
Condomínio fechado de Chácaras com guarita que estão sendo transformadas em loteamento		01
Ocupação despejada/propriedade particular com liminar em decisão judicial na Ação de Interdito Proibitório visando à proteção possessória		02
Propriedade de Imobiliária		02
Lanchonete, Mercearia, Restaurante, Locação de Clube e Pousada, Espaço para Festa		07
Complexo Turístico da Prefeitura Municipal de Cuiabá paralisado		02
Igreja Católica		02
Empresa de grupo multinacional do ramo da piscicultura em processo de instalação à margem do rio Coxipó (localizada próximo ao Distrito do Coxipó do Ouro fora da área pesquisada)		01

Organizada por: Castilho, 2017

Neste estudo, através das observações diretas complementadas por entrevistas não estruturadas, pode-se identificar na maioria dos loteamentos fechados e destinados ao lazer, como domicílios de uso ocasional, salvo exceções do primeiro, situado a poucos quilômetros do término do perímetro urbano, em que alguns dos moradores trabalham na cidade e retornam para pernoitar no imóvel rural, sem necessariamente deixar de possuir outra residência na zona urbana.

Buscou-se nos dados secundários verificar o movimento de veículos, bem como as placas de venda de lotes avulsos, seguindo a mesma tendência das guaritas dos loteamentos fechados para alojamento turístico, juntamente com os clubes, restaurantes e, inclusive, o lazer rural pedagógico, além dos proprietários, das imobiliárias, do poder público, dos compradores e dos ocupantes, analisando o processo de urbanização com a produção do espaço pelo capitalismo, conforme pode-se verificar nas figuras 23, 24 e 25 das fachadas de alguns clubes de *camping*/pousadas e restaurantes.



Figuras de 23, 24 e 25 – Fachadas de alguns clubes de *camping*, pousadas e restaurantes  
Fonte: Castilho, 2017.

Torna-se relevante informar que nas Escrituras Públicas de três loteamentos com unidades em metro quadrado, constatou-se o pagamento de ITR e as medidas em hectares, o que os caracteriza na categoria de imóveis rurais, condição muito favorável ao condomínio, pois o IPTU é cobrado com valores mais altos. Com a efetivação da urbanização, essa situação tende a ser alterada, pois o poder público tem o interesse em arrecadar tributos. Por enquanto, a situação está passando por uma transição, importando destacar a produção de um espaço que conduz à urbanização do campo, com a natureza tida como mercadoria-espaço para consumo do lazer e recreação junto ao rio, à vegetação e aos animais, porém, somente para quem pode arcar com os custos, implicando em segregação e desigualdades sociais para aqueles que ficam do lado de fora dos muros.

O turismo se constitui numa prática realizada pela sociedade com dinamismo ligado à economia, à política, ao ambiente e à cultura. É essencial ao fluxo de pessoas em viagem que visa a recreação e o lazer e as práticas para a realização destas. Para existir turismo deve ocorrer o deslocamento de pessoas no espaço, com localidades emissoras e receptoras desse público, surgindo a necessidade de um mínimo de infraestrutura, o que exige a alteração do espaço. Tais medidas por parte do poder público, conjuntamente com os empresários do ramo imobiliário e do turismo, podem ser enquadradas naquilo que Lefebvre (2006, p. 177) indica:

Quantas pessoas, entre as quais muitos jovens, fogem da modernidade, das cidades, da vida difícil, em direção aos campos, ao folclore, ao artesanato e a criação artesanal. Quantos turistas vão viver uma vida elitista, ou passando por tal, nos países subdesenvolvidos, esses que margeiam o Mediterrâneo, entre outros. Não é uma das menores contradições do espaço que essa fuga que dirige as hordas turísticas para os espaços citadinos (Veneza! Florença!) ou rústicos que sua chegada destrói. Pois eles consomem e consumam o espaço.

Assim, o turismo envolve as formas espaciais num processo de estruturação. Ocorre a apropriação do espaço com a ação de diferentes atores, desde o Governo, imobiliárias, turistas, restaurantes e pousadas contribuindo no ordenamento do espaço. Mas não é qualquer espaço, imprescindível se faz a existência de algum atrativo ou atributo que corresponda aos anseios dos turistas por lazer e recreação, ou seja, mudança e descanso da vida rotineira na cidade.

Percebe-se a busca da felicidade na ação do turista, pretendendo consumir os objetos instalados no espaço geográfico, mesmo com infraestrutura precária. Além disso, o importante é que deve existir o espaço com elementos e objetos com funções turísticas, mesmo que numa fase embrionária. Existindo algum atrativo no lugar, de primeira ou segunda natureza, ou artificial, como o mar, o rio, os morros, as montanhas, os museus, as construções, a neve, o sol, por exemplo, o espaço pode ser destinado à atividade de serviços turísticos.

A produção do espaço para o turismo implica na garantia da hospedagem, podendo ser em pousadas, segundas residências, próprias ou alugadas, em condomínios fechados com quadras de esporte, campo de futebol, piscinas, entre outros, precisando também contar com restaurantes e bares. A infraestrutura vai se desenvolvendo conforme aumenta o lucro, implicando na acumulação capitalista com a produção e consumo do espaço.

O aumento no fluxo de pessoas implica na supervalorização de todos os imóveis do entorno, acelerando a urbanização do espaço. Toda a infraestrutura turística envolve investimentos em tendência mundial de consumo do espaço como mercadoria. Nesse ponto de vista, mencionando a previsão filosófica da urbanização como fundamental à sobrevivência do

capitalismo, Harvey (2012, p. 78), detalha que “O direito à cidade tinha de significar o direito a comandar todo o processo urbano, que estava dominando progressivamente a zona rural, através do fenômeno de expansão desde o *agrobusiness* à segunda casa e o turismo rural”.

Nota-se, com a implantação de segundas residências, clubes de campo e restaurantes, a tendência de dominação do espaço, pois a Prefeitura já normatizou a Estrada como “Turística”, causando a homogeneização espacial e o movimento para sua fragmentação. As atividades aqui mencionadas encontram-se descritas por Carlos (2015, p. 83), ao afirmar que:

Nesse momento, o consumo do espaço torna-se ato produtivo, com a escalada pela valorização do espaço a partir da produção de lugares destinados ao turismo e ao lazer. Desse modo a produção do espaço determina o acesso diferenciado da sociedade, gerando os conflitos em torno dos lugares ocupados/vividos (tanto no campo quanto na cidade). No cerne desse conflito encontramos a diferenciação espacial como desigualdade socio-espacial.

Quanto à infraestrutura turística, a de alojamento é fundamental a essa atividade, pois o turista está distante do seu local de origem, necessitando de hotéis, pousadas, *resorts*, assim como de segunda residência. Justamente sobre estas últimas é que se realizou a presente pesquisa, verificando essa modalidade de residência e as suas mudanças socioespaciais num recorte do Distrito do Coxipó do Ouro.

Conforme constatado na pesquisa de campo, as demais propriedades que não estão com as funções turísticas, já pertencem às imobiliárias, encontrando-se numa situação favorável à especulação imobiliária, ou ainda estão com os descendentes dos primeiros proprietários que as recebeu por sesmarias. Geralmente pertence a vários herdeiros, formando um condomínio informal, devido à comunhão hereditária por não terem feito o Arrolamento ou Inventário para a divisão e transmissão da propriedade. Havendo, dentre eles, alguns poucos moradores antigos, que ainda mantêm alguma tradição do meio rural, fazendo pequenas plantações e criando alguns animais, seus filhos e netos não estão mantendo semelhante costume, considerando que moram e trabalham na cidade, visitando o lugar em finais de semana intercalados.

Há casos em que dezenas de herdeiros fazem o papel de proprietários, pois, na Escritura Pública do imóvel, o mesmo não está dividido, como no caso da Ação Judicial que resultou em despejo, em dezembro de 2017, que tem como autores mais de trinta pessoas. Sendo relatado em entrevista a constante ameaça de “invasões”, o que vem exigindo a presença e vigilância constante dos proprietários, com cuidados que não existiam antes, a exemplo de se colocar placa no portão para mantê-lo sempre fechado e de que o imóvel fora escriturado, conforme as Figuras 26 e 27, respectivamente. Tal situação está levando-os a admitir a venda das chácaras e sítios,

o que já vem ocorrendo com as propostas feitas pelas imobiliárias, diante da idade avançada de seus pais e avós que, em poucos anos, não mais conseguirão se locomover em áreas extensas.



Figura 26 - Placa com aviso para manter o portão da propriedade trancado  
Fonte: Castilho, 2017.



Figura 27 - Placa indicando que a propriedade tem Escritura Pública  
Fonte: Castilho, 2017.

Alguns desses imóveis são objeto de ação judicial, com decisões interlocutórias determinando o despejo dos ocupantes, além de ocupações que resistem, mas são automaticamente desfeitas mediante a atuação policial no cumprimento de ordem judicial, tendo em vista que, na maioria dos casos, o autor ou autores das ações possuem o título de propriedade, ou seja, a Escritura Pública. Diante de tal situação, percebe-se a disputa pelo espaço com muitas pessoas não tendo onde morar, pretendendo construir a sua casa e também fazer algum tipo de plantação, bem como criar pequenos animais, a fim de manter a sua sobrevivência e de sua família.

É evidente a existência de omissão por parte do Estado, pois, nos últimos dois anos, a Prefeitura Municipal de Cuiabá vem realizando milhares de regularizações fundiárias, emitindo títulos de propriedade para os moradores de vários bairros da cidade que tinham a posse durante décadas, fazendo divulgações na mídia de que essa parcela populacional está recebendo atenção do poder público, porém, não oferece moradia digna à população de baixa renda. As pessoas se veem obrigadas a ocupar uma parte das dezenas de hectares deixados sem qualquer destinação, fazem a autoconstrução, criam animais e plantam pequenas hortas, sobrevivendo sob ameaças de, a qualquer momento, sofrer agressões e perder a posse.

#### **4.3 A Lei dos Loteamentos de Condomínio e o Estatuto da Cidade**

Considerou-se importante apresentar parte da legislação sobre os loteamentos urbanos, pois representa o tipo de atividade capitalista que vem sendo adotada na comercialização de imóveis como produção do espaço na área pesquisada, além de abordar alguns aspectos do Estatuto da Cidade.

No ano de 2017, foi aprovada a Lei nº 13.465, a qual prevê regras para a regularização fundiária urbana e os loteamentos de condomínio, flexibilizando a regularização de imóveis da União ocupados de forma irregular, tratando de questões fundiárias das terras do governo em área da Amazônia Legal, possibilitando mudanças significativas nas áreas urbanas. Segundo o Ministério das Cidades, no ano de 2017, aproximadamente, metade dos domicílios urbanos no Brasil apresentavam irregularidade fundiária.

Percebe-se uma facilidade para o mercado imobiliário, considerando o Artigo 58, da mencionada lei, que legalizou os “condomínios de lotes”. Não há dúvida que eram considerados ilegais, o que foi estudado por Silva (2009) com relação à cidade de Cuiabá. Pode-se verificar que simulavam loteamentos, com o uso inadequado da Lei nº 4591/1964, a Lei dos

Condomínios e Incorporações. Obtinha-se a aprovação das plantas de condomínios horizontais, a incorporação era registrada, mas as vendas das frações ideais do terreno eram feitas sem a casa estar construída. Com a nova lei, o incorporador é livre para escolher o critério do cálculo das frações ideais do terreno e proporções do tamanho dos lotes sobre o total da área.

Quanto aos condomínios horizontais fechados, a Lei nº 4.591/1964 estabeleceu que as construções deveriam ser realizadas pelos compradores dos lotes, não tendo ruas para a Prefeitura. Com a nova lei, não apenas os condôminos que fazem parte das associações devem pagar as despesas nas áreas comuns, mas o conjunto dos moradores.

Logo após a entrada em vigor dessa nova lei, a Caixa Econômica Federal lançou uma linha de crédito para financiar obras em loteamentos urbanos, voltada pra empresas loteadoras ou urbanizadoras de infraestrutura. A regularização dos lotes possibilitou o financiamento para aquisição do terreno e construção de casas.

Dentre os diversos assuntos tratados pela Lei nº 13.465/2017, a regularização fundiária urbana implicará na regularização dos processos antes irregulares, mas a lei ainda está apresentando dúvidas na interpretação, pois causou mudança no Código Civil.

Houve mudanças nos condomínios de lotes, na regulamentação das propriedades e esclarecimentos sobre a legalização fundiária, podendo incentivar o crédito e valorizar os imóveis. Observa-se, com a mudança na lei, a tendência para a criação de novos empreendimentos de condomínios e construções, cujos empresários alegam ter passado por uma crise econômica nos últimos anos.

Parece que a lei trouxe estabilidade jurídica, devido à flexibilidade, passando a serem certas as situações que estavam irregulares. Existe o questionamento das inconstitucionalidades dos condomínios de lotes, geralmente lançados nas franjas da cidade, pois um residencial se configura quando ocorre a compra dos lotes, sendo questionada a venda casada, sendo obrigação do Estado assumir os serviços de coleta de lixo e segurança. É importante esclarecer que, enquanto não for declarada judicialmente a inconstitucionalidade de qualquer artigo da lei, formalmente, a mesma permanece legal, mesmo sendo imoral.

O poder público cede o espaço público para os condomínios, a fim de não mais arcar com os serviços públicos, devendo ser os custos pagos por todos os condôminos, quem ficar inadimplente será cobrado pela associação, podendo perder o imóvel. Com condomínios horizontais fechados ocorreu a privatização de um espaço público, o que é inconstitucional, pois fere o direito de ir e vir. Assim, a sociedade em geral não pode ser impedida de entrar nesses locais.

Quanto aos condomínios urbanos simples, é facilitada aos moradores de baixa renda a obtenção da escritura pública do imóvel, recaindo em benefício da Prefeitura, que poderá arrecadar mais impostos. Isso possibilitará à classe social de baixa renda apresentar a Escritura do imóvel como garantia do empréstimo, restando saber se conseguirá pagar o IPTU e o valor emprestado.

Envolvendo a sociedade em geral, a nova lei é danosa, quando se trata de áreas de mananciais e reservas de mata nativa, no incentivo das clandestinidades, acreditando na regularização do terreno. Tal situação exige o aumento da fiscalização, tanto do Município, quanto do Estado para a preservação das águas, indicando a exigência de maior seriedade no desenvolvimento de política pública voltada para o desenvolvimento urbano.

Por outro lado, a Lei Federal nº 6.766/1979, a Lei do Parcelamento do Solo Urbano, foi alterada pela Lei nº 9.785/1999, a qual estabeleceu que a legislação municipal deveria definir os índices urbanísticos de parcelamento e de ocupação, por exemplo, estabelecendo um percentual de áreas públicas, como vias, equipamentos urbanos e comunitários e áreas verdes, as quais poderiam ser ampliadas.

O Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/2001, regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, se “[...] consubstanciando como o instrumento antiespeculação e como facilitador do processo de legalização e urbanização das milhares de favelas brasileiras”. (GOUVÊA, 2002, p. 72). O Artigo 5º do Estatuto trata do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, obrigando o proprietário a construir/parcelar, sob a pena de pagar IPTU progressivo sobre a área. Observa-se que faz décadas que um dos graves problemas das cidades brasileiras é o crescimento desordenado e horizontal, com os núcleos urbanos ficando com lotes vazios ou subutilizados e servindo à especulação imobiliária, implicando em expansão urbana desnecessária. Pode-se, muitas vezes, resultar em destruição do ambiente natural e poluição do mananciais de água, com a população de menor renda cada dia mais longe dos centros, com poucos especulando com lotes vazios na área central e ganhando sozinhos com a infraestrutura criada com o dinheiro de todos.

Enfim, criou-se o Usucapião Urbano, possibilitando o domínio de área de até 250 m<sup>2</sup> àquele que estivesse na posse, ou em favela, por cinco anos ou mais, sem oposição, desde que não fossem proprietário de outro imóvel urbano ou rural, observando que:

Este instrumento irá facilitar a regularização de milhões de moradias, não somente na malha urbana, mas principalmente nas favelas brasileiras, possibilitando sua urbanização e outorga definitiva da escritura ao legítimo dono, o morador. Por outro lado, embora fique claro no Estatuto que as áreas

de preservação ambiental estejam a salvo deste regime, é fundamental um aparelhamento do Estado e a construção da participação e fiscalização popular para a Lei de fato funcionar como um instrumento que garanta a melhoria da qualidade ambiental na região. (GOUVÊA, 2002, p. 72).

Portanto, conclui-se que os instrumentos existentes no Estatuto da Cidade, dependem muito da participação e fiscalização popular para que produzam efeitos positivos à sociedade como um todo. Por outro lado, indubitavelmente a nova lei de loteamentos possibilita o aumento na produção imobiliária desse tipo de empreendimento.

#### **4.4 A Segregação socioespacial**

O processo de urbanização é resultado da ação capitalista na produção do espaço, fundamentado na propriedade privada da terra e na valorização do capital. Diante disso, o urbano é condição e meio para a realização capitalista, considerando a relação cidade-campo, não mais complementares, mas mistas, com as pluriatividades e contando com a inércia estatal quanto à realização do interesse comum, o que resulta em segregação socioespacial. Encontra-se a seguinte explanação concernente a tal situação:

De forma inerente, é preciso considerar a realização da vida neste processo e as limitações impostas à sua efetivação, na medida em que, ao mesmo tempo que o espaço é produzido socialmente, sua apropriação é privada, o uso se subordina à troca, já que a apropriação é medida pela propriedade privada, e para ter acesso a um “pedaço” da cidade é preciso pagar por ele. (ALVAREZ, 2013, p. 113).

Nesta pesquisa, as áreas públicas estão sendo isoladas dentro dos empreendimentos, impedindo que a população, exceto aqueles que podem pagar, desfrutem dos equipamentos de uso público, principalmente os acessos ao rio Coxipó. Trata-se de segregação socioespacial, considerando a atividade capitalista de produção do espaço, pois:

[...] apenas se quer chamar atenção para o fato de que se reconhecemos que a segregação é produto e condição da urbanização capitalista, ela o é de maneira mais profunda nos países da periferia do capitalismo, no qual o monopólio da propriedade da terra exerce um papel fundamental nas condições de reprodução das relações de dominação e da desigualdade socioespacial. [...]. Entendemos que a propriedade da terra não é em si capital, mas pelo monopólio de sua posse, por meio da forma jurídica da propriedade, ela possibilita a capitalização de parte da mais-valia como renda, o que confere

aos seus detentores não apenas a possibilidade de uso, mas de absorver parte da riqueza social por intermédio da troca, liberando este capital imobilizado para entrar no circuito geral de valorização do capital. (ALVAREZ, 2013, p.113)

Verifica-se a fragmentação do espaço urbano capitalista se estendendo até a zona rural, sendo possível criar as divisões econômicas e sociais do espaço. As atividades produtivas garantem a localização por inércia, eficiência ou alguma lógica da própria da atividade no momento de sua implementação, podendo ser espontâneas ou planejadas, sendo o espaço dividido economicamente.

A divisão social ocorre com prevalente homogeneidade interna e externamente, apresentando-se heterogênea, conforme os atributos de renda, ocupação, religião, tipo da construção, entre outros, definindo a qualidade das áreas com diferentes formas e conteúdo, pois, “O preço da terra, expressão cabal da valorização da propriedade fundiária, e a proximidade [...] das áreas de amenidades naturais [...], desempenham papéis fundamentais na estruturação desse mosaico social” (VASCONCELOS, CORRÊA E PINTAUDI, 2013, p. 8).

Apresenta-se o conceito-chave de segregação espacial (residencial) considerando a contribuição dos geógrafos críticos que, em seus estudos, conforme Vasconcelos (2012, p. 595), “[...] a questão de segregação e de estratificação do espaço foi acentuada”. Assim, tendo em vista o questionamento do autor, se ainda teria sentido o estudo da cidade isoladamente, transpõe-se tal conceito à área rural, com base na relação cidade-campo confluyente, conforme foi amplamente explanado neste trabalho. Na mesma linha de análise Carlos (2007, p. 107) observa que:

No entanto, este é o caminho tomado pelo processo de reprodução nos dias de hoje, em que observamos a criação de novos ramos de atividades (como o turismo), novas relações entre as áreas, enfim, novos conteúdos para as relações sociais, profundamente articuladas à expansão do mundo da mercadoria.

Mas, contraditoriamente, há o que persiste: a propriedade privada da terra/solo (urbano) ou da terra (no campo), que delimita, orienta e condiciona a vida privada, produzindo o espaço da segregação. O espaço tornado mercadoria pela generalização do processo produtivo permite a extensão da propriedade privada, englobando espaços urbanos e rurais em uma nova articulação que, ao se desenvolver, desloca a contradição cidade/campo e propõe uma nova contradição: centro/periferia.

A segregação espacial se inseriu na produção do espaço, consistindo num processo com formas próprias, distribuindo diferentes espacialidades tendo as áreas destinadas ao lazer, por exemplo, produzidas com a finalidade do lucro. Nota-se que a divisão econômica ocorre com as imobiliárias disponibilizando áreas para a venda de lotes, com a implantação do loteamento fechado, surgindo construções das casas pela a divisão social.

Considera-se importante frisar a correspondência entre fragmentação espacial e social, pois a considerável homogeneidade de cada área implica em verdadeira vinculação entre segregação e classes sociais, fazendo parte da produção do espaço:

[...] pois a produção de residências inicia-se tanto no processo de investimentos de capital como em estratégia de sobrevivência. Há, nesse sentido, uma gama completa de agentes sociais que produzem a segregação espacial, constituindo tipos ideais. Os proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários e o Estado são esses agentes formais, enquanto os grupos sociais excluídos, os agentes informais. [...] se considera o Brasil, onde há poucos estudos sobre o tema em pauta, e ao mesmo tempo verificam-se significativas mudança na urbanização, [...]. (VASCONCELOS, CORRÊA E PINTAUDI, 2013, p. 10).

Diante desse quadro, demonstra-se a contribuição de Vasconcelos (2013), que logo no início faz o alerta de que os resultados das desigualdades sociais são diferentes nas cidades norte-americanas, europeias e latino-americanas, mas, mesmo assim, baseando em diversos autores, foram criadas noções e conceitos aplicáveis em três situações, quais sejam, somente ao espaço, principalmente ao indivíduo e a ambos.

Das noções apresentadas pelo autor, consta nesta dissertação algumas delas. No caso de noção aplicada ao espaço, tem-se a diferenciação socioespacial e desigualdade socioespacial; a justaposição e separação; a dispersão, a divisão em partes e fragmentação; relativamente ao espaço e ao indivíduo, apresenta-se a segregação e a autosegregação.

Trata-se de processos e formas socioespaciais, que “[...] são originários das mudanças atuais sobrepostas às inércias do passado” (VASCONCELOS, 2013, p. 18). As modalidades de cidade em sua relação com o campo são mudadas, criando, na maioria das vezes, desigualdades, sem eliminar os conflitos sociais, causados por processos, como a globalização, a atuação econômica com o Estado e as migrações. Recorda-se Santos (1988), ao observar que processos diferentes podem resultar em formas socioespaciais parecidas, então, passa-se a expor as noções e conceitos.

Quanto às noções ligadas ao espaço, tem-se a diferenciação e a desigualdade socioespacial. Na primeira situação, trata-se das formas espaciais heterogêneas, enquanto que as desigualdades podem ser visíveis ou não, com a sociedade brasileira sendo um exemplo nas áreas em que coexistem as classes pobres e as mais elevadas.

A justaposição é a proximidade espacial de pessoas de classes sociais diferentes, muitas vezes favorecendo o deslocamento do pobre para trabalhar na casa do rico. Ocorre a separação quando são construídos muros, pela classe social que pode pagar, impedindo o acesso da população a esse espaço, como no caso dos condomínios e loteamentos fechados, numa pequena escala. No caso da dispersão, evidenciam-se os subúrbios norte americanos, mas, atualmente caracteriza-se pela criação de residências de médio e alto padrão, e atividades produtivas na periferia, podendo isso ter sido provocado pelos altos preços e a falta de comodidade das áreas centrais. Na França denomina-se *périurbanisation*.

A divisão em partes ou, mais recentemente, a fragmentação, consiste nas diversas áreas urbanizadas beneficiando pequenas unidades com as mais diferentes funcionalidades, tais como conjuntos habitacionais, favelas, condomínios e loteamentos fechados etc. A fragmentação demonstra o processo de globalização e a heterogeneidade das cidades, o isolamento para as áreas da pobreza, justapostos aos bairros ricos, que, muitas vezes, representam áreas de condomínios e loteamentos fechados. Segundo o entendimento de Vasconcelos (2013, p. 22): “A cidade fragmentada, portanto, corresponde a uma mistura de usos desconectados, mal articulados pelas infraestruturas de transporte. Ela é produzida em parte pela ação (ou inação) do Estado, do mercado imobiliário e, sobretudo, pela ação da população pobre”.

Seguindo o estudo de Vasconcelos (2013), após a explanação dos conceitos aplicados aos espaços, passa-se às noções aplicadas tanto aos indivíduos quanto aos espaços. Inicia-se com a segregação, que traz a ideia de cercamento e de muros. Na Escola de Chicago iniciou-se o estudo das “áreas sociais” nas cidades que estavam crescendo com os imigrantes, verificando a reunião preferencial de grupos na mesma localidade da segregação compulsória da população negra. Posteriormente, utilizou-se a segregação para estudar as desigualdades sociais, inclusive na América Latina, envolvendo as atividades econômicas, bem como em várias partes do mundo, na formação de áreas parecidas com guetos, onde a população pobre e, às vezes, também negra, é obrigada a residir. É importante destacar as ações da indústria imobiliária e do Estado em situações que envolvem a segregação.

Chega-se num ponto importante para esta pesquisa, com a abordagem no sentido de que: “A *autossegregação* é resultado de uma decisão voluntária de reunir grupos socialmente homogêneos, cujo melhor exemplo é o dos loteamentos e condomínios fechados, com suas

entradas restritas, muros e sistemas de segurança (VASCONCELOS, 2013, p. 27). É relevante destacar que isso representa um fenômeno mundial, com as mais variadas denominações e nos mais diferentes espaços e classes sociais:

Pode ocorrer no interior da cidade densa, como também no entorno das cidades. Ele caracteriza a anticidade na medida em que cria rupturas no “tecido urbano” e causa obstáculos ou impedimentos à livre circulação. Esses enclaves são em grande parte realizados de forma ilegal pelos promotores e pelos próprios habitantes, como nos loteamentos fechados, que não são condomínios. (VASCONCELOS, 2013, p. 27).

Reitera-se que a nova Lei que dispõe sobre os loteamentos fechados, aprovada no ano de 2017, facilitou e incentivou esse tipo de empreendimento imobiliário no Brasil, criando a modalidade de “condomínios de lotes”, podendo ter aplicação nos casos em que o lote é adquirido para a construção de casas nas proximidades do rio Coxipó. Corrêa (2013, p. 40) apresenta que “[...] consideramos a segregação residencial como um processo em relação ao qual as classes sociais e suas frações constituem o conteúdo essencial mas não exclusivo das áreas segregadas”. Destaca também, o conforto das áreas autossegregadas e o processo de segregação residencial das classes subalternas com o mercado, visto como atuante nos casos de segregação imposta e induzida, afirmando que:

Mas esta é uma visão que considera o mercado como uma entidade supraorgânica, pairando acima da sociedade, e não como o resultado aparente de relações de poder. O mercado estabelece, como se argumenta, de modo equivocado, preços diferenciados da terra urbana e da habitação, levando à escolha segundo a capacidade que se tem de pagar pela moradia. (CORRÊA, 2013, p. 44)

Conforme o citado autor, as favelas, autoconstruções e cortiços em áreas sujas e precárias, representam a segregação imposta, enquanto que nas áreas de segregação induzida a qualidade das habitações é variada, apresentando graus de homogeneidade social menor do que aquele de autossegregação e segregação imposta.

A fim de permanecer nos limites desta pesquisa, cabe ressaltar a finalidade de explicar a possibilidade de enquadramento da segunda ou primeira residência criada nos loteamentos fechados, de amplos espaço dos clubes de *camping* e pousadas, das terras destinadas à especulação, diante do processo de segregação e autossegregação aderidas no processo de urbanização. Para tanto, percebe-se a aplicação de conceitos voltados para a cidade, com as

atividades abusivamente implantadas na zona urbana, na análise da produção do espaço na zona rural

Atentando para o fato de que a análise da segregação socioespacial, além de permitir várias abordagens, tem se alterado no tempo e no espaço diante da globalização, com atividades que impactam os lugares, levando à expansão urbana, considerando que nas últimas duas décadas adquiriu uma escala internacional:

[...] os loteamentos murados e os condomínios fechados, que constituem uma das formas pelas quais se apresenta, no atual período histórico, a segregação socioespacial. Denominados de loteamentos murados aqueles que são divulgados, pelos incorporadores imobiliários, como loteamentos fechados, mas que pela legislação brasileira de uso do solo são ilegais, porque não podem ser fechados ao público em geral. Os loteamentos murados – LMS – e os condomínios fechados – CFS – devem ser entendidos como uma forma de segregação socioespacial única e como um produto imobiliário específico, calcados na propriedade privada da terra com incorporação da mercadoria segurança. Têm-se como compradores várias frações de classes sociais, dependendo de suas características internas e de sua localização no espaço urbano. (RODRIGUES, 2013, p. 147).

Considerou-se pertinente abordar anteriormente o Estatuto da Cidade, pois no contexto da segregação socioespacial se faz necessário atentar para as situações das segregações impostas. Assim, Gouvêa (2002) acredita na regularização das moradias não somente na malha urbana, como também na urbanização e legalização das favelas. verificando a possibilidade de urbanização das área segregadas, o que pode envolver as áreas autosegregadas porventura situadas nas proximidades representadas pelos loteamentos fechados das classes de maior poder aquisitivo, diante da heterogeneidade da cidade.

Prossegue-se na abordagem da segregação, cujo conceito para Sposito (2013) é polissêmico, merecendo ser tratado com cuidado teórico no âmbito do modo capitalista de produção e à luz da realidade urbana latino-americana, com as especificidades socioespaciais e da cidades, devendo ser distinguido de outros conceitos originados em tempos diversos do processo de urbanização. O conceito de segregação, na leitura de uma formação socioespacial, deve ter as suas práticas e formas de expressões espacial, determinações e sujeitos. A autora admite a complexidade do conceito diante do que foi adotado na sua origem em cidades do Estados Unidos, no início do século passado, movendo-se para incorporá-lo ao processo de fragmentação socioespacial, o que pode ter levado Vasconcelos (2013) a enfatizar que:

[...] os conceitos e noções de segregação/dessegregação deveriam ter sua utilização limitada a contextos históricos e nacionais específicos, pois eles perdem o caráter heurístico quando se procura tudo explicar com os mesmos. Uma população ou área é segregada devido à coações externas, as quais não devem ser confundidas com outros processos. (VASCONCELOS, 2013, p. 34).

Carlos (2013, p. 103) enfatiza que “[...] o que aparece e se confunde com a segregação é o espaço dos condomínios fechados. Trata-se de espaço constrangedor, homogêneo, uniforme, cercado, vigiado, que mutila o urbano”. O importante é o espaço fechado enquanto estratégia imobiliária na realização da propriedade privada e do lucro, escondido no discurso da natureza, da segurança e da exclusividade.

Temendo os perigos das leituras vagas, Sposito (2013, p. 64) observa que “[...] a diferenciação tão própria do processo de urbanização e das cidades não acarreta sempre segregação”. Impõe que nem todas as diferenciações e desigualdades são formas de segregação e que a homogeneidade interna do espaço segregado não é explicação do processo, observa que o conceito de segregação somente é aplicável: “[...] quando as formas de diferenciação levam à separação espacial radical e implicam rompimento, sempre relativo entre a parte segregada e o conjunto do espaço urbano, dificultando as relações e articulações que movem a vida urbana” (SPOSITO, 2013, p. 65).

Também é ressaltada a existência de muitas formas de segregação, com a autora optando pela socioespacial, com o espaço citadino e as práticas que lhe animam a vida. Outra observação é a de que a segregação é um processo, estabelecendo-se como mescla de condicionantes objetivas e subjetivas, com ações e lutas sociais, não sendo natural.

Passa-se à produção de espaços residenciais murados ou cercados, com ou sem sistema de segurança, denominados por Sposito (2013) de residenciais fechados, cuja implantação teve início no Brasil na década de 1970, se destacando na década seguinte, como já vinha acontecendo em vários países. Com isso, a tendência existente até o dias atuais tem um aprofundamento diante do processo de estruturação e das lógicas de produção do espaço urbano, assim:

Refiro-me ao fato de que eles representam forma peculiar de segregação, segundo a qual os que têm maior poder (geralmente, mas não exclusivamente, econômico) decidem se separar dos outros. [...] Elas têm, de um lado, ampliado o tecido urbano promovendo uma cidade dispersa e uma urbanização difusa e, de outro, aumentando as desigualdades socioespaciais, seja pela distribuição pouco equitativa dos meios de consumo coletivo, seja pelo baixo grau de mobilidade [...]. (SPOSITO, 2013, p. 68)

Fazendo um paralelo, denotam-se situações da classe social que promove a autosegregação por opção pelos espaços residenciais fechados, ao lado da classe social vítima da segregação imposta pelo mecanismo de produção do espaço, nas mãos do poder econômico e do Estado, seja por ação ou omissão, e que não prioriza a sociedade em sua totalidade. Na área pesquisada, além dessas situações, ocorre também o impedimento de mobilidade e acessibilidade ao rio Coxipó, que deve ser disponibilizado para o lazer de toda a sociedade, não somente de poucas pessoas que podem pagar, seja por ter a segunda residência num espaço fechado por muros ou por frequentarem os clubes de *camping* e restaurantes. Considera-se pertinente apresentar a deferenciação de que:

O par segregação ⇔ autosegregação implica pelo menos dois pontos de vista possíveis: os que segregam e os que são segregados, os que estão na área segregada e aqueles fora dela. Assim, considero a intensa articulação entre segregação e autosegregação, visto que, embora sejam movimentos que têm agentes diferentes e razões diversas, geram dinâmicas e representações sociais dos espaços, bem como práticas sociais que se aproximam. (SPOSITO, 2013, p. 70).

Com relação à metrópole, mas também afetando outras cidades com suas peculiaridades, ocorre a expansão do tecido urbano com o espaço enquanto valor de troca da propriedade privada da terra. Para Martins (1994), tal propriedade é a base sólida da orientação social e política que impede as transformações profundas da sociedade. Com a expansão surge outra desigualdade na periferia:

Portanto, no movimento de reprodução do espaço, a periferia, hoje, se complexifica contemplando isotopias – os grandes condomínios fechados, os *clusters* industriais – e heterotopias espaços-tempos da vida cotidiana acessados de forma diferenciada em função do lugar e da classe que cada um ocupa nesta sociedade. Se a forma heterogênea aponta contraditoriamente, uma sociedade de desiguais separados claramente pela arquitetura cujos muros e cercas não deixam dúvidas, esta fragmentação dos tecidos social e espacial aponta a necessária convivência entre classes diferenciadas. (CARLOS, 2013, 102)

Já Sposito (2013) apresenta a reflexão sobre a associação entre as áreas residenciais muradas e autosegregação com imóveis de padrão médio/baixo e a opção pela compra decorrente da possibilidade de financiamento, não propriamente para se isolar do restante da cidade. Mesmo assim, assumem práticas semelhantes aos que aptaram pela autosegregação, ao elaborarem discursos que os distingue dos que estão de fora, nas reuniões de condomínio sobre os sistemas de segurança e controle, por exemplo.

O capitalismo determina a cidade, comercializando o espaço urbano, visto ser seu acesso determinado pelo mercado imobiliário, o que o torna homogêneo e fragmentado com a venda, revelando a existência da propriedade privada do solo. As atividades produtivas situadas nas proximidades da cidade se enquadram nesta situação, ao se reconhecer que:

A fragmentação se explica, assim, pelo fato de que a extensão do valor de troca do solo urbano divide a parcela do espaço, disponibilizando-o para o mercado de moradia e, nesta condição, a propriedade privada do solo, associada à existência de rendas diferenciadas no seio da sociedade, justapõe morfologia social/morfologia espacial (produto da subordinação ao valor de troca e à realização do mundo da mercadoria). (CARLOS, 2013, p. 100).

Para Sposito (2013), a estruturação espacial tornou-se mais complexa na virada do século XX, alterando o centro-periferia e as cidades monocêntricas, resultando na mudança da lógica de produção do espaço urbano, com a separação social no uso do espaço, o que levou à segregação e autosegregação socioespacial. Com apoio na capacidade de compra dos espaços urbanos e interurbanos, tanto para uso residencial quanto para o consumo, torna-se importante a seguinte explicação:

A autosegregação, de modo diferente da segregação, é um processo que combina duas naturezas de ações no processo de produção do espaço urbano: - os interesses dos que produzem esses espaços (proprietários de terras, incorporadoras, corretores imobiliários e o capital financeiro), que se interessam em oferecer um produto imobiliário, ao qual se agregam novos “valores”; - aqueles que consomem esse produto, vivem nesses espaços e redefinem sua forma de relação com a cidade, no plano espacial e temporal, em grande parte motivados pelos “valores” de distinção social e segurança, no caso brasileiro, reproduzindo e ampliando desigualdades que são históricas, bem como reforçando diferenças que, em grande parte, são os novos pilares da segmentação socioespacial nas cidades brasileiras.

Como essa segmentação não se aprofunda, apenas, nos espaços residenciais, mas inclui progressivamente outros espaços da vida social, especialmente os relativos ao consumo de bens e serviços, com destaque para os atinentes ao lazer, ela tem associação direta com a redefinição da centralidade, tanto na escala da cidade, como no plano interurbano, porque as possibilidades de mobilidade espacial e de comunicação são bastante diferentes, no caso brasileiro, segundo as condições socioeconômicas de diferentes segmentos sociais. (SPOSITO, 2013, p. 82).

Na nova configuração da cidade os espaços de convívio de toda a sociedade são reduzidos, criando a fragmentação socioespacial. Ao verificar-se os loteamentos fechados na zona rural, constata-se a possibilidade de um futuro processo de fragmentação, tanto nas

descontinuidades do tecido urbano quanto na presença de muros e segurança para o consumo de bens e serviços, atinentes ao lazer e recreação junto à natureza.

Segundo Sposito (2013, p. 83), para entender o processo da fragmentação socioespacial são necessárias, além da perspectiva do tempo e da observação das articulações entre escalas, pois o “[...] mais importante, deve-se frisar que os aspectos observados podem resultar em redefinição das ações econômicas e sociais, das práticas sociais, bem como dos valores que sobre o urbano são reformuladas”.

Diante do exposto, evidencia-se a autossegregação representada pelos loteamentos fechados, implicando na segregação da sociedade como um todo, uma vez fruto da produção capitalista do espaço-mercadoria com a urbanização do campo e suas pluriatividades. Sem esquecer que a população do Distrito do Coxipó do Ouro como um todo vem sendo segregada pelo poder público, que até hoje não providenciou a pavimentação asfáltica e o transporte público coletivo, reivindicados por várias décadas, resta demonstrado que a produção na área de estudo está a serviço do capital, com o modo de vida urbano provocando sua rápida transformação socioespacial, pois os “vazios” são substituídos por atividades lucrativas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se neste trabalho a produção do espaço *stricto sensu* globalizado, com o lugar usado para a localização dos empreendimentos de loteamentos fechados, turísticos e imobiliários, prevalecendo sobre a sociedade em sua totalidade. A produção do espaço está sendo realizada com base na troca, os objetos sendo apropriados a partir do consumo para o lazer, recreação e descanso junto à natureza propiciada pelo rio Coxipó, o qual serve como atrativo de *marketing* e mercadoria-espaço, sendo comercializado juntamente com o lote por metro quadrado, muitas vezes distante do habitar como prática socioespacial e dos atos e ações da vida cotidiana.

O espaço-mercadoria é formado pelo lote de terra vendido por metro quadrado, para construção da segunda residência em loteamento fechado, com acesso à “área comum” incluindo a mata ciliar e o rio Coxipó; no caso dos clubes de *camping*, o rio e a mata também fazem parte da hospedagem ou *day use*, enquanto que nas terras destinadas à especulação imobiliária o acesso à natureza é restrito aos proprietários e seus convidados. Mesmo com a natureza, com destaque para o rio Coxipó sendo usado como atrativo de *marketing*, às vezes utilizado como propaganda enganosa para consumo do espaço por meio de loteamentos fechados, configura-se a segregação socioespacial e a desigualdade social, pois as vias de circulação internas de acesso ao rio e à mata são restritas a quem pode pagar.

A autosegregação/segregação apontada na pesquisa encontra causa na ação/omissão do poder público, pois a visibilidade dos empreendimentos imobiliários é notória, porém, a fiscalização tem sido ineficaz para garantir a igualdade social no uso dos bens públicos, pois a propriedade privada impõe regras na busca do lucro, podendo causar, também, danos ambientais, com os desmatamentos e os casos complexos dos lixos e esgotos, por exemplo. A própria população do Distrito como um todo vem sendo segregada pelo poder público, diante da antiga solicitação, que se repete durante décadas, a de pavimentação da estrada que liga a localidade à área urbana da Capital de Mato Grosso, bem como a circulação de transporte público coletivo, possibilitando a circulação de pessoas entre os dois espaços.

A forma espacial é cada vez mais homogênea a nível mundial, com a produção do espaço destacando as diferenças entre as classes sociais. A totalidade da sociedade suporta as mudanças na produção do espaço, pois novas funções, de segunda residência, recreação, especulação, lazer e turismo são assumidos pelas formas ou objetos geográficos, consistindo em loteamentos fechados, clubes de *camping* e propriedades em poder de imobiliárias. Novos valores são

atribuídos às formas pelo funcionamento da estrutura social, que varia conforme o período histórico, evidenciando pela pesquisa a metamorfose ocorrida no espaço, ao se comparar as configurações existentes na última década do século XX, com a produção do espaço verificada no início de século XXI.

A implantação das pluriatividades, ou atividades urbanas no meio rural, retratam o processo de urbanização do campo com a relação cidade-campo enquanto espaços confluentes, incluindo o lote de terra, a natureza com o rio Coxipó, além da área destinada à especulação imobiliária, como mercadoria revestida do valor de troca, mas voltado para o lazer, a recreação, o descanso e o turismo para poucos que podem pagar, em detrimento da sociedade em sua totalidade.

Esses acontecimentos implicam na segregação socioespacial. O poder público, com sua omissão em realizar a pavimentação asfáltica para benefício da população como um todo, impede as pessoas de utilizar o transporte coletivo público, segregando, indubitavelmente, as comunidades, não somente da área pesquisada, mas de todo o Distrito do Coxipó do Ouro. Mesmo com o Governo agilizando os procedimentos para a realização da obra asfáltica que ligará a cidade de Cuiabá com a sede do Distrito, a segregação persiste com as residências fechadas e clubes de *camping*, criando a autosegregação e a segregação da maioria da sociedade, pois o rio Coxipó e as áreas públicas presentes no interior dos empreendimentos, mesmo sendo bens de uso comum do povo, não podem ser acessados por toda a sociedade, mas somente por aqueles que podem adquiri-los.

A propriedade privada da terra tem ditado as regras do processo de urbanização na área pesquisada, sendo as ocupações desfeitas por ordem judicial e força policial. Alguns dos antigos proprietários venderam suas terras para as imobiliárias especular ou criar os loteamentos fechados, obtendo grandes lucros, pois compra-se por hectare e vende-se por metro quadrado. O poder público tem se mostrado omissivo diante da situação, como se o processo de urbanização ocorresse sem qualquer intencionalidade econômica e alheia ao cotidiano do lugar, inexistindo fiscalização, uma vez atuando somente após a implantação das atividades produtivas com a finalidade de arrecadação tributária. A maior parte da sociedade local encontra-se alienada, desconhecendo o trabalho social na produção do espaço, mas considerando apenas o consumo e o *status*, aceitando passivamente as barreiras criadas pela produção do espaço *stricto sensu*, acreditando no crescimento do Distrito do Coxipó do Ouro com a possibilidade do surgimento de emprego e transporte coletivo público, por exemplo.

Diante desse quadro, nos limites desta pesquisa cumpriu-se o objetivo de analisar a relação cidade-campo, no interior do processo de urbanização da área pesquisada, apresentando a produção do espaço enquanto finalidade econômica prevalecendo sobre o interesse público da sociedade em sua totalidade. A propriedade privada da terra, aliada ao consumo do espaço, tem prevalecido sobre a disponibilidade dos espaços públicos, patenteando-se a autosegregação e a segregação espacial.

O desenvolvimento do lugar frente ao processo de urbanização em curso mostra-se longínquo, porém, acredita-se na validade da análise dos fatos à luz da teoria realizada ao longo da pesquisa, para despertar na sociedade o significado das transformações espaciais, ou seja, que a dimensão econômica contando com a política, estão dominando o espaço. Assim, o valor de troca, representando o trabalho social abstrato, está invadindo o espaço, diante da nova relação cidade-campo, devendo haver resistência, pois o trabalho social concreto engloba a sociedade em sua totalidade na produção do espaço, seja na zona urbana ou rural do Município.

Cabe à sociedade local (comunidades do Distrito do Coxipó do Ouro) se organizar e fazer valer os mecanismos de participação popular dispostos na Constituição Federal, pois, mesmo diante do descrédito quanto a sua eficácia, representam meios de ação popular, desde o voto até as ações civis públicas, pois a tão propalada “estagnação” do lugar está sofrendo a “metamorfose” espacial alheia ao interesse público.

Certamente, os debates da sociedade como um todo, apresentando as suas experiências cotidianas e tradicionais do lugar, trarão novos caminhos para que as mudanças ocorram, com a prevalência do valor de uso e da vida no recorte do Distrito do Coxipó do Ouro, a fim de que seja garantido o equilíbrio na produção do espaço, combatendo a imposição homogeneizante do modelo de mercado mundial e assegurando a prevalência do social, seja na habitação, lazer, saúde, emprego, educação, segurança, atentando para os valores do rio Coxipó e da cultura no recorte espacial pesquisado, enfim, que ocorra a produção do espaço *lato sensu*.

## REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Isabel Pinto. A Segregação Como Conteúdo da Produção do Espaço Urbano. *In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Organizadores). A Cidade Contemporânea Segregação Espacial*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 111-126.

\_\_\_\_\_, Isabel Pinto. Produção do Espaço em Tempos de Crise. *In: CARLOS, Ana Fani Alessandri, ALVES, Glória; PÁDUA, Rafael Faleiros de (Organizadores). Justiça Espacial e o Direito à Cidade*. São Paulo: Contexto, 2017, p. 63-78.

ALVESI, Flamarion Dutra; VALEII, Ana Rute do. **A Relação Campo-Cidade e suas leituras no espaço**. ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013, p. 33-41.

BENACH, Núria. Da Desigualdade Social à Justiça Espacial. *In: CARLOS, Ana Fani Alessandri, ALVES, Glória; PÁDUA, Rafael Faleiros de (Organizadores). Justiça Espacial e o Direito à Cidade*. São Paulo: Contexto, 2017, p. 15-32.

BERNARDINO, Ana de Cássia Moraes Abdalla. A Cidade Murada do Século XXI. *In: ROMANCINI, Sônia Regina. Novas Territorialidades Urbanas em Cuiabá*. Cuiabá: EdUFMT/FAPEMAT, 2008, p. 65-81.

BOGO, Ademar. **A Linguagem das Mercadorias em Marx**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em [HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR](http://www.planalto.gov.br)

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 311/1938**. Dispõe sobre a divisão territorial do Brasil. Disponível em [HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR](http://www.planalto.gov.br)

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 6.766/1979**. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano. Disponível em [HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR](http://www.planalto.gov.br)

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 8.078/1990**. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em [HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR](http://www.planalto.gov.br)

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 10.257/2001**. Dispõe sobre o Estatuto da Cidade. Disponível em [HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR](http://www.planalto.gov.br)

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.465/2017**. Prevê novas regras para a Regularização Fundiária Urbana e loteamento de condomínios. Disponível em [HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR](http://www.planalto.gov.br)

CAPEL, Horacio. **Ciudadanía y utopia em tempos de metropolización**. *In: O espaço e a metropolização: cotidiano e ação*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017, p.27-50.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.

\_\_\_\_\_, Ana Fani Alessandri. Dinâmica Urbana e Metropolização: desvendando os Processos Espaciais. *In*: FERREIRA, Álvaro [et al.] (Organizadores). **Metropolização do Espaço Gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013, p. 35-52.

\_\_\_\_\_, Ana Fani Alessandri. Da “Organização” à “Produção” do Espaço no Movimento do Pensamento Geográfico. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A produção do Espaço Urbano: Agentes e Processos, Escalas e Desafios**. São Paulo: Contexto, 2014.

\_\_\_\_\_, Ana Fani Alessandri. *A Condição Espacial*. São Paulo: Contexto, 2015.

\_\_\_\_\_, Ana Fani Alessandri. **Em nome da cidade (e da propriedade)**. *XIV Coloquio Internacional de Geocrítica Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro Barcelona, 2-7 de mayo de 2016*.

\_\_\_\_\_, Ana Fani Alessandri. Justiça Espacial e o Direito à cidade. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri, ALVES, Glória; PÁDUA, Rafael Faleiros de (Org.). **Justiça Espacial e o Direito à Cidade**. São Paulo: Contexto, 2017, p. 33-62.

CASTILHO, Maria Auxiliadora Rodrigues Pinto; VILARINHO NETO, Cornélio Silvano. **O urbano e o rural no Plano Diretor do Município de Cuiabá-MT e as políticas públicas: a pavimentação de trecho de um dos acessos ao Distrito de Coxipó do Ouro e a implantação de transporte coletivo público**. Edição atual – Anais do IV SINARUB. Volume 1, Número 1. Salvador: UFBA, 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_\_, Roberto Lobato. Segregação Residencial: Classes Sociais e Espaço Urbano. *In*: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A Cidade Contemporânea Segregação Espacial**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 39-60.

\_\_\_\_\_, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.) **A produção do Espaço Urbano: Agentes e Processos, Escalas e Desafios**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 41-52.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. *In*: MINAYO, Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**. Petrópolis: RJ: Vozes, 1994, p. 51-66.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1987.

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. *In*: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Organizadores). **Cidade e Campo: Relações e contradições entre o urbano e rural**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2010, p. 11-32.

FERREIRA, Álvaro; RUA, João; MARAFON, Gláucio José. Metropolização do espaço Gestão territorial e relações urbano-rurais. *In*: FERREIRA, Álvaro; RUA, João; MARAFON, Gláucio José. Rio de Janeiro (Org.). **Metropolização do Espaço Gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013, p.04-16.

FERREIRA, Álvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de. Apresentação. Metropolização do espaço, cotidiano e ação. *In*: **O espaço e a metropolização: cotidiano e ação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, p.13-26.

FIGUEIREDO, Daniela M.; SALOMÃO, Fernando X. de T. **Caracterização e Contextualização da Bacia do Rio Cuiabá: Uma Abordagem Socioambiental**. Cuiabá: EdUFMT, 2009, p. 41-45.

GOUVÊA, Luiz Alberto. **Biocidade: conceitos e critérios para um desenho ambiental urbano, em localidades de clima tropical de planalto**. São Paulo: Nobel, 2002.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. *In* SAQUET, Marcos Aurélio & SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e Territorialidades Teorias, processos e conflitos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015, p. 53-68.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Dialética, Dualismo Epistemológico e Pesquisa Empírica. *In* HAGUETTE, Teresa Maria Frota (Org.). **Dialética Hoje**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 8 ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 2001.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

\_\_\_\_\_, David. **O direito à cidade**. São Paulo. Lutas Sociais, n.29, p. 73-89, jul./dez. 2012.  
KAYSER, Bernard. L' espace non-metropolisé du territoire français. *In*: KAYSER, B. et al. **Géographe: entre espace et developpement**. Toulouse: Presses Universitaires du Mirai, 1990, p. 45-50.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 8 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010.

KOTLER, Phillip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de Marketing**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 1998.

\_\_\_\_\_, Phillip. **Administração de Marketing**. 12 ed<sup>a</sup> São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **Une pensée devenue monde**. Faut-il abandonner Marx? Paris: Fayard, 1980.

\_\_\_\_\_, Henri. **A cidade do capital**. 2<sup>a</sup> ed. Tradução: Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001a.

\_\_\_\_\_, Henri. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001b.

\_\_\_\_\_, Henri. **A produção do espaço**. Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. (original *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000), 2006.

LENCIONI, Sandra. Metropolização do Espaço: Processos e Dinâmicas. *In*: FERREIRA, Álvaro; RUA, João; MARAFON, Gláucio José. Rio de Janeiro (Org.). **Metropolização do Espaço Gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013, p. 17-34.

\_\_\_\_\_, Sandra. **Metrópole, Metropolização e Regionalização**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

MALUF, Sahid, **Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Sugestões Literárias, 1988.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política Volume I Livro Primeiro O Processo de Produção do Capital**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural; Círculo do Livro, 1996.

\_\_\_\_\_, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução: Alex Marins. São Paulo: Martin Claret; São Paulo: Círculo do Livro, 2011.

MATO GROSSO. **Lei Nº 5.057/2007**. O trecho que compreende a Ponte de Ferro sobre o Rio Coxipó até a Vila do Coxipó do Ouro, passou a ter o caráter de Estrada Turística do Coxipó do Ouro. Disponível em <http://www.mt.gov.br/>

\_\_\_\_\_. **Projeto de lei nº 394/2015**. Denominando de Rodovia dos Coxiponés o trecho da Rodovia MT-402. Disponível em <http://www.al.mt.gov.br/>.

MINAYO, Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: O Desafio da Pesquisa Social. *In*: MINAYO, Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**. Petrópolis RJ: Vozes, 1994, p. 9-30.

MOREIRA, Ruy. **A Geografia do Espaço-mundo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2016.

MORENO, Gislaine. Políticas e estratégias de ocupação. *In* MORENO, Gislaine; HIGA, Tereza Cristina Souza. **Geografia de Mato Grosso**. 2. ed. Cuiabá: Entrelinhas, 2017.

MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. Tradução de Edgard de Assis Carvalho, Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertland Brasil, 2013.

OTTMAN, Jacquelyn A. **Marketing Verde: Desafios e oportunidades para a nova era do marketing**. São Paulo: Makron Books, 1994.

RIFKIN, Jeremy. **O Fim dos Empregos**. Tradução de Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: M. Books, 2004.

RISÉRIO, Antônio. **A cidade no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2013.

ROCHEFORT, Michel. Cidades e Globalização. **Revista de Geografia da UFC**, ano 01, número 2, 2002, p. 7-11.

RODRIGUES, Arlete Moysés. O mito da sustentabilidade da atividade turística. *In*: BANDUCCI JUNIOR, Álvaro & MORETTI, Edvaldo César. **Qual Paraíso?** Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal. São Paulo: Chronos/Campo Grande: UFMS, 2001, p. 19-38.

\_\_\_\_\_, Arlete Moysés. Globalização e política urbana. *In*: RIBEIRO, L. C. Q & SANTOS JUNIOR, O. A. **As metrópoles e a questão social brasileira**. Rio de Janeiro. Revan, 2007, p. 77-100.

\_\_\_\_\_, Arlete Moysés. Loteamentos Murados e Condomínios Fechados: Propriedade Fundiária Urbana e Segregação Socioespacial. *In*: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A Cidade Contemporânea: Segregação Espacial**. São Paulo Contexto, 2013, p. 147-168.

RUA, João. A Resignificação do Rural e as Relações Cidade-Campo: Uma Contribuição Geográfica. **Revista n.02 da Anpege** - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia. 2005, p. 45-65.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1988.

\_\_\_\_\_, Milton. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. 6 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2001.

\_\_\_\_\_, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** – 4ª ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e Meio Técnico-científico-informacional**. São Paulo: EdUSP, 2013.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. *In* SAQUET, Marcos Aurélio & SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e Territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015, p. 69-90.

SILVA, Charlei Aparecido da; PEREZ FILHO, Archimedes. Geografia, Turismo e Análise sistêmica. *In*: VITTE, Antonio Carlos (Org.). **Contribuições à história e à epistemologia da Geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 253-290.

SILVA, José Graziano da. **O Novo Rural Brasileiro**. Belo Horizonte: Nova Economia. V.7, n. 1, p. 43-81, maio 1997.

SILVA, José Graziano da; VILARINHO, Carlile e DALE, Paul J. **Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil**. Caderno CRH, Salvador, n. 28, p. 113-155, jan./jun. 1998.

SILVA, Vânia. **Produção do Espaço Urbano Condomínios horizontais e loteamentos fechados em Cuiabá-MT**. Cuiabá: Paco Editorial, 2016.

SILVA, William Ribeiro da; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Um tema, um livro, um debate – Reestruturação e cidades médias. *In*: SILVA, William Ribeiro da; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Perspectivas da Urbanização: Reestruturação Urbana e das cidades**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, p. 13-28.

SINFRA MT. **Concorrência Pública 008/2017 (Superintendência de Aquisições e Licitações - SUAL)**. Disponível em: <http://www.sinfra.mt.gov.br/-/8398386-concorrenca-publica-008/2017-superintendencia-de-aquisicoes-e-licitacoes-sual->. Acesso em 02 jan 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. O II PND e a política urbana brasileira: Uma contradição evidente. *In*: DEÁK, Csaba e SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 111-144.

SPOSITO, Eliseu Savério. Geografia e filosofia. São Paulo: EdUNESP, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. *In*: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). **Cidade e Campo: Relações e contradições entre o urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 111-130.

\_\_\_\_\_, Maria Encarnação Beltrão. Segregação Socioespacial e Centralidade Urbana. *In*: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A Cidade Contemporânea Segregação Espacial**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 61-94.

TULIK, Olga. **Turismo e Meios de Hospedagem: Casas de Temporada**. São Paulo: Roca, 2001.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Dois séculos de Pensamento sobre a Cidade**. 2ª ed. Salvador: EdUFBA; Ilhéus Editus, 2012.

\_\_\_\_\_, Pedro de Almeida. Contribuição para o Debate Sobre Processos e Formas Socioespaciais na Cidade. *In*: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A Cidade Contemporânea: Segregação Espacial**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 17-38.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. Introdução. *In*: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A Cidade Contemporânea: Segregação Espacial**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 07-16.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias**: O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas-SP: Autores Associados, 2002.

VILARINHO NETO, Cornélio Silvano. **A Metropolização Regional formação e consolidação da rede urbana do estado de Mato Grosso**. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

WHITACKER, Arthur Magon. Cidade imaginada. Cidade Concebida. *In*: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). **Cidade e Campo**: Relações e contradições entre o urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 131-156.

WILLIAMS, Raymond. O homem do campo de hoje. *In* WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. Tradução: Paulo Henriques Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 407-433.